

BRUNO DA GRAÇA LEITE PADILHA

## **ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM REDE:**

UM ESTUDO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E FORTALECIMENTO  
ASSOCIATIVO DA FAVELA DO REAL PARQUE.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BRUNO DA GRAÇA LEITE PADILHA

## **ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM REDE:**

UM ESTUDO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E FORTALECIMENTO  
ASSOCIATIVO DA FAVELA DO REAL PARQUE.

Orientador: Prof. Dr. Salvador A. M. SANDOVAL

Orientando: Bruno Padilha

São Paulo

2006

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do grau de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação do Professor Doutor Salvador A. M. Sandoval.

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

## **Resumo**

A presente dissertação de Mestrado visa compreender os processos interpessoais que integram uma proposta de organização comunitária em rede, realizada na Comunidade da Favela do Real Parque em São Paulo.

A pesquisa foi realizada através da participação em atividades que compreenderam um projeto de intervenção comunitária, cuja proposta era integrar associações de bairro por mútua colaboração solidária.

A pesquisa é apresentada e fundamentada nos princípios da Etnografia e da pesquisa-ação-integrada, utilizando estratégias de implementação, sistematização, narrativa e análise dos fatos, cujos aspectos identificam os processos que podem levar ao fortalecimento e à organização comunitária.

Utilizamos as categorias de análise propostas na literatura da Psicologia Social Comunitária, principalmente nos aspectos referentes ao empoderamento e às redes comunitárias.

## **Abstract**

The present master's thesis aims at understanding the interpersonal processes that underlay an attempt at community organization in networks conducted in the favela of Real Parque in São Paulo.

The study was conducted through the participation in the activities involved in a community intervention project which focused on integrating the neighborhood associations through the development of mutual solidarity collaboration.

The study is presented and based on an integration of ethnographic and action research techniques through the use of strategies implementation, systematization, narratives and the analysis of facts which identify the processes that might lead to community organization and empowerment.

The study works with analytical categories found in the Community Social Psychology literature especially with regards to those aspects related to community networks and empowerment.

À Mandão e ao Marcos

## AGRADECIMENTOS

As pessoas da Comunidade da Favela do Real Parque, em especial ã Mandão, ao Marcos, ao Dimas e ao Duda;

Ao Exmo. Sr. Dom Emílio Pignoli, Bispo Diocesano de Campo Limpo;

Ao Prof. Dr. Salvador Sandoval pela orientação ao trabalho;

Aos meus pais, por todo o apoio e amor a mim dedicados durante a execução da pesquisa;

À Frederico Ferrari, amigo e fundador do PucNovaEscola;

À Ludmila Gonçalves de Souza, pelo companheirismo e dedicação em momentos cruciais desta trajetória;

À Pedro Aquino, por me agüentar;

À todos os integrantes do Projeto Lua e do Projeto Barco;



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO _____	01
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA _____	05
<b>1. Desigualdade, opressão e superação _____</b>	<b>06</b>
<b>2. Processos de Fortalecimento Comunitário _____</b>	<b>18</b>
<b>3. Poder _____</b>	<b>25</b>
<b>4. Redes sociais de cooperação social _____</b>	<b>30</b>
<b>5. Elementos gerais da autonomia comunitária _____</b>	<b>32</b>
METODOLOGIA DE PESQUISA _____	35
COMUNIDADE DA FAVELA DO REAL PARQUE _____	61
NARRAÇÃO E ANÁLISE _____	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	140
BIBLIOGRAFIA _____	142
ANEXOS _____	144

## **Introdução**

A presente dissertação de Mestrado visa descrever e analisar os principais aspectos, na perspectiva de um participante, das atividades que integram uma intervenção social de cunho organizacional, realizada na Comunidade da Favela do Real Parque, localizada em São Paulo, no período compreendido entre março de 2004 e dezembro de 2005.

A origem do presente trabalho se deu ao revelar de minha vocação e paixão pelo trabalho comunitário.

Em outubro de 2001, junto a estudantes de graduação em psicologia da PUC-SP, participei de grupos de estudo sobre o contexto de intervenções sociais, onde discutíamos a sociedade, a desigualdade, os fatores ideológicos opressores e às possíveis alternativas de superação.

Em março de 2002 dei início a uma efetiva participação em atividades de auxílio à superação de situações de desigualdade social.

A experiência foi marcante e transformadora, pois vivi o contexto de um movimento universitário que propunha uma opção alternativa, desvinculada da estrutura acadêmica tradicional para explorar, em todas as direções, a liberdade de pensamento e da expressão: esse era o PucNovaEscola, um movimento que lutava ultrapassando os muros da universidade rumo ao encontro com a realidade brasileira, para fazer valer o papel da academia de construir conhecimentos apropriados ao desenvolvimento do homem e da sociedade como um todo.

O trabalho se constituía de ações educativas junto a adolescentes e adultos, voltadas à conscientização cidadã e geração alternativa de renda em

parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade do município de São Paulo, integrando os programas de políticas públicas de redistribuição de renda.

Trabalhei especificamente como educador social junto a trabalhadores desempregados com mais de 40 anos de idade e depois na formação de empreendimentos solidários de produção alternativa e geração de renda.

Sinto imensa alegria ao ver a Cooperativa de Alimentos Raio de Sol, com a qual trabalhei enquanto educador, gerando renda e se autogerindo após dois anos de meu desligamento.

Em março de 2004, por via do movimento PucNovaEscola, tive a oportunidade de conhecer a Comunidade da Favela do Real Parque, onde fui convidado pelo Projeto Casulo, do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) para desenvolver um projeto de cunho organizacional para aquela comunidade. A parceria com a entidade não se consolidou, mas proporcionou o contato com as lideranças comunitárias.

Desde então me envolvi com os moradores e passamos a trabalhar juntos para organizar a comunidade em busca da superação das condições adversas em que vivem.

Primeiramente convidei estudantes e professores da PUC-SP para integrar um grupo de intervenção social, formando assim a equipe batizada de Lua, que trabalhou durante um ano junto com a comunidade.

Num segundo momento, mais estruturados, organizamos junto aos moradores um projeto visando a constituição de uma rede local de colaboração solidária.

Com o objetivo de construir e sistematizar novos conhecimentos a serem aplicados em prol da causa social, optei por desenvolver esta pesquisa acadêmica sob o enfoque da psicologia social, de forma a contribuir com meu sonho de transformar a sociedade em um espaço de construção e convívio pautado na igualdade de condições.

Desta maneira proponho identificar e estudar os principais processos do desenvolvimento do projeto que levaram a comunidade a se fortalecer e atuar de forma mais consciente e autônoma.

Nesta trajetória para as realidades da comunidade da favela do Real Parque nós, pesquisador, equipe de intervenção e lideranças comunitárias, decidimos atuar a partir da união das associações de base comunitária, traduzida organicamente por um centro de convivência na figura de um fórum, que teria a importância de centralizar as decisões das ações comunitárias visando formar uma rede integrada de cooperação social.

Sendo assim um dos principais focos de estudo será a forma pela qual foi estruturado o fórum, de maneira a mapear os recursos de sustentação comunitária que possam revelar como a estrutura organizacional comunitária se constitui e também como se dá a dinâmica de utilização dos recursos.

Pretendo também elucidar de que maneira tal estrutura representa a união da comunidade em prol de sua autonomia social, dando início ao processo de fortalecimento comunitário, traduzido por ações coletivas voltadas à transformação da condição de desigualdade social e despertando capacidades autônomas, protagonistas e gestoras da coletividade.

Considerando os moradores enquanto centro da organização social além de atores produtores-simbólicos, é percebido naturalmente a organização por estruturas físicas referentes à funcionalidades organizacionais, que representam espaços públicos e privados passíveis de atribuições e significados variados, individuais e coletivos, que se dão descontínua e progressivamente nas dinâmicas das relações comunitárias.

Ao identificar tais elementos, observando-os pelos fenômenos psicossociais manifestos e coligando os atores implicados em sua organização, pretendo esclarecer como as estruturas organizacionais e seus integrantes se articulam, consolidando e movimentando a rede local de sustentação comunitária. Por fim, apresento neste estudo, os principais processos que levaram a Comunidade da Favela do Real Parque a se fortalecer.

Para a realização desta pesquisa foram importantes as conceituações teóricas de autores como Maritza Montero, Paulo Freire e Khalid El Andaloussi entre outros.

## **Organização Comunitária**

Discutiremos, neste capítulo, questões relacionadas a organização comunitária, que fundamentam a constituição da rede integrada de cooperação social investigada nesta pesquisa.

A organização comunitária propõe a integração dos moradores da comunidade, unindo-os por atividades comuns, com o objetivo de identificá-los por uma mesma unidade social, de maneira que se percebam e se reconheçam agindo coletivamente.

Além disso, a organização de comunidades em redes locais de colaboração social necessita uma elucidação coerente sobre sua importância no âmbito de uma intervenção social, de maneira a identificarmos os elementos que propiciem análises de caráter psicossocial.

## 1. Desigualdade, opressão e superação.

Na discussão referente à autonomia comunitária, nos inquieta saber quais são as principais questões que dispõem a comunidade em situação de desigualdade social, como as conseqüências dos interesses socioeconômicos das classes sociais dominantes.

Assuntos relacionados à opressão social que incide sobre a população, sua resistência e possível libertação, ou ainda fatores que implicam nas tomadas de decisão, tanto individuais quanto coletivas, são pontos que entendemos serem de grande relevância para o estudo do fortalecimento comunitário.

Outrossim, um dos princípios fundamentais da Psicologia Social Comunitária, segundo Maritza Montero, diz que *o controle e o poder devem estar centrados na comunidade.* (Montero, 2003:35)

Consideramos tal princípio fundamental para estudo da autonomia comunitária visto que, em geral, o cerne das decisões de comunidades em desigualdade social se encontra nos grupos e instituições que convivem no seu entorno.

*“Trata-se, portanto de deslocar o centro de gravidade das relações sociais de fora da comunidade para o interior, de maneira que as comunidades organizadas exerçam poder e desprendam o controle necessário para realizar as transformações desejadas em seu entorno e em suas relações internas e externas.”* (Montero, 2003:35)

Por tal concepção da autora, também compreendemos que o centro e o controle estabelecidos na comunidade dizem respeito às conquistas de liberdade e autonomia comunitária.

Se considerarmos que as decisões que implicam nos rumos da comunidade se encontram fora da mesma, estamos reconhecendo um domínio ou opressão de interesses externos que, por sua vez, respondem a uma ideologia também externa.

Um dos maiores problemas referente a este fato é que a normatização de uma situação de domínio contribui para que as condições de exclusão tornem-se aparentemente naturais. (Montero, 2003:34)

A convivência entre instituições do entorno e a comunidade sugere uma relação entre duas partes. Uma relação implica em comunicação, que por sua vez pressupõe um diálogo, porém, neste caso, o aparente diálogo dos grupos do entorno com as comunidades são meros comunicados, ou aquilo que Paulo Freire denomina de *meros depósitos de conteúdos domesticadores*. (Freire, 1970:74).

Segundo Freire (1970:74), para melhor dominar é necessário conhecer o dominado. Desta forma, existe uma aproximação para se conhecer as comunidades e, assim, melhor controlá-las. A ação de domínio, desta maneira, se contradiria a si mesma se, ao invés da *prescrição*<sup>1</sup>, implicasse em uma comunicação parelha ou diálogo.

---

<sup>1</sup> Um dos elementos básicos na mediação entre opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora. Por isso o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito (Freire, 1970).



Outra consideração importante a se fazer diz respeito à *vulnerabilidade social* em que se encontram os moradores e a comunidade como um todo. O conceito de vulnerabilidade social compreende os

*“indivíduos, grupos e comunidades que, por sua menor dotação de recursos e diversificação de estratégias estão expostos a maiores níveis de risco por alterações significativas nos planos sociais, políticos e econômicos que afetam suas condições de vida individual, familiar e comunitária.”* (Busso, 2001:25)

O conceito consiste na debilidade dos indivíduos para enfrentar os riscos existentes no entorno comunitário que implicam na perda ou deterioração do bem-estar comum. A idéia central de vulnerabilidade social, portanto, se dá por um estado social de incapacidade para controlar as forças que modelam o próprio destino, ou para combater as implicações desfavoráveis à conquista de autonomia.

Paulo Freire, por princípio um materialista-histórico, entende que a forma de superação da vulnerabilidade social se inicia pela reflexão que passa por uma abstração sobre a realidade cotidiana como pré-disposição a uma práxis<sup>2</sup> educativa voltada à transformação do indivíduo em sociedade.

A superação das condições de vulnerabilidade se dá a partir de embates ou contradições mediatizadas pelas significações cotidianas, que são geradas nos

---

<sup>2</sup> Praxis, nesta linha de entendimento, significa a prática vivencial de construção do conhecimento por intermédio de oposição dialética entre abstração e mundo, subjetividade e objetividade, realizada pela reflexão crítica dos atores implicados no processo.

diálogos entre as pessoas<sup>3</sup>, de maneira que essas busquem a superação dos paradoxos apresentados.

É por tal condição que os indivíduos expõem suas idéias e reflexões sobre si e o contexto em que vivem, internalizando os significados apresentados, correlacionando com seus próprios conceitos e emitindo sua opinião por um pensamento crítico e autêntico.

Paulo Freire dá o nome de *dialogicidade* (1970:47) à prática do diálogo do qual emergem questões cotidianas contraditórias, já que vão sendo problematizadas por uma dialética de expressões verbalizadas. Por sua vez, os conteúdos circunscritos pelas questões problematizadas pelos embates e contradições dialogadas recebem o nome de *conteúdo programático da educação* (*idem*). Ou seja, é uma contraposição à rotina da mera repetição de teorias e técnicas.

Tal superação proporciona a emersão de um novo saber, próprio da realidade em questão, pois se constitui via uma práxis realizada por intermédio de conceitos, crenças, valores, atitudes, emoções, intenções, pensamentos e significações praticados dentro da comunidade; construindo, portanto, uma cultura local com base nos costumes e historicidade individual e coletiva, celebrada e cultivada ao código-fonte da diversidade de uma só identidade.

Paulo Freire (1970:16) comenta as decisões tomadas por tais grupos externos utilizando o termo “roubado”, dando ênfase ao tolhimento do livre-arbítrio enquanto impedimento de uma propriedade da vida humana, considerando tal bloqueio como ato desumanizador.

---

<sup>3</sup> Em meio as pessoas, considera-se a ação pedagógica de um educador, que pode ser um psicólogo social, sugerindo questões contraditórias nos diálogos.

Se os grupos dominadores do entorno pensassem a realidade com as comunidades, ou verdadeiramente dialogassem com elas, seria o mesmo que superar sua própria contradição. Pensar com as comunidades seria, então, compartilhar e construir a vida cotidiana junto a elas e, portanto, não dominá-las.

É importante observarmos que a vulnerabilidade social, enquanto fenômeno psicossocial, é resultado de processos de significações sócio-históricas não radicalmente determinadas e permanentes. Considerá-las inflexíveis é o mesmo que idealizar indivíduos imersos num espaço-tempo, incapazes de alterar o rumo de sua própria existência.

Acreditamos que o indivíduo é capaz de ressignificar ou transformar sua realidade quando apropriado ou consciente desta, como também de criar sua liberdade, uma vez que pense, problematize, identifique e estabeleça outra relação com seu contexto social simbólico.

Tal propriedade torna o indivíduo autor de sua transformação e de sua história, visto que o homem se determina através do tempo e não é determinado pelo tempo. *"O Ser não está simplesmente 'dentro' do Tempo, mas ele é através do Tempo (intermediando o Tempo, em virtude do Tempo)."* (Castoriadis, 1986:219)

As realidades onde a maioria dos grupos sociais convive, constituíram-se mediatizadas por impositivos significados sociais mercantilistas. Em conseqüência, as pessoas são obrigadas a viver em realidades incompatíveis à sua cultura; relacionarem-se com valores, pensamentos, conceitos e idéias que não foram construídas em seu meio; falar outros idiomas, usar vestimentas de outras culturas e se comportarem de forma imprópria a sua singularidade sócio-

histórica. Em comparação, por exemplo, qualquer indivíduo ou animal que vive fora de seu habitat, na natureza, se torna vulnerável e facilmente dominável.

Como esta ordenação ideológica externa às comunidades é uma condição construída historicamente, não se tratando de uma imposição da natureza, torna-se resultado de interesses dominadores que exercem poder por intermédio de violência, dos mais variados tipos, no decorrer do processo histórico.

Um dos fatores fundamentais implicados no estudo do fortalecimento comunitário se refere à consciência dos envolvidos num processo que pode levar à autonomia. A consciência a que nos referimos, diz respeito ao conhecimento e a capacidade cognitiva dos envolvidos numa intervenção psicossocial de caráter educativo.

A consciência não existe por si só, pois para existir depende de um outro fator, diferente dela mesma: um “para”. A consciência busca uma relação, sendo, desta forma, sempre consciência de algo. O ser da consciência é a consciência de ser. Ou, de acordo com Sartre: “(...) *a condição necessária e suficiente para que a consciência cognoscente seja conhecimento de seu objeto é que seja consciência de si (...).*” (Sartre, 1997:23)

Sendo esta dissertação construída a luz de enfoques teóricos psicossociais, gostaria de justificar as reflexões e a busca pelo significado de consciência em ensaios de ontologia fenomenológica.

O primeiro motivo é que a citação acima apresenta o sentido de consciência somente existente pelo conhecimento; conhecimento primeiro dela mesma, ou seja, uma consciência cognoscente, que existe apenas quando faz referência a alguma coisa, permitindo-se ser levada pelo conhecer.

É este o sentido que queremos dar quando discutimos a capacidade do indivíduo oprimido em libertar-se da situação de opressão, que torna fundamental a sua capacidade de ampliar o conhecimento, primeiro de si, enquanto historicidade e autor de sua realidade, e depois de seu entorno. Uma vez que, somente com referência ao que é, por sua singularidade, é que o sujeito se torna capaz de criticar, avaliar o mundo a sua volta e dar rumo a sua história.

O segundo motivo, é que o processo de conscientização, para Paulo Freire (1970), parte da busca de elementos diferentes aos do uso cotidiano, por uma reflexão ou abstração voltada à obtenção de novas referências, para retomar a realidade objetiva com novas noções ou mais elementos ponderativos sobre a mesma.

*“A reflexividade é a raiz da objetivação. Se a consciência se distancia do mundo e o objetiva, é porque sua intencionalidade transcendental a faz reflexiva. Desde o primeiro momento de sua constituição, ao objetivar seu mundo originário, já é virtualmente reflexiva. É presença e distância do mundo: a distância é condição da presença.”* (Freire 1970:08)

Com base nas considerações apresentadas até o momento, concluímos que um processo de fortalecimento comunitário inicia pelo indivíduo, num movimento de autoconhecimento, por via da *“retomada reflexiva do próprio processo em que ele vai se descobrindo, manifestando e configurando o método de conscientização.”* (Freire, 1970:08).

Um processo de busca de autonomia comunitária que parte da busca do reconhecimento individual necessita de uma ação que introduza novos símbolos

na realidade que se deseja transformar, para propiciar os embates *dialógicos* e, por conseguinte, as dinâmicas de conscientização e mobilização.

Neste sentido, acreditamos que única ação que pode estimular o início deste processo é a ação educativa, pois a ação educativa à qual nos referimos se constitui de ações humanizadoras, voltadas à promoção da autonomia com base dialógica destinadas ao cuidado recíproco entre as pessoas.

O processo se dá por encontros grupais com conteúdos programáticos que apresentem contradições constituídas pelas temáticas<sup>4</sup> e significados da realidade comunitária, proporcionando espaços de convivência que promovam debates, tornando possível pensar e repensar a prática, criar e recriar conhecimentos, ver e rever pressupostos, descobrir e socializar desafios e perspectivas para atuações voltadas à integração do ser humano no seu cotidiano.

Estes espaços devem centralizar o conhecimento gerado pelo encontro da diversidade humana, de forma a direcioná-lo para um objetivo comum: algo a ser construído.

A transformação social constitui-se, portanto, num desafio coletivo de construção do conhecimento, e se realiza por trocas de experiências, discussões, estudos teóricos e vivenciais sobre os processos experimentados.

O sustentáculo do tipo de intervenção em estudo está na estratégia da ação educativa que pretende conscientizar ou propiciar a busca do conhecimento pelo aspecto sujeito-objeto ou cognoscente-conhecimento junto aos moradores de uma comunidade em condições de vulnerabilidade social.

---

<sup>4</sup> A dialogicidade da educação começa na investigação temática. (Freire, 1970:65)

Tendo em vista a ação do psicólogo social no contato direto com a realidade que se deseja transformar, este poderá encontrar duas situações distintas no que diz respeito ao sentimento de moradores em mudar a realidade de opressão em que estão inseridos e construir uma realidade onde tenham liberdade.

Existem pessoas que acreditam serem “piores” do que as outras. Um dos maiores motivos deste estado de desânimo se dá porque foram impedidos de estudar nas escolas institucionalmente normativas e, conseqüentemente, não possuem o conhecimento legitimado socialmente.

Moradores de comunidades, segundo Maritza Montero (2003:36) aprenderam a ser submissos: muitos sentem vergonha de expressar sua opinião, sem contar que, devido um passado de fracassos, já que competem em desigualdade numa realidade construída para o bem-estar das elites, moradores de comunidades em vulnerabilidade social demonstram em alto grau um de sentimento de incapacidade, visto que a vulnerabilidade representa uma trajetória de inúmeras derrotas e frustrações.

*“As pessoas que constituem uma comunidade (...) aprenderam que não tem possibilidades, (...) é provável que sua história esteja repleta de impossibilidades e de experiências negativas, aprenderam a estar submetidas e ter medos de mudança.” (Montero, 2003:360)*

A situação contrária também se manifesta quando, ao atravessar muitas adversidades, alguns moradores de comunidades se tornam motivados e persistentes. Lideranças comunitárias, por exemplo, demonstram muita força para

lutar, acreditando na possibilidade de um futuro melhor e se organizam via associações de moradores, grêmios ou outras disposições organizacionais. Parte dos moradores, por sua vez, manifesta alegria através de festas populares e outras celebrações locais.

Não estamos considerando, ao mencionarmos a manifestação de desânimo, que os moradores se tornam subjetivamente estáticos, inertes a vida. Moradores obviamente se alegram, choram, amam, sofrem, pois independente de seus impedimentos, estão vivendo e experimentando, interagindo com o meio. Ocorre que auto-aprisionam sua criatividade e reprimem seus desejos, assim como a normatização social restringe sua liberdade de expressão, a capacidade de transformação e as conquistas.

O que estamos tentando esclarecer é que o ser manifesta vida independente da imposição a que o submetam. Tais manifestações vão da violência e destruição à solidariedade e a arte.

Quando o ser se manifesta, referenciado por símbolos, delimitando uma consciência, pode-se direcionar a pulsão de violência para a criatividade e a liberdade ao se identificar os símbolos mediadores de tais manifestações.

Considerando que a consciência humana se constrói mediada pela realidade e a realidade se constrói mediada pela consciência, ambas em relação dialética, as chaves da transformação se encontram nas contradições geradoras de crise e manifestam uma força de transformação que, por sua vez, é atribuída e praticada por ações simbólicas.

Sendo assim, podemos considerar que tais manifestações são expressas por ações simbólicas mediadoras, por exemplo, de autoconfiança, que por sua vez



dão força à transformação. Portanto, um dos principais desafios do psicólogo social comunitário é fazer com que os signos mediadores da alegria e da autoconfiança sejam reconhecidos em outros contextos do cotidiano, como os do trabalho voltado à superação da desigualdade. O psicólogo trabalhará tais signos mediando à práxis dialógica, já explicada, configurada por vivências lúdicas realizadas nos espaços de socialização onde se constrói a intervenção.

Em tais vivências, por estarem num meio de referências comuns, as pessoas relacionam-se mais direta e abertamente consigo e com os outros, dinamizando sua singularidade com a do coletivo e ampliando sua visão da realidade apresentada. A percepção ampliada do contexto em que vivem, ao coligar referências internas e externas, propicia a circunscrição das crenças e valores, permitindo que o sentimento de pertencimento se manifeste, obviamente por ações que o simbolizam e conseqüentemente fortalecem a identidade do grupo.

Em tais dinâmicas, os participantes experimentam alteridades significantes que mostram tanto o aspecto imposto da construção das subjetividades – como as *violências simbólicas*<sup>5</sup> experimentadas cotidianamente –, quanto às possibilidades de modificação destes mecanismos, com o aumento da capacidade e dos modos de agir imaginativa, simbólica e afetivamente.

*“Homo sapiens também é, indissoluvelmente, Homo demens; que Homo faber é, ao mesmo tempo, Homo ludens; que Homo economicus é, ao*

---

<sup>5</sup> “A violência simbólica é esta violência que extorque submissões que, na verdade, nem são submissões percebidas como tais. Extorque-as, apoiando-se sobre “expectativas coletivas”, sobre crenças socialmente inculcadas.” (Bourdieu:1994)

*mesmo tempo, Homo mythologicus; que Homo prosaicus é, ao mesmo tempo, Homo poeticus". (Morin,1999)*

Sendo assim, moradores em situação de vulnerabilidade social capacitam-se combinando diversidades individuais, relacionando-as e coligando com contextos plurais por processos que auto-apropriam e fortalecem a si e a comunidade.

## 2. Processos de Fortalecimento Comunitário

Os processos de fortalecimento comunitário se constituem por ações coletivas, geradas pelo sentimento de conflito proporcionado pela compreensão das ações contraditórias, geradoras dos antagonismos políticos que impedem o desenvolvimento da comunidade.

Portanto, o fortalecimento comunitário se dá por ações de mobilização e organização social geradas para a superação de conflitos, voltadas à autonomia da comunidade, firmadas na herança cultural, sustentada pela solidariedade e pautada pelo compromisso de conquista da liberdade.

As ações coletivas são, pela concepção de Melucci, "*interações de objetivos, recursos e obstáculos; como uma orientação intencional que se estabelece dentro de um sistema de oportunidades e coerções.*" (1999:37).

Tais ações coletivas se manifestam por uma identidade de ação que ocorre pela dinâmica de seu movimento, unindo os participantes a partir da formulação das estruturas cognitivas que fazem referência aos objetivos, recursos e campos da ação, integrando os atores que inter-atuam, se comunicam, negociam e tomam decisões.

A identidade acima citada é definida por Melucci (1999:66) como um processo no qual os atores produzem as estruturas cognitivas comuns que lhes permitem valorizar o ambiente e calcular os custos e benefícios da ação coletiva. As definições que formulam são, por um lado, o resultado das interações negociadas e das relações de influência de um membro sobre o outro, que propicia também o conhecimento e a integração emocional.

*“Identidade Coletiva é o processo de construção de um sistema de ação onde um ator elabora expectativas e avalia as possibilidades e os limites de sua ação, exige capacidade de definir-se a si mesmo e ao seu ambiente.”*  
(Melucci, 1999:66)

Elucidamos neste momento que a ação coletiva nunca está baseada apenas nas ponderações de custos e benefícios pelo âmbito racional. Existem condições simbólicas e portanto subjetivas, que não podem ser reduzidas a racionalidade instrumental. A condição acima propõe que, em determinado momento da ação, o corpo coletivo é uma só identidade atuando imaginativa, simbólica e afetivamente.

Também é importante dizer que a condição de negociação é uma constante das dinâmicas sociais, não somente dos indivíduos consigo, avaliando os custos e benefícios da ação e dos participantes de uma ação coletiva, mas num âmbito social maior. Ações coletivas são fenômenos sociais motivados por crises geradas pelos antagonismos sociais naturais dos processos de desenvolvimento social. A sociedade se movimenta, desenvolve, mobiliza e transforma a partir de conflitos contínuos na interação de seus atores.

Outra importante consideração é que a conquista da liberdade é uma constante negociação, da mesma forma que se pode conquistar, também se pode perdê-la.

Para tanto consideramos conflitos sociais naturais e essenciais à constante construção, vida e transformação da sociedade através da história.

As negociações ocorrem, em uma perspectiva mais objetiva, pela obtenção dos recursos necessários ao empoderamento<sup>6</sup> da comunidade na sua negociação com as instituições mantenedoras do *status quo* de domínio e opressão.

*“O poder é aquele caráter das relações sociais, embasado na posse diferencial de recursos para alguns realizarem seus interesses pessoais ou de classe e impô-los a outros.”* (Baró,1989:101).

Para objetivarem a ação coletiva, os moradores de comunidade devem compreender os mecanismos que dispõem as ações controladoras de recursos e que, portanto, exercem poder na relação com as comunidades vulneráveis socialmente.

Neste sentido, entendemos que o poder é um signo social reconhecido e atribuído a recursos desejados por mais de um ator, de forma que possuir tal recurso significa poder imprimir sua influência sobre o outro que não o possui.

Portanto, a mobilização de um ator coletivo, a comunidade, é promovida por uma identidade coletiva, que se contrapõe a um adversário para a obtenção e controle de um recurso de mútua valorização.

Vamos discutir e apresentar, mais adiante, conceitos de poder que possam nos ajudar a compreendê-lo melhor e atribuí-lo ao sentido do fortalecimento comunitário que diz respeito ao empoderamento de uma comunidade.

Como já explicitado, consideramos o conflito e a desestabilidade social enquanto estados naturais de uma sociedade complexa que se desenvolve por transformações<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Desenvolver, fomentar e manter o controle e o poder na comunidade (Montero, 2003:60)

A escola funcionalista compreende os conflitos sociais como patologias, pelo fato de considerarem a estabilidade enquanto estado social natural. Concebem o conflito enquanto fenômeno gerado pelas falhas dos sistemas normativos. Denominam de *condutas desviadas todas as ações que infringem as normas institucionalizadas e testemunham um desequilíbrio nos processos de integração* (Parsons, 1951:cap.07 *apud* Melucci, 1951:28), porém elucidam muito bem o fenômeno empírico que queremos destacar enquanto brechas para a atuação e conquista de recursos por parte das comunidades mobilizadas.

*“É verdade que os modelos normativos de uma sociedade não estão jamais plenamente integrados e que um sistema social contém também valores incoerentes e contraditórios: esta situação pode estar também na base de um desvio das normas legitimadas e institucionalizadas. Porém aquilo que importa é que as condutas coletivas derivam sempre de uma situação de desequilíbrio e de escassa funcionalidade nos processos de integração do sistema social.” (idem)*

Mas, para que haja mudança, é necessário que as pessoas envolvidas realmente sintam-se insatisfeitas e tenham aspirações suficientes para querer mudar. Neste sentido, é importante considerar os medos, as inseguranças, a auto-estima perante as necessidades, vontade de mudar, os recursos disponíveis e o conhecimento para utilizá-lo, pois sempre existe uma negociação a ser feita, já que sempre há perdas em um enfrentamento.

---

<sup>7</sup> Consideramos a impossibilidade de ocorrer transformação sem conflito.

Um conflito supõe a luta de dois ou mais atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos. Os atores de um conflito se enfrentam, no interior de um campo comum, para o controle dos recursos em disputa.

*“Para que exista um conflito é preciso poder definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo ao qual, ambos adversários se referem implícita ou explicitamente.”*  
(Melucci, 2001:34)

Também é importante enfatizar que o caráter de ação coletiva ao qual nos referimos pretende ocasionar uma mudança social a partir da mobilização solidária da comunidade, visto que *“um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica na ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere.”* (idem).

Pelas informações apresentadas até o momento sintetizamos as ações de fortalecimento comunitário por quatro noções fundamentais:

1. Dos sentimentos de solidariedade, conflito e ruptura com os limites do sistema em que ocorrem as ações que se volta à identidade coletiva da ação.
2. Da identificação e potencialização do sentimento de pertença grupal que cultiva os costumes e aflora a cultura local; cria uma realidade histórica por conhecimentos próprios; propicia o fortalecimento dos laços afetivos e de solidariedade; constitui uma identidade comunitária forte.

3. Da identificação das adversidades impostas pela ideologia dominante, percebendo quando e como as manifestações ideológicas externas limitam as expressões; desvendar os interesses correspondentes; identificar quais os mecanismos utilizados para manter as pessoas separadas dos recursos que desejam; traçar objetivos em comum; desencadear o processo de identidade coletiva;
4. Do enfrentamento das situações adversas e impossibilidades da liberdade de atuar conforme o desejado; reconhecimento dos recursos disponíveis; identificar e negociar acessos aos recursos necessários à transposição das barreiras impostas; compreender as contradições ou as fraquezas dos mecanismos normativos; organizar estratégias para transgredir os limites impostos pela condição normatizada da opressão.

O processo de fortalecimento comunitário ao qual nos referimos ocasiona-se por necessidades identificadas criticamente por grupos de moradores quando assumem um caráter de tensão na sustentabilidade de sua comunidade.

Circunscritos por fatos sociais geradores de crise, as situações a serem superadas devem ser entendidas de maneira que a população, voltada à conduta autônoma, se aproprie da necessidade e da importância em fortalecerem-se.

*“(...) esse movimento re-produz e manifesta o processo histórico em que o homem se re-conhece. (...) os rumos possíveis desse processo são possíveis projetos e, por conseguinte, a conscientização não é apenas*



*conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão e compromisso.”*  
(Freire, 1970:05-08).

Neste sentido, o fortalecimento comunitário é um processo contínuo, individual e coletivo, de busca por conhecimentos e reconhecimentos que ampliam a consciência, estabelecem compromissos, geram crises e causam mudanças sociais.

*“É o processo mediante o qual membros de uma comunidade desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida, atuando de maneira comprometida, consciente e crítica, para construir a transformação de seu entorno segundo suas necessidades e aspirações, transformando ao mesmo tempo a si mesmos.”* (Montero, 2003:72)

Como já esclarecido, os processos de fortalecimento comunitário são mediados por ações coletivas que buscam desenvolver e conquistar recursos que dêem poder para esta se expressar autonomamente. Para melhor compreensão teórica do significado de poder e das implicações de suas atribuições nas relações sociais, elucidamos a seguir algumas de suas concepções.

### 3. Poder

O poder é referido como objeto capaz de ser conquistado ou perdido, sendo comum escutar que determinadas pessoas, instituições ou grupos sociais detêm o poder. Segundo Montero (2003:36), essa é uma interpretação ideologizada.

Além do sentido de posse, também se ocupa um lugar, ou se ocupa o poder como se este fosse um espaço. Por uma compreensão relacionada à pirâmide social, também se concebe o poder enquanto partes acima ou abaixo, visto que também se atribui a noção de subir ou descer do poder.

Ademais, as noções populares do poder levam a representação destes “objetos” e “lugares” por objetos ou mesmo expressões corporais como uma pedra preciosa, um punho fechado, uma mão aberta, entre outros. Todavia, “(...) estes objetos e lugares, as palavras e os gestos que o definem, são as vias e os produtos de naturalização do poder da vida cotidiana que logo se instalam no campo do público.” (Montero, 2003:38).

Tais mitificações ou representações condicionam os indivíduos a entenderem o poder apenas em proporções sociais maiores: referidas à questões governamentais, à transações de grandes negócios ou à conflitos entre nações. Não permitem perceber o poder enquanto assimetria de qualquer relação menor cotidiana, pois, em toda relação, pessoas se valem de teores subjetivos para se expressarem: beleza, força, fragilidade, inteligência. Habitualmente, sujeitos empregam tais habilidades e características para impor sua vontade.

Desta forma, também se conceitua o *poder pela capacidade de fazer com que alguns atores façam a vontade de um indivíduo ou grupo em particular*. (Baró, 1984:110 *apud* Montero, 2003:39).

Porém, como comenta oportunamente Montero (2003:39): o problema desta afirmação está na desconsideração sobre a possível mudança de significados atribuídos aos recursos, conferindo certa unilateralidade ao poder. Em outras palavras, se o poder é atribuído a um recurso, e o signo atribuído a tal recurso é passível de resignificação, a correlação de poder possivelmente será alterada, confirmando, desta maneira, a não unilateralidade e ratificando o poder enquanto uma atribuição de significado e não um signo determinado por natureza imposta.

Mesmo considerando que o poder seja a diferença de recursos em uma relação, também podemos considerar que todos os seres-hunos possuem algum tipo de recurso subjetivo característico a sua singularidade ontológica e, portanto, todo ser pode causar uma situação de poder.

Entendemos as características ou habilidades individuais enquanto recursos pessoais utilizados para estabelecer situações de poder e não enquanto formas de poder, eliminando desta maneira um possível entendimento de poderes inatos.

Neste sentido, Fischer aponta para o *“exercício de uma força que se impõe aos outros em termos de dependência e de pressão”* (1992:79, *apud* Montero, 2003:46). O poder, enquanto força ou pulsão, assume uma condição que se manifesta nas relações sociais, podendo também ser considerado como um caráter *não dominador e impositivo*, já que pessoas, em tese, optam por participar

desse caráter de relação, assim como optam por interagir em qualquer outra relação social. Ou seja, o sujeito participa da construção da relação de poder que se insere.

Indivíduos pautados por interesses individuais ou coletivos, sugerem suas vontades por intermédio de argumentos referenciados por signos comuns que, por sua vez, representam crenças e valores societários, atribuindo necessidades a qualquer coisa que têm vontade de obter.

Contudo, pessoas podem atribuir necessidade àquilo que desejarem e, desta forma, escolher para onde querem seguir e se desenvolver, constituindo o que Montero chama de *poder potencial* ou autonomia para o aprendizado e ao desenvolvimento (2003:40).

Os recursos a que socialmente se atribui poder construíram-se segundo os interesses dos grupos ou classes sociais que se determinaram enquanto detentores do poder.

Tal condição é fruto de uma construção social simbólica que, sob influencia ideológica, produziu tal realidade, mas é possível imaginá-la de outro modo e realizá-la diferente, uma vez que tal realidade assim se configurou para atender os grupos interessados nessa condição de relação. Utilizaram de suas habilidades e consciência para impor o estado relacional mais adequado à obtenção de seus interesses.

Outrossim, quando grupos apropriam-se e conscientizam-se das realidades que os dispõe em relações de poder, favoráveis ou desfavoráveis aos seus interesses, podem alterar tal condição relacional atribuindo novos significantes aos símbolos que sustentam tais realidades e relações.

Moradores de comunidades em vulnerabilidade social, por exemplo, não tem consciência dos recursos que possuem, não apresentando o conhecimento que faça valer seus interesses socialmente. Ou melhor, aprenderam pela ideologia dominante que não possuem força, não tem inteligência e, portanto, são incapazes de utilizar seus próprios recursos, mesmo quando desses apropriados.

O poder, segundo Serrano Garcia e Lopez Sanches (1986, *apud* Montero, 2003:52) tem sua origem em processos psicológicos vinculados às relações nas quais se fundamentam os modos de ação social. Isso porque a realidade normatizada constitui a desigualdade social pela distribuição desigual de recursos materiais. Do mesmo modo, a noção do acesso a tais recursos compreende toda situação social moldada e dinamizada por ações pautadas nos interesses dominantes. Tais relações devem ser analisadas em seu contexto social enquanto componentes de uma rede maior de relações. Para tanto, devem ser estudadas por via de enfoques específicos que apreciem as condições formadoras das situações relacionais de poder.

Garcia e Sanches apontam para alguns desses enfoques (1986, *apud* Montero, 2003:50-11). São estes de três naturezas:

1. Necessidades e aspirações;
2. Consciência da assimetria dos recursos;
3. Identificação dos recursos que se deseja conquistar.

Os autores ainda dão foco à origem e manutenção da relação. Tal situação ocorre quando é explicitado o desejo de um ator em conseguir recursos que estão

sob controle de outro ator, estabelecendo desta forma, um estado conflitivo. *A manifestação do interesse origina a relação e o conflito a mantém* (1994:185 *apud* Montero, 2003:50).

Neste momento é importante salientar que a relação de poder se apresenta quando os atores percebem a diferença de recursos entre si. Sempre existirão recursos em diferencial, a depender dos interesses que estiverem em jogo, e alguns serão mais valorizados do que outros ou serão negociados mediante os signos em questão.

*“Resistir-se a situação, denunciá-la ou reagir contra ela são ações que demonstram a existência da relação e geram resposta por parte do agente controlador destinadas a mantê-las. Os modos de manifestar o interesse por parte dos agentes interessados podem ser muitos; desde o enfrentamento e a luta até a resistência passiva.”* (Montero, 2003:51)

A alteração de uma relação de poder prevê uma situação que conduza a uma mudança social, que se define como *“qualquer processo de alteração, planejada ou acidental, dos elementos da relação de poder.”* (Garcia e Sanchez, 1994:185 *apud* Montero, 2003:51).

A luta para se proporcionar uma mudança social por ações coletivas integradas em uma comunidade mobilizada tem, em seu aspecto estratégico, a caracterização das formas de atuação que dão sustentabilidade e integralidade às ações. A forma organizacional adotada para a organização do processo de fortalecimento comunitário foi o de uma rede de cooperação social.

#### **4. Redes sociais de cooperação social**

As redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes em torno de objetivos e temáticos comuns, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social. Porém, é importante enfatizar que redes sociais em comunidades já são estabelecidas, já que:

*“(...) redes respondem a conexões ou articulações entre grupos e pessoas com um objetivo comum que serve de fio condutor de tais relações, nas quais podem ir desde relações familiares ou de companheirismo até movimentos sociais.” (Riechmann e Fernández Buey, 1994, apud Montero, 2003:174)*

Não necessariamente uma rede social é uma organização voltada à conquista de recursos para se chegar a objetivos comuns de superação. As conexões entre as pessoas existem mediando o convívio comunitário.

A rede de cooperação social que estudamos implica em uma articulação comunitária de base organizacional, proporcionando o alicerce para o desenvolvimento de moradores associados por trabalhos comunitários, distribuídos por atividades específicas, atribuídos por responsabilidades, consolidados pelos compromissos assumidos, sistematizando as informações em conhecimentos e multiplicando saberes com o objetivo de conduzir a comunidade integrada a uma qualidade de vida melhor.

Talvez a característica mais importante da organização comunitária em rede é a possibilidade de unir a diversidade das pessoas e a complexidade das

relações por condutas comuns em multiplicidades de estilos individuais, aproximando as relações e articulando os elementos e os aspectos de intercâmbio em prol dos objetivos previstos.

*“As redes comunitárias integram e articulam dimensões estratégias e visões diversas dirigidas a uma meta comum, a qual potencializa e enriquece o trabalho comunitário.”* (Montero, 2003:182)

Desta forma, as redes de cooperação social funcionam como um meio estratégico para construir, integrar e coordenar atividades dos grupos de base comunitária, tecendo uma referência de solidariedade, associação e trabalho para a comunidade e seus moradores.

As redes também dispõem aos seus integrantes um rápido intercâmbio de informações, mantendo todos conscientes dos acontecimentos comunitários e apropriados dos conhecimentos produzidos.

Por fim, as redes dão consistência aos processos de fortalecimento comunitários, conectando e pautando as ações coletivas de maneira a compor a organização comunitária.

Desta maneira, tem-se um processo de fortalecimento que se inicia com a ação dialógica educativa, possibilitando a construção do conhecimento crítico e próprio, acarretando nas ações coletivas que por sua vez produzem e conquistam recursos a serem autogeridos pela organização comunitária em forma de uma rede de cooperação social.



## 5. Elementos gerais da autonomia comunitária

Apresentamos neste momento a sistematização dos princípios de organização para o fortalecimento comunitário utilizados nesta pesquisa.

*Partir da prática concreta:* conhecer e problematizar a prática. São as necessidades no cotidiano que motivam a busca de soluções que ao mesmo tempo exigem uma reflexão crítica da realidade e ações para transformá-la. Toda experiência é educativa e toda aprendizagem é mais eficaz quando realizada num ambiente de socialização.

*Refletir sobre a prática:* ir além das aparências imediatas. Refletir, discutir e buscar conhecer melhor o assunto, problematizando-o; estudá-lo criativa e criticamente e propor novos modos de pensar sobre o tema. O estudo de cada questão passa necessariamente pela reflexão sobre o envolvimento pessoal de cada um com o tema em questão.

*Voltar à prática para transformá-la:* voltar à prática com referências teóricas mais elaboradas e agir de modo mais efetivo. A prática é o critério de avaliação da teoria. Ao colocar em prática o conhecimento mais elaborado surgem novas perguntas que requerem novo processo de reflexão, que por sua vez abrem o movimento da busca contínua do conhecimento.

*Conscientização:* compreensão e apropriação das determinações sociais para esclarecer as diferenças entre classes e suas implicações; enxergar o indivíduo como o centro das relações com a natureza e, portanto, com a comunidade, tornando-o agente das mudanças da vida social. A conscientização compreende os processos de ampliação da consciência; conhecer historicamente

os processos que construíram o contexto e a realidade presentes; presume o desenvolvimento de uma autonomia de decisão pelo desenvolvimento de uma consciência crítica que, além de questionar o entorno, relaciona-se com as percepções convenientes às opiniões do sujeito. Faz perceber o grau de diferença de recursos sugestivos do poder ao sentir a ideologia dominante.

*Participação:* é a base para organização de qualquer caráter de atividade comunitária; fundamenta o desenvolvimento, amplia e multiplica as ações comunitárias.

*Solidariedade:* relação de reciprocidade interpessoal que fortalece os vínculos afetivos, de modo a ampliar o sentido de colaboração e formar uma base de relações concatenando ações conjuntas em prol do bem-estar social. Preza pela cidadania e bem-estar da comunidade, por princípios de organização social implicados em obrigações, direitos e deveres comunitários.

*Controle:* a partir da identificação e apropriação dos recursos, subjetivos e materiais, individuais e coletivos, dão poder de decisão sobre os rumos da comunidade, ou seja, dão o controle aos moradores que controlam os recursos comunitários.

*Poder:* diz respeito à condição que a comunidade pode exercer nas relações com base nos recursos que possui e deseja possuir.

*Ações coletivas:* mobilização objetiva que une os moradores pela negociação da conquista e identificação pela ação, cognição e construção. Fenômeno voltado para transgredir as barreiras instituídas da normatização.

*Práticas democráticas:* constituição de práticas representativas e participativas, a propôr o fomento do espírito coletivo que propicie o desencadear

de processos de empoderamento comunitário e norteie um desenvolvimento social consciente. A atuação social pelo exercício da democracia, desde as instâncias dos fóruns de discussão local até as de representação política, ocorre através de representantes dos interesses comunitários, que devem garantir a transparência e a circulação de informações e conhecimento.

*Autogestão:* distribuição da liderança de forma que o grupo trabalhe por consenso, com um alto grau de relacionamento interpessoal e atribua a máxima importância ao crescimento emocional e intelectual de todos. Somente o homem protagonista, aquele que realiza através da expressão, pode melhorar seu próprio destino, criar a democracia e resolver de maneira cada vez mais aperfeiçoada os problemas gerados por sua relação com a natureza e com os outros seres humanos.

*Rede de colaboração solidária:* Estruturas flexíveis e cadenciadas, as redes se estabelecem por relações democráticas, horizontais, interconexas e em dinâmicas que sugerem o trabalho colaborativo e participativo.

## **Metodologia de Pesquisa**

A metodologia de pesquisa que utilizaremos nesta dissertação reúne princípios da investigação etnográfica e da pesquisa-ação. Para uma melhor compreensão de tais metodologias, descreveremos suas principais características e alguns tipos de abordagem que compreendemos serem relevantes ao esclarecimento de suas utilizações.

Também apresentaremos a forma de aplicação adotada para a apreciação dos dados, visando facilitar a leitura do capítulo analítico da experiência. Estes detalhes visam esclarecer a perspectiva analítica da investigação e suas implicações processuais em uma intervenção comunitária.

A abordagem qualitativa de investigação científica etnográfica contemporânea é concebida à confluência de duas tradições da sociologia: a interacionista simbólica e a etnometodológica.

A interacionista simbólica, expressão criada por Herbert Blumer em 1937, tem sua origem no final do século XIX pela concepção do trabalho de três investigadores: Thomas, Cooley e Mead. Eles compreendiam a sociedade como um processo de inter-relações subjetivas que sustentariam comportamentos de formação e integração de grupos sociais.

Tais comportamentos são balizados por conjuntos de significados que imprimem sentidos de realidade comuns a determinados grupos, constituindo campos intersubjetivos de interação social. Tais campos de realidade subjetiva, sob o qual indivíduos interagem cotidianamente, se constituem por atribuições de

significados e sentidos que circunscrevem a chamada “realidade do senso comum”.

Imerso neste campo intersubjetivo da realidade do senso comum, segundo George Hebert Mead (1934), o sujeito é atingido por diversas influências em seu cotidiano e atua relacionando-se com os símbolos atribuídos a tais influências. Esse atuar interagindo com signos não quer dizer relacionar-se com determinada ação ou estímulo por seu caráter aparente, mas sim por seu caráter mais profundo. Entendemos que, para Mead, o sujeito constrói sua resposta ao interagir com a “intenção provocadora” da ação aparente.

Sob esta concepção, pode-se afirmar que cada ação é um símbolo composto por variados significados que constroem a teia de sentidos na qual o sujeito se relaciona. Estes símbolos são dimensionados por ações que constroem comportamentos e sugerem interpretações, permitindo um movimento de construção de ações-resposta a partir da interpretação realizada.

A interpretação se dá, segundo Mead, por um diálogo internalizado que o indivíduo realiza consigo quando é atingido por determinada informação. Ele pressupõe um self ativo, composto por dois aspectos: o Eu e o Mim.

O aspecto Eu se dá pelo impulso descomedido de agir e se expressa pela vontade de responder diretamente a todos os significados apreendidos pelo sujeito. Devido a essa característica de “ação pura”, é necessária uma contração de equilíbrio, proporcionada mediante o aspecto Mim.

O Mim é a representação de todo o conjunto de sentidos e significados do meio social, signos comuns ao grupo no qual o indivíduo interage, aspecto representado pela figura do grande outro generalizado. É deste outro generalizado

que surge um outro mais específico, referente a uma situação pontual, uma figura individual (uma pessoa), caracterizada pela exterioridade simbólica que se apresenta em determinado momento para negociar uma ação possível com o aspecto Eu. Com o dinamismo dessa relação interna e por seu caráter simbólico, a ação lançada será o objeto de interação e interpretação que provoca nova negociação e resposta do meio. Desta maneira, o Indivíduo vai se equilibrando imerso nesta realidade “*simbólica*” do senso comum.

Compreendendo que em alguma instância de sua complexidade o indivíduo interage consigo e com a sociedade pelo intermédio de uma linguagem simbólica, torna-se possível o estudo psicossocial por via do interacionismo simbólico.

Portanto, o interacionismo simbólico estuda os aspectos "encobertos" e subjetivos, acreditando na atuação humana por meio de comportamentos caracterizados a partir do que as situações simbolizam, começando pelo próprio indivíduo, que responderia aos outros mediante um "self ativo" que contrapõe primeiro a si mesmo e interage socialmente de forma a tornar-se também objeto de suas próprias ações vendo-se "de fora". Colocar-se no lugar ou no papel dos outros e ver a si próprio demanda um tipo de investigação não experimental ou objetivante, mas sim compreensiva e interpretativa, que possa ser aplicada a partir dos pressupostos interacionistas simbólicos. Para atender a essas demanda emerge a etnometodologia, que nasceu de um estudo realizado por Harold Garfinkel sobre a atividade de “jurados” em tribunais.

Para Garfinkel, o termo etno refere-se a “*maneira como um membro de uma comunidade baseada em conhecimentos de senso comum desenvolve estes conhecimentos sobre seu mundo circundante*” (Haguette, 1987:49). Seria uma

percepção da realidade pelos signos contidos nas próprias falas, já que as falas, que são auto-ações, também compõem o universo das ações simbólicas que constituem a realidade a ser estudada. Propõe-se não somente o observar, mas o auto-observar-se ao falar.

A etnometodologia se refere à organização do conhecimento pela observação de atividades cotidianas e, desta maneira, proporciona o estudo e a análise das atividades cotidianas pelo olhar do próprio indivíduo produtor de fenômenos sociais, como agente criador e interlocutor das ações simbólicas que compõem sua realidade.

A etnometodologia procura descobrir as estratégias pessoais que cada sujeito constrói para analisar, enfrentar e finalmente negociar as questões ambíguas de seu dia-a-dia, assim como entender as propriedades de tais estratégias. Segundo Garfinkel (1967), as pessoas são teórico-práticas no dia-a-dia, procurando, criando e modificando significados e interpretações das ações uns dos outros.

Sob o ponto de vista do interacionismo simbólico, os indivíduos, em sua vida cotidiana, alocam significados aos objetos do dia-a-dia mediante o processo de inter-relações subjetivas, passando a interpretar seu mundo de significados, produzindo uma realidade para atuar. Para perceber como os atores produzem suas realidades, a etnometodologia se apóia no estudo prático do dia-a-dia.

Assim sendo, faz-se necessária uma metodologia de pesquisa empírica para estudar as estratégias pessoais utilizadas na realização de tarefas cotidianas, pois trata-se de analisar práticas corriqueiras de conduta, protagonizadas por membros de grupos comuns, ao passo que executam suas ações.

A abordagem de investigação que atende a tal necessidade, decorrente das concepções interacionistas simbólicas e etnometodológicas é a abordagem investigativa etnográfica. Ela proporciona um espectro integrado, coligando as especificidades da sociedade pelo olhar holístico dos fatos sociais. Trata-se de uma investigação mais aproximada, que identifica e descreve detalhadamente os atores e os cenários onde atuam.

Para tanto, a investigação é abrangente, de maneira a ressaltar a influência da cultura local nos fenômenos sociais e comparar com fenômenos sociais de outras culturas, permitindo maior precisão na caracterização e delineamento de eventos sociais.

A raiz etimológica da designação "etnografia" reside nos vocábulos gregos "ethnos" – povo e "grápho" – descrever. Ethnos eram os povos estrangeiros, por oposição ao povo formado pelos cidadãos atenienses (demos). A Etnografia, portanto, investiga o estrangeiro (o outro) e seu estrangeirismo (suas diferenças).

Curiosamente, notamos que historicamente o homem pesquisou sua própria cultura comparando-a com a cultura de outros povos, assim como as pessoas se comparam umas as outras, notando suas semelhanças e diferenças.

Neste sentido o etnógrafo parte do olhar questionador que autua tudo aquilo que encontra, colocando sempre em cheque os fatos encontrados. Assim, torna-se possível a identificação de semelhanças e diferenças entre os fatos estudados, disponibilizando-os ao princípio base da análise etnográfica: o método comparativo.

O interesse comparativo na etnografia é aliado ao interesse na descrição holística da cena, do evento social, e da interação grupal que se propõe estudar.



Ao investigar uma comunidade de uma favela, por exemplo, procura-se estudá-la por uma perspectiva global, observando todos os contextos da favela com o objetivo de descrever os cenários onde os fatos sociais ocorrem.

Ainda neste sentido, observa-se os jovens, os velhos, a área urbana, as relações entre gerações, entre gêneros, entre classes, além das questões sociais geradas nos cenários culturais. Cenários culturais englobam, no interior da prática etnográfica, um conjunto de códigos e convenções simbólicas mediadores de relações sociais, pressupondo um campo semântico partilhado, que possibilita sua descrição através da interpretação de tais símbolos.

Sendo a etnografia um método originário da tradição etnometodológica, o prisma interpretativo considera a cultura local, evitando desta maneira, equívocos analíticos de interpretação.

Na Grécia Antiga, por exemplo, era costume que homens se relacionassem sexualmente com outros homens e esta prática era vista como “natural” naquela cultura. Se analisarmos este fato da perspectiva da cultura judaico-cristã ocidental, poderíamos concluir que os antigos gregos tinham fortes tendências homossexuais, com todos os significados pejorativos que esta atribuição possui nesta cultura.

Este equívoco de interpretação, resultante de uma perspectiva cultural, exemplifica a problemática destacada nas críticas etnológicas à forma incoerente de se olhar o fenômeno.

A etnografia se apresenta enquanto um método de pesquisa capaz de investigar grupos, comunidades e instituições, correlacionando-as com

agrupamentos sociais semelhantes de diferentes culturas, propiciando análises das peculiaridades relevantes aos objetivos da investigação.

Na pesquisa etnográfica, é de vital importância uma descrição detalhada sobre as ocorrências da realidade de um grupo social, com a finalidade de perceber o grau de importância que os sujeitos atribuem às expectativas imputadas sobre as ações do grupo, permitindo a circunscrição dos significados atribuídos às ações cotidianas.

Em primeira instância, o etnógrafo deve descrever tudo a sua volta para identificar todos os significantes e fazer jus ao enfoque de co-relacionar o conjunto de símbolos sobre os quais serão produzidos os fatos e as situações do contexto estudado.

A complexidade entrelaçada das atividades cotidianas apresenta estruturas simbólicas inter-relacionadas de múltiplas representações, demonstrando as teias de significados, individuais e coletivos, que envolvem o sujeito. Por intermédio dessas estruturas o homem produz, interpreta e reproduz significados, construindo a própria realidade social.

A etnografia, enquanto abordagem de investigação científica, contribui diretamente para a área de atuação das pesquisas qualitativas que investigam a dinâmica das desigualdades e exclusões sociais. Esta abordagem possui uma perspectiva de análise holística da cultura, concebendo as manifestações culturais como uma composição mediadora entre as estruturas sociais e a ação humana.

O sujeito protagonista das ações sociais, alvo da etnografia, colabora para a construção do ambiente estudado, exigindo uma constante reflexão e reestruturação do procedimento de observação do etnógrafo. Podemos concluir

que a etnografia é a escrita do visível, onde se busca conhecer pessoas mediante seus costumes locais, identificando os padrões cotidianos de agrupamentos sociais e investigando culturas por formas de organização social.

A pesquisa etnográfica requer uma combinação de registros que propicie a varredura necessária para a leitura e a demonstração da diversidade das atividades cotidianas dos atores sociais, contemplando o caráter de observação holística dos fenômenos.

A qualidade da pesquisa depende da sensibilidade de observação do pesquisador, do conhecimento que possui sobre a cultura pesquisada e de sua astúcia indagativa.

Enfim, por via do método etnográfico, obtém-se dados de diferentes ordens, desde registros e depoimentos até a participação em grandes eventos. Com a utilização dos instrumentos de coleta de dados, que vão de diários de campo a registros iconográficos, o pesquisador situa-se e orienta-se pelos registros dos acontecimentos.

No diário de campo, por exemplo, o etnógrafo descreve os fatos do dia-a-dia da operação investigativa, ampliando sua percepção dos significados cotidianos que dão voz à intuição que conduz aos objetivos da pesquisa, mediante os rastros do campo plural de sentidos.

O diário de campo, desta forma, é tido como “o instrumento base” do etnógrafo, onde ele registra seus pontos de vista arguindo e comparando a evolução dos fatos ocorrentes. Desta maneira, por via do diário de campo, o etnógrafo vai expondo as situações, identificando os protagonistas, construindo os cenários e delineando o sistema de interação simbólica. É também um

instrumento de consulta, por conter a narração dos fatos, tornando-se importante para as tomadas de decisão.

Muitas vezes o investigador, imerso ao campo plural de sentidos, necessita de uma referência para decidir a melhor direção na busca de pistas e informações, convergentes à trajetória da investigação até o momento.

Ao consultar o diário de campo, o pesquisador tem acesso a todos os caminhos percorridos e o impacto de cada situação narrada no contexto de pesquisa. Condição que torna possível comparar a situação vivida no momento com outras já experimentadas, perceber as equivalências e diferenças de tais momentos, localizar-se na conjuntura, e pautar a seqüência investigativa.

Para observar o maior número possível de situações informativas ao estudo etnológico<sup>8</sup>, a etnografia moderna também se utiliza de registros iconográficos como fotografias. A Fotoetnografia, termo criado por Achutti (1997), identifica a etnografia realizada por via da narração visual.

*“Proponho que se busque a importância da linguagem fotográfica no espectro do trabalho antropológico, no que essa linguagem tem a somar, a narrar, de uma forma especial, um dado especial: a cultura. A construção de narrativas através da imagem fotográfica vem, ao ser articulada como texto verbal e a legitimidade que este alcançou contribuir no sentido de enriquecer e agregar (...) complexidade aos esforços de interpretação de universos sociais cada vez mais densos e complexos, onde imagens por sua vez tornam-se cada vez mais um elemento da própria sociabilidade”. (Achutti,1997:38-9).*

---

<sup>8</sup> Etnologia é a linha de estudo da antropologia que compreende o método etnográfico de investigação.

A utilização da fotografia e também do vídeo como recurso narrativo é de grande valia para a etnografia moderna. Para que a condição da narração seja caracterizada, as imagens devem mostrar fatos seqüenciais coerentes com os acontecimentos e situações notáveis para a pesquisa. Devem contemplar o caráter de registros descritivos, conter historicidade, desvendar momentos importantes na construção de costumes que possam demonstrar a convivência do novo com o antigo, mostrar mudanças de postura, transformação de estilos, ou seja, mostrar seqüências de acontecimentos que narrem fenômenos.

Uma vez que a utilização das imagens tem caráter narrativo, essas deverão ser utilizadas na demonstração visual dos conceitos em discussão para determinados momentos da pesquisa. Por esta razão, as imagens são importantes não só para a descrição dos acontecimentos através do tempo de investigação, mas na apresentação visual que demonstre idéias e informações.

As utilizações de imagens também podem ser de contribuição explicativa quando ilustram situações narradas por documentos escritos. O etnógrafo complementa seu acervo informativo com histórias de vida por entrevistas, depoimentos coletados por questionários, opiniões por via de enquetes e consenso de opiniões por via de grupos focais.

Concluí-se, portanto, que a etnografia é uma abordagem de investigação qualitativa que tem como base os conceitos epistemológicos oriundos do interacionismo simbólico que se somam ao olhar investigativo da etnometodologia. A investigação aborda o universo simbólico dos atores sociais que se constrói pelos significados contidos nas ações dos próprios sujeitos. Para tanto, obriga o

investigador a conhecer os eventos que os atores participam, que tipos de comida comem, que roupa vestem, entre outros.

Ao pesquisar a realidade de uma intervenção comunitária, por exemplo, o etnógrafo necessita de determinado grau de imersão no cotidiano, com aproximação suficiente para contemplar a investigação dos processos que implicam em mudanças de comportamento e produção de conhecimento.

Assim, métodos referentes às pesquisas-ações são integrados ao desenvolvimento etnográfico com a finalidade de estudar atores sociais e pesquisadores atuando em atividades comuns.

Para observar o fenômeno, de forma a dialogar holisticamente com muitos aspectos das diferentes ordens e sentidos do contexto de pesquisa, o pesquisador terá de experimentar ou observar distintas dimensões do mesmo fato social, tornando o estudo profundo e detalhado. Os diferentes graus de imersão do pesquisador no contexto pesquisado, levam às aproximações que refletem em múltiplas perspectivas de um só fenômeno.

A pesquisa-ação pode se realizar desde uma mera observação das atividades de um contexto social até a efetiva participação do pesquisador enquanto agente interventor, atuante dos processos de transformação.

Em se tratando da pesquisa-ação e considerando a conotação de interferência direta, normalmente atribuída ao termo, é bom esclarecer que não necessariamente o pesquisador participa da ação que gera o fenômeno. Existem instâncias diferentes de observação que determinam variadas categorias de pesquisa-ação, complementares ou não, dependendo do caráter de análise.

Para tanto, apresentamos neste momento alguns tipos de pesquisa, relacionados aos princípios e formas de observação segundo as experiências de pesquisas-participantes, principalmente dos últimos vinte anos, com o objetivo de contemplar diversos aspectos de tal abordagem metodológica. As abordagens em pesquisa-participante, ou pesquisa-ação, se diferenciam segundo seus aspectos epistemológicos, ideológicos e metodológicos.

Muitos autores consideram Kurt Lewin como criador da pesquisa-ação moderna. Lewin estudou o ser humano com o objetivo de encontrar maneiras para os indivíduos aumentarem sua produtividade no trabalho, em seqüência ao clássico trabalho de Taylor. Entre as maiores contribuições deixadas por Lewin está a conclusão referida à maior produtividade de trabalhadores ao se encontrarem em ambientes democráticos.

O autor também releu teorias da psicologia clássica, propiciando outro olhar à relação entre a teoria e a prática. Além disso, Lewin contribuiu para construção do conceito de campo, de forças, de tensão, de interdependência, entre outros que o levaram a sugerir quatro tipos de abordagens de pesquisa-ação:

1. *Ação pesquisa diagnóstica*: tem o objetivo de construir um plano de ação partindo da situação-problema em questão, procurando diagnosticar o problema e adotar as medidas para combatê-lo. As ações da intervenção devem partir da demanda identificada e propor soluções que possam ser realizadas pelos recursos disponíveis na situação.

2. *Ação pesquisa participativa*: dispõe dos atores locais, como moradores de uma comunidade implicados no processo de pesquisa, participando das ações de intervenção propostas pelo pesquisador dentro de um programa de atividades comunitárias. Este tipo de pesquisa permite trabalhar com problemas específicos de uma localidade, podendo servir de exemplo para intervenções semelhantes em comunidades similares. A construção de conceitos genéricos, entretanto, é inviável, por se tratarem de ações elaboradas aos problemas que possivelmente ocorrem nas questões cotidianas de uma determinada comunidade.

3. *Ação pesquisa empírica*: admite o registro dos experimentos no trabalho de campo. Esse tipo de pesquisa é muito eficiente, apesar de não dispor de um grupo controle, como exigido em seu emprego clássico, pois cada comunidade terá grupos de características peculiares e propriedades só nelas encontradas. Apesar da aparente instabilidade, esse tipo de ação-pesquisa pode levar a um progressivo desenvolvimento de princípios condizentes a realidade do sujeito.

4. *Ação pesquisa experimental*: tem o objetivo de monitorar e comparar a eficácia de técnicas diferentes em situações de mesma configuração. Entre todas as ações pesquisa, a *ação pesquisa experimental* é a única que permite checar, de fato, hipóteses científicas. Levando em consideração o dinamismo de um contexto social, as condições favoráveis à aplicação desse tipo de pesquisa-ação dificilmente são encontradas.



Lewin contribuiu para que os trabalhos de intervenção social tivessem um sentido e resultados de transformação mensuráveis. Seu trabalho fundamentou a psicologia social experimental, levando ao desenvolvimento de discussões sobre grupos, influência e formas de poder. O conceito de *campos sociais* propiciou a noção de dinâmica de grupo e incentivou o desenvolvimento de métodos como a sociometria, grupos de treinamento (T-group) e observação-participante.

A pesquisa-ação de Lewin demonstra que a pesquisa-participante voltada para a democracia dos grupos por meio de discussões, avaliações, decisões, ação e avaliação, torna os integrantes dos grupos mais apropriados de seu ofício, desenvolvendo o trabalho de forma mais criativa e conscientizando o sujeito.

Já o autor Henri Desroche, conceitua a pesquisa-ação como *“uma investigação em que os atores da pesquisa e os atores sociais encontram-se reciprocamente implicados: os atores na pesquisa e os autores na nação”* (Desroche, 1984a:9 *apud* Andaloussi, 2004:96). Ele apresenta três tipos de pesquisa-ação.

O primeiro tipo, cujo foco incide nas finalidades das ações, o autor denomina de pesquisa-SOBRE. Este tipo de investigação se dá quando o pesquisador analisa a pesquisa sem necessariamente participar dela. Quando o investigador participa de ações em campo sem o papel de tomar decisões que influenciem diretamente nos fatos estudados. Entende-se que o pesquisador, neste caso, possui a aproximação necessária para caracterizar a pesquisa-participante, mas não influencia diretamente nas atividades do grupo. Por mais que interfira no cotidiano da comunidade, não sugere ações ao grupo.

O segundo tipo de pesquisa-ação é denominado por Desroche de pesquisa-PARA. Trata-se de uma “pesquisa de aplicação”: o pesquisador define um caráter de explicação e opta por cenários diferentes, apresenta para os atores escolherem os panoramas de sua preferência e avalia, num segundo momento, as ações que atingiram o resultado esperado. Caso nenhuma atinja o resultado, a experiência fracassa.

O terceiro tipo é denominado pesquisa de implicação ou pesquisa-POR. Nesse tipo de pesquisa o investigador participa diretamente das ações junto aos atores da localidade, se integra às atividades do cotidiano e torna-se co-autor dos processos estudados.

Desroche ainda considera uma dimensão transversal, classificada de aplicação-COM. Tal dimensão coliga os três tipos de pesquisa-ação: “*O tipo SOBRE é um COM de inserção*” a considerar quando o investigador adentra algum grupo para compreendê-lo da perspectiva interna.

*“O tipo PARA é um COM de destino”, isto é, uma pesquisa que não é feita POR, mas SOBRE e PARA. Por exemplo, uma pesquisa realizada SOBRE um grupo de bolsistas visa estudar este grupo e, ao mesmo tempo, delinear resultados PARA futuros beneficiários (Desroche, 1984b:212).*

Já o tipo POR é atravessado por um COM em graus variáveis de mútua colaboração dos participantes (atores e pesquisador).

Desta forma, Desroche classifica as pesquisas-ações pelo caráter ou tipo da participação nas seguintes categorias: pesquisa de **explicação** SOBRE a ação

e seus atores; pesquisa de **aplicação** PARA a ação e seus atores; pesquisa de **implicação** PELA (POR) ação e seus atores.

O autor Khalid El Andaloussi, com a finalidade de organizar as diversas concepções e tipologias de pesquisa-ação e definir os critérios de aplicação metodológica, observa a pesquisa-ação sobre três pontos de vista: do pesquisador, dos atores e da relação de ambos quando atuam reciprocamente.

O pesquisador transita pelos papéis de observador das ações, configurando um caráter informativo de atuação, ou de atuação conjunta com os atores, configurando um caráter ativo de atuação.

Tais polaridades, informativa e ativa, vão determinar o grau de influência que o pesquisador terá sobre o contexto de pesquisa. As interferências, por sua vez, serão reguladas a tolerância dos atores participantes sobre as ações do investigador. Segundo a forma de atuação e o grau de aproximação do pesquisador em uma pesquisa-ação, o autor Khalid El Andaloussi comenta que:

*“No primeiro caso (informativo), o pesquisador extrai informação das teorias que conhece e dos resultados das pesquisas sobre os atores considerados. Os atores fornecem informações e utilizam resultados da pesquisa conforme sua convicção e adesão. No segundo caso (ativo), o pesquisador envolve-se em uma ação com os atores e interrompe a função de investigação. Ele se torna ator igual aos outros e não pode pretender fazer pesquisa”.* (Andaloussi, 2004:101).

Deste ponto de vista, podemos compreender que um investigador pode acompanhar encontros entre lideranças de uma comunidade, por exemplo,

simplesmente enquanto observador da dinâmica do processo: procurando entender os valores a que os atores se referem nas tomadas de decisão, considerando o sentido e o objetivo das ações encaminhadas e procurando identificar o papel de cada liderança nas tomadas de decisão, entre outros aspectos.

Caso o pesquisador opine, se questionado, sobre determinado tema, mesmo sem interferir diretamente na tomada de decisão, está participando dela. Neste caso, o pesquisador está próximo da polaridade informativa.

Quando o pesquisador toma a frente de uma decisão em reunião, sugerindo enquanto líder a ação que dever ser executada, se aproxima da polaridade ativa, podendo influenciar no comportamento dos atores participantes.

*“O pesquisador pode exercer uma influência sobre os atores por sua atitude (como observador, entrevistador, consultor, analista) e pelo grau de sua implicação, isto é, pela intenção que o anima em sua aproximação com os atores (adaptativa, militante, etc.). Esta influência está também condicionada pelo grau de aceitação do pesquisador pelos atores...”.* (Andaloussi, 2004:101).

Os atores sociais podem ou não estar implicados diretamente na pesquisa, assim como podem ser ou não moradores da comunidade. Os não moradores atendem, freqüentemente, a alguma entidade de apoio comunitário, são normalmente: assistentes sociais, professores da rede pública, educadores de pastorais e padres.

É importante enfatizar que tais atores convivem e integram a comunidade, constituindo a realidade social. Já o pesquisador é estrangeiro e por mais que se

integre e exerça influência no cotidiano da comunidade, não é parte da estrutura comunitária e sim agente externo.

Já os moradores da comunidade se distinguem por lideranças de associações de base comunitária, participantes de atividades propostas pelas entidades de apoio comunitários ou simples moradores. Estes atores enxergam o pesquisador como um estrangeiro que, caso tenha boa inserção e esclareça bem sua participação, trás novas possibilidades, participando na construção de um saber comunitário que possa contribuir para o bem-estar social.

Tal ponto de vista tem como foco a condição que unifica a pesquisa com a ação em só uma atividade. Esta correlação consiste numa articulação orgânica, já que a atuação de um (pesquisador) gera o trabalho do outro (ator) e vice-versa, levando a conclusão de que *“não se pode haver pesquisa sem ação e nem ação sem pesquisa”*. (Andaloussi, 2004:102).

*“Consideradas isoladamente, a pesquisa e a ação pouco importam. É o hífen que as une e define a pesquisa-ação e lhe atribui um status de interseção entre pesquisa e ação. Esse hífen é considerado uma indicação da fusão fecunda da pesquisa e da ação em uma perspectiva transformadora dos valores e das atitudes, tanto do pesquisador como dos atores”*. (Andaloussi, 2004:102).

Essa aproximação gera confiança entre o pesquisador e o ator na expressão coletiva de aliança e solidariedade.

Por fim apresentamos o tipo de pesquisa que consideramos integrar os aspectos das abordagens descritas acima, portanto, denominada pesquisa-ação-integral.

Este tipo de pesquisa-ação integra as abordagens de pesquisa apresentadas por Desroche, congregando os enfoques explicativos, implicativos e aplicativos dos tipos SOBRE, PARA E POR em uma só abordagem investigativa.

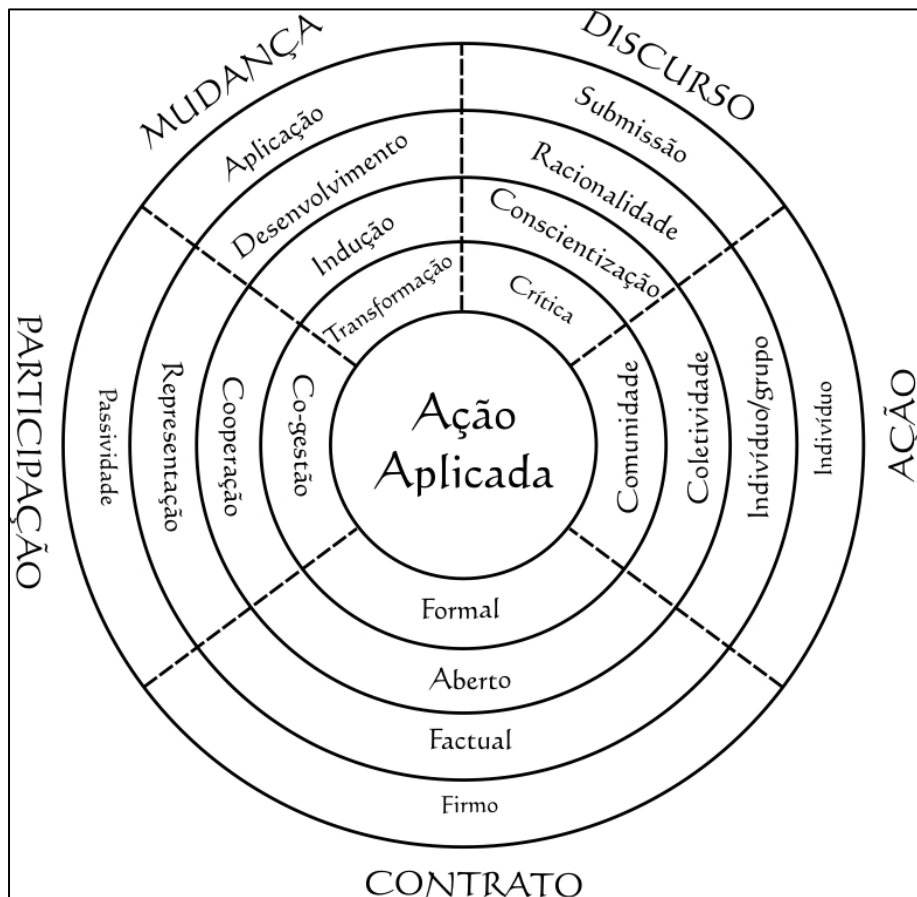
Tal caráter de pesquisa-ação atua *“SOBRE as ações de um grupo, cumpra-se PARA um grupo e é realizada POR (pelos) atores do grupo”*. (Morin,1992:21 *apud* Andaloussi, 2004:103). André Morin define a pesquisa-ação integral da seguinte forma:

*“A pesquisa-ação integral visa uma mudança pela transformação recíproca da ação e do discurso, isto é, de uma ação individual em uma prática coletiva eficaz e iniciadora, e de um discurso espontâneo em um diálogo esclarecido ou, até, engajado. Tal pesquisa exige que haja um contrato aberto, formal (preferencialmente não instrumentado), implicando uma participação cooperativa podendo levar até à co-gestão”*. (Morin, 1992:21 *apud* Andaloussi, 2004:103).

O autor sugere cinco dimensões que abrangem diversos paradigmas de pesquisa-ação com o objetivo de explicar a interdependência sólida da pesquisa-ação integral.

Para tanto, desenvolve um diagrama que demonstra as transversalidades das relações, no trânsito dimensional das abordagens que vão da pesquisa-ação aplicada à integral.

## Quadro2 – pesquisa-ação integral



Fonte: A.Morin (1986:231)

O quadro acima exemplifica os paradigmas da pesquisa-ação e demonstra níveis que traduzem os graus de participação implicados. Quanto mais elevado for o envolvimento dos participantes, mais próximos da condição integrada estarão.

Segundo Morin (1992), a pesquisa-ação integral é o último estágio para os integrantes entrarem em consenso pactual e praticarem uma gestão igualmente

participativa das ações em campo. Ele explica as dimensões do quadro acima da seguinte forma:

*Contrato*: é a dimensão que articula os diferentes atores por acordos convencionados democraticamente e garantidos ao diálogo aberto. Dimensão que organiza as funções dos participantes estabelecendo o campo consciente de atuação onde os atores constroem sua participação no trabalho. Pauta os critérios éticos da intervenção aos valores culturais da comunidade e alinha a comunicação pela compreensão de todos, portanto, vital à mobilização popular.

*Participação*: importante enfatizar que a participação que traduz a relação dos atores entre si e com o pesquisador não é de dependência e sim de troca de experiências e colaboração. Tal condição leva, gradativamente, o pesquisador a atuar mais como ator e o ator mais como pesquisador, conforme o engajamento de ambos. A pesquisa-ação integrada só incide em alto grau quando a cooperação social atinge uma co-gestão entre atores e pesquisador. “... *há vários níveis de participação, que vão da representação à cooperação para alcançar a co-gestão. Somente este último designa o alcance à pesquisa-ação integral*”. (Andaloussi, 2004:104).

*Mudança*: é o objetivo da pesquisa. Prática e conhecimento são reciprocamente início e fim dos processos de transformação. Refletir, discutir e buscar conhecer melhor os desafios, problematizando-os, estudando-os criativa e criticamente e propor novos modos de pensar sobre os problemas. O estudo de



cada questão passa necessariamente pela reflexão sobre o envolvimento pessoal de cada participante com os problemas da comunidade. Assim é possível voltar às questões com referências teóricas mais elaboradas e agir de modo mais efetivo.

*Discurso*: manifestação ideológica. Promove no cotidiano a atuação dos participantes, fortalece o protagonismo, constrói o espírito de emancipação e estimula a ação consciente. Deve ser “*compreensível a todos os integrantes e, ao mesmo, tempo, conservar sua dimensão dinâmica*”. (Andaloussi, 2004:106).

*Ação*: é o elo entre os participantes na construção do novo. A ação deve ser proposta em convenção democrática, decidida em autogestão. Jamais em uma pesquisa-ação-integrada a ação deve ser proposta hierarquicamente. A construção de ações e de estratégias precisa transitar num nível de complexidade acessível a todos os envolvidos, independente se na fase de elaboração ou de execução.

Assim, entendemos que a intelectualidade, a linguagem e a forma que compõem a ação devem ser de fácil assimilação, permitindo interferências e contribuições dos atores envolvidos, fazendo jus à construção coletiva da pesquisa-ação-integral.

*“Se depender do pesquisador a ação deve estar suficientemente aberta para que os atores possam apostar nela e acessar a sua lógica”*  
(Andaloussi, 2004:106).

Portanto, todos os atores devem estar apropriados de sua estrutura, capacitados a interferirem conscientemente na lógica da ação.

É de vital importância que se construa um *“paradigma voltado para a mudança, que integre a subjetividade na participação voluntária dos atores em seu conjunto”*. (Andaloussi, 2004:107).

O importante é compreender que todas as cinco dimensões citadas se interdependem e jamais são absolutamente plenas em si, fato que faz a pesquisa-ação tornar-se integrada e, por se constituir na contribuição de todos os envolvidos, também é uma dialogicidade.

Para se investigar da forma mais precisa possível uma atividade plural, preza-se por um roteiro de pesquisa que sinalize por demarcações metodológicas dos momentos cernes da trajetória do pesquisador em campo.

Toda pesquisa-ação deve estar estruturada por atividades pré-programadas que propiciem o alicerce necessário a construção das ações focadas na realidade que se deseja transformar.

Uma estrutura de atividades é construída conforme um planejamento seguro, que proporcione o bom andamento da intervenção, identificando as demarcações da pesquisa. Uma intervenção comunitária orienta-se por um projeto estruturado sobre programas de intervenção, integrando objetivos, metas e atividades por cronogramas de ações que se executam através de planos de trabalho.

O fator determinante a prática da pesquisa-ação-integrada é a estratégia de implementação, que tem como marco referencial seu método de formação, podendo ser um projeto de intervenção comunitária. Este projeto freqüentemente

é organizado em momentos estruturantes que dão base para a análise da intervenção.

As fases delimitam o tempo e a forma da intervenção desenvolvendo e aproximando o objetivo das ações. Andaloussi define estes momentos como: fase de instalação, de desenvolvimento, de avaliação global e de avaliação final.

1. *Fase de instalação:* é quando se estabelece a estratégia da intervenção discutindo as possibilidades, definindo os procedimentos, distribuindo as funções entre os integrantes e programando as etapas de execução das atividades.

2. *Fase de desenvolvimento:* é o momento de execução plana de ação que também são replanejados num movimento constante de reavaliação, replanejamento e novos encaminhamentos. É neste momento que o registro das informações são fundamentais para o realinhamento das atividades da pesquisa.

3. *Fase de avaliação global:* momento escolhido pelo grupo para se avaliar o andamento das atividades até o momento. Com base nas informações dos registros obtidos no momento anterior, se definem quais serão os ajustes a serem realizados para o prosseguimento das atividades.

4. *Fase de avaliação final:* Nessa fase, observa-se se as hipóteses de pesquisa foram verificadas com relação às estratégias e aos objetivos. Neste

momento, torna-se possível elucidar uma conclusão geral que propicie reformulações que levem ou não a uma nova etapa.

Por fim, o método de pesquisa que utilizaremos nesta dissertação reúne os princípios da pesquisa-ação-integrada, sugeridos por André Morim e da etnografia. Também procuramos desenvolver a pesquisa-ação em fases de implementação, assim como sugere Andaloussi, utilizando enquanto dispositivo de formação, projetos de intervenção comunitária.

O objetivo da ação no campo é contribuir na organização e no fortalecimento da comunidade pela perspectiva de uma integração colaborativa entre os moradores, além de identificar e compreender os processos interpessoais que contribuem para o fortalecimento da comunidade sob a proposta da organização em rede.

Desta maneira, a pesquisa-ação se desenvolve na medida em que os participantes procuram se organizar comunitariamente pela mútua integração colaborativa.

Os dados de pesquisa utilizados foram coletados pelos moldes etnográficos, por via de diários de campo, atas de reuniões, relatórios da equipe de intervenção e registros iconográficos. A análise dos dados será realizada pelo seguinte procedimento:

Primeiramente são selecionados os fatos registrados que julgamos melhor demonstrar a experiência.

Depois, os fatos registrados são organizados por períodos de análise.

Em primeira análise, os fatos são associados e narrados por episódios, preenchendo cada período de análise.

Em continuidade, as narrações são analisadas de forma a identificar as ações que contribuíram à maior autonomia dos participantes.

Para tanto, utilizaremos as categorias da psicologia social comunitária que se referem ao empoderamento<sup>9</sup> e à organização comunitária em rede<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver capítulo Organização Comunitária.

<sup>10</sup> *idem*.

## **Comunidade da Favela do Real Parque**

A pesquisa-ação proposta nesta dissertação de mestrado é realizada na Comunidade da Favela do Real Parque, zona sudoeste da cidade de São Paulo. Para melhor compreensão da pesquisa realizada é importante contextualizarmos o cenário onde exercemos a investigação.

Neste capítulo adentraremos ao universo da comunidade, delineando algumas das condições socioeconômicas e geográficas da região. Também identificaremos aspectos da rede social local, apresentando aqueles que, em nossa pesquisa, são seus principais atores.

A Favela do Real Parque se constitui por 884 barracos, por um conjunto Cingapura com 489 unidades habitacionais e um alojamento que abriga moradores desabrigados de um incêndio ocorrido em outubro de 2002.

A ocupação da região remonta aos anos 40. As primeiras residências de médio e alto padrão, foram construídas na década de 70. A população total da favela é de 5.300 habitantes sendo, em sua maioria, migrantes e descendentes nordestinos, que instalaram-se na comunidade em maior número na década de 50, devido à grande seca que atingia a região nordeste.

Por sua origem, a população se divide, segundo o censo do Projeto Casulo de 2004, em 25,2% de pernambucanos, sendo que 700 destes são índios da etnia Pankararu, 17,8% de baianos, 12,7 de mineiros, 8,1% de paraibanos, 6,5% de cearenses, 3,4 de alagoanos, 2,7 de alagoanos e 17,8% de paulistas.

Com a intensificação do processo de urbanização e verticalização, o bairro passou por gradativo adensamento demográfico. Ainda devido ao processo de verticalização, como reflexo das características que compõem a urbanização excludente da metrópole, as “sobras” dos loteamentos regulares<sup>11</sup>, passaram a ser ocupadas por populações de baixa renda.

A Favela do Real Parque constitui-se em caso *sui generis*: primeiramente, por ocupar, em sua maioria, terrenos pertencentes ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER) além de terrenos particulares; depois, por estar localizada junto a casas e edifícios de altíssimo padrão.

A região do Morumbi possui a maior renda média per capita da cidade de São Paulo, com o chefe de família ganhando mensalmente R\$ 6.498,82<sup>12</sup>. Em 2004, 92% dos moradores eram proprietários do imóvel onde moravam e 41% o haviam adquirido à vista. Tais fatores elevam a especulação do setor imobiliário e a pressão do aparato estatal pela remoção das favelas da região.

Em 1994, um conjunto habitacional foi construído, propiciando melhor qualidade de habitação. O fato não trouxe grande satisfação à população, visto que os apartamentos eram financiados, além de gerarem as despesas normais de imóveis regulares.

A área que compreende a favela, basicamente, constitui-se de terrenos de altas declividades e fundos de vales, caracterizando áreas de risco e com possibilidade de deslizamentos de terra.

Em 1994, em um dia de forte chuva, muitos deslizamentos ocorreram em tais áreas, deixando cerca de 200 famílias sem moradia. Diversas delas ficaram

---

<sup>11</sup> Áreas destinadas pelo loteador, por lei, para espaços de lazer e equipamentos públicos.

<sup>12</sup> Censo IBGE 2000

desabrigas, porém algumas conseguiram alojar-se em um abrigo na favela vizinha (Jardim Panorama).

A vulnerabilidade dos barracos com relação a incêndios é crítica, pois toda a fiação elétrica da favela é improvisada por extensões irregulares, ligadas aos cabos da rede pública distribuidora de energia elétrica. Em outubro de 2002 um grande incêndio na favela deixou muitos moradores feridos e desabrigados. Para amenizar o problema, a Associação de Moradores do Real Parque ocupou os alojamentos construídos para abrigar moradores durante as obras de um conjunto habitacional.

O terreno em que o alojamento foi construído é alvo de grande especulação. Corre a informação, entre os moradores, por exemplo, de que a Igreja Católica construiria um centro cultural-comunitário naquele local. Tal informação leva os moradores a desejarem a remoção do alojamento o mais breve possível.

Na tabela a seguir, demonstramos os principais problemas do Real Parque, tais como foram levantados em censo realizado pelo Projeto Casulo em 2004:

<b>Principais problemas</b>	<b>Número de respostas em %</b>
Emprego	17
Drogas	15
Segurança	11
Saúde	10
Limpeza pública	09



Habitação	09
Álcool	08
Lazer	08
Transporte	06
Escola	06

Entre os principais problemas, se destaca o desemprego atingindo 63% da população adulta.

A questão é enfrentada por algumas cooperativas e associações de bairro que buscam parcerias para promover novas frentes de trabalho, como a panificadora “Raio de Sol” organizada pelos moradores do Real Parque.

<b>Situação Ocupacional do responsável pelo domicílio</b>	
Trabalhando	63%
Não trabalhando	37%

Um dos assuntos recorrentes é a urbanização da favela. Quase 60% das moradias constituem-se de barracos, enquanto apenas 36% das pessoas moram no conjunto habitacional.

A infra-estrutura é precária: esgoto a céu aberto e vielas extremamente estreitas que facilitam a propagação do fogo e a inundação de barracos.

<b>Tipo de moradia</b>	
Barracos	59%
Conjunto Habitacional	36%
Alojamento	5%

Não existe hospital público nas proximidades. Somado a isto, o único posto de saúde do bairro é considerado pelos moradores como inadequado, pequeno e insuficiente, o que tem gerado reivindicações da comunidade para reforma ou construção de um novo.

Em relação à educação e atendimento às crianças e adolescentes, o maior problema é a inexistência de uma escola de Ensino Médio, além do número de creches conveniadas serem insuficientes para atender a necessidade.

<b>Grau de escolarização do responsável pelo domicílio</b>	
Fundamental I	39%
Fundamental II	33%
Não alfabetizado	16%
Médio	11%
Universitário	1%

Por último, destacamos o transporte público. Devido à falta de linhas regulares de ônibus, a população tem dificuldade de acesso à grande parte da

região do Butantã, ainda que o Real Parque faça parte desta região. Tal condição também dificulta o acesso às escolas e hospitais públicos.

Diante de tantas demandas, a comunidade da favela do Real Parque vem procurando se organizar. Moradores constituíram oito instituições de base comunitária: Associação de Moradores, Creche Pássaro Azul, Associação Esportiva e Cultural SOS Juventude, Ação Cultural Indígena Pankararú, Panificadora Raio de Sol, Associação de Habitação do Real Parque, Recicla Real e Associação Indígena SOS Pankararú.

Mesmo havendo uma organização por associações de bairro, a falta de integração entre as entidades enfraquece a coesão comunitária, tornando os movimentos populares locais desarticulados e muitas vezes pouco eficientes.

Para compreensão da dinâmica social da comunidade é importante entendermos que a necessidade de organização da favela levou os moradores a se organizarem em associações. Porém, essa condição gera outra demanda: o desenvolvimento e a articulação de tais organizações. Vamos apresentar neste momento alguns dos atores da rede social local, de maneira a visualizarmos os mais importantes a nossa investigação.

Iniciaremos pelos atores externos à comunidade, para depois apresentarmos os atores da comunidade. A igreja é representada por cinco organizações, sendo quatro vinculadas à Diocese de Campo Limpo e a outra a congregação Pavoniana. Uma delas é a Paróquia Nossa Senhora da Providência, igreja que responde à Diocese de Campo Limpo.

Vinculada a esta paróquia, existe a Caritas Paroquial, associação que visa o desenvolvimento de trabalhos comunitários. A Pastoral da Criança e o Núcleo Sócio Educativo completam as entidades Diocesanas.

A quinta representação eclesial pertence à congregação dos pavonianos (religiosos que reverenciam o Beato Ludovico Pavoni) se estabelece pelo Centro Comunitário Ludovico Pavoni.

É importante mencionar que até o ano de 2003 a Paróquia era administrada pelos pavonianos e, através do pároco Padre Vanilson, realizava diversos trabalhos junto à comunidade. Depois, passou a ser administrada pela Diocese, com o Padre Alexandre, que modificou algumas características do trabalho comunitário desenvolvido.

Outro ator importante na favela é o PucNovaEscola, organização de alunos e professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo (SDTS-SP), executaram o Projeto SOL, relativo à conscientização cidadã, e o Projeto SOL 2, referente ao desenvolvimento de empreendimentos populares de produção socializada.

O conhecimento sobre o PucNovaEscola é fundamental para compreendermos a origem de nossa participação junto ao grupo que executou a intervenção investigativa desta dissertação. A equipe que iniciou as atividades junto as associações de base comunitária é oriunda do movimento universitário PucNovaEscola.

Tal equipe, batizada de Lua, referenciando o projeto de intervenção de mesmo nome, organizou atividades junto aos moradores da favela até meados de

2004 quando, ao desligar-se do PucNovaEscola, criou sua própria organização, voltada a gestão de projetos educacionais e sociais, passando a ser conhecida como Equipe Ninhos.

A Equipe Ninhos trabalhou em parceria com o PucNovaEscola, junto a comunidade, até o final de 2004 quando o PucNovaEscola encerrou suas atividades, retirando-se da favela.

É importante ressaltar que o PucNovaEscola, mesmo já participando de atividades na comunidade, formou a Equipe de intervenção Lua sob a proposta de ajudar as organizações de base comunitária. Tal proposta foi feita pelo Projeto Casulo, um dos principais atores da rede social do Real Parque e responsável pelo convite que deu início as atividades desta pesquisa-ação.

O Projeto Casulo é um projeto do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), Organização Não Governamental formada por grandes empresários e empresas de Capital Social (Sociedades Anônimas). O Projeto iniciou suas atividades na Comunidade da Favela do Real Parque em abril de 2003. Atendendo, preferencialmente, jovens entre 12 e 18 anos.

O terreno onde se encontra a sede do Projeto foi cedido pela prefeitura, sob a condição do ICE constituir, junto ao prédio sede, uma Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI).

Entre os atores, também é importante mencionarmos a existência do espaço de socialização, denominado Rede Real Panorama. Tal espaço reúne organizações que desenvolvem trabalhos para a comunidade, funcionando enquanto articulador entre diversos agentes externos à favela. Esta articulação, inicialmente foi proposta por lideranças comunitárias e depois abandonada pelas

mesmas, devido à divergência ideológica e incompatibilidade de interesses entre comunitários e agentes externos.

A participação de moradores é inconstante, mesmo que as organizações participantes se empenhem na conquista de benefícios para a comunidade, como a reforma do Posto de Saúde.

Quanto às associações de base comunitária, primeiro apresentaremos a Associação de Moradores do Real Parque. A Associação se formou com o objetivo de fazer a interlocução entre a comunidade e agentes externos, inclusive o poder público. Fundada em 1995, até 1997 foi presidida por Wilson, que após dois anos se afastou; este fato paralisou as atividades da associação até 2001.

Em 2001, Jairo (atual presidente) foi convidado por uma professora do Serviço Social da PUC, chamada Rosalina, para reestruturar a associação. Com a ajuda desta professora, Jairo organizou a documentação necessária para então a legalizar a entidade.

Desta forma, em assembléia com 160 moradores participantes, foram eleitos os 15 representantes da Associação de Moradores. A Associação, que não possui sede própria, teve atuação marcante em catástrofes, como desmoronamento de barreiras e no incêndio, ocorridos na favela em 2002. Nestas situações, a associação atendeu diretamente as famílias prejudicadas, conseguindo locais, junto à prefeitura, para que as mesmas fossem abrigadas.

Outra organização da base comunitária do Real Parque é o Recicla Real. O Recicla Real funcionava em um terreno particular com cerca de 1000 m<sup>2</sup>, cedido por seu proprietário para a realização do trabalho da entidade em contrapartida ao pagamento do respectivo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Sua coordenadora, Monalisa, participava da central de coleta seletiva de lixo da Vila Leopoldina, onde liderava grupos de catadores de lixo. O Recicla Real coletava o lixo reciclável das imediações da Favela e o separava. O lixo selecionado era enviado a grandes centrais de reciclagem, compreendidas pelo programa municipal de reciclagem chamado Recicla São Paulo.

Para o atendimento das necessidades da população jovem, existe a Associação Esportiva e Cultural SOS Juventude, que oferece atividades lúdicas e esportivas para os adolescentes da favela, sempre levando em conta as questões da cidadania.

Tais atividades têm como objetivo oferecer aos jovens alternativas para as situações de risco envolvendo violência e criminalidade. Atende aproximadamente 245 jovens de 12 a 21 anos em práticas como capoeira, futsal feminino e masculino, dança e caratê.

A Associação utiliza o espaço cedido pela Igreja Anglicana como sede administrativa, utilizando outros espaços na comunidade para realizar suas atividades esportivas e culturais.

Como já mencionado, na favela se integram outras etnias como as dos índios Pankararus, que se organizam em duas entidades: a Ação cultural Indígena Pankararu e a Associação SOS Pankararu.

A Ação Cultural Indígena Pankararu surgiu no fim de 2003, em dissidência a outra associação indígena, a SOS Pankararu. Atualmente, aproximadamente 700 índios Pankararu vivem na comunidade da Favela do Real Parque. O primeiro índio Pankararu, fugindo da seca no Pernambuco nos anos 50, chegou a

comunidade como centenas de outros nordestinos, para trabalhar na construção civil.

O objetivo da entidade é desenvolver trabalhos que preservem sua cultura, os valores e os sentimentos que os caracterizam, visto que maioria não mais conhece o idioma nativo.

Para o atendimento às crianças e mães da comunidade existe a Creche Pássaro Azul, ou creche da Mandão, como é mais conhecida. A creche surgiu em 1990 pela união de mães, entre elas a citada líder Monalisa, que se propuseram em cuidar das crianças do bairro.

Com o objetivo de disponibilizar espaço e zelar pelas crianças cujos pais estão trabalhando, a creche atende cerca de 50 crianças entre 0 e 12 anos. A creche sobrevive de doações, pois não possui a regulamentação legal necessária para desenvolver parceria com entidades que apóiam o cuidado com crianças e adolescentes.

Além do trabalho com as crianças, a creche é referência da ação comunitária, pois foi palco de muitas decisões para a comunidade, como a retomada da construção da sede da associação dos moradores, por exemplo, impedida pelo tráfico de drogas.

Temos também que considerar as organizações criminosas instaladas no Real Parque, que por mais que apóiem as atividades de organização e desenvolvimento na comunidade, tem o poder de interferir nas atividades propostas por qualquer outra entidade que atua no local.



Por fim apresentamos o fórum que marca nossa participação em atividades da comunidade, já que foi formado pelas lideranças comunitárias conjuntamente à Equipe Ninhos.

Fórum de Multientidades, denominado Barco, propõe a organização da comunidade por uma rede de integração entre as associações de base comunitária. Para melhor colaboração de umas com as outras, o fórum funciona enquanto célula central, permitindo discussões e deliberações voltadas a conscientização, mobilização e organização dos moradores da favela.

A interação entre tais atores e os resultados de nossa participação em meio ao cenário formado por esta rede social, descreveremos e analisaremos no capítulo a seguir.

## Narração e Análise

Conforme explicitado no capítulo metodológico, narraremos os fatos que compreendemos melhor ilustrar a experiência investigativa realizada. Identificaremos itens que melhor esclareçam os processos de fortalecimento comunitário, utilizando as categorias de análise referentes à solidariedade e mobilização, empoderamento comunitário e organização comunitária em rede, assim como encontradas na literatura da Psicologia Social Comunitária.

Organizamos as narrativas em três períodos de análise, compreendendo todo o tempo de investigação. Os períodos de análise, por sua vez, são estabelecidos por episódios, que serão discutidos conforme os indicadores das categorias de análise. Para melhor compreensão, descreveremos os principais fatores a serem identificados pelas categorias de análise.

*Solidariedade e mobilização:* analisaremos se existem manifestações de solidariedade na comunidade, observando trabalhos voluntários, doações e ações de auxílio mútuo entre os atores. Também serão analisadas se tais manifestações promovem ou não a mobilização de atores.

*Empoderamento comunitário:* será analisado se as decisões referidas à comunidade têm participação dos moradores e sob quais processos é realizada.

Serão observados resultados em negociações com agentes externos e a capacidade de captarem recursos, além da consciência dos atores sobre a

conjuntura situacional da comunidade e se planejam e executam ações objetivas aos interesses comunitários.

*Organização comunitária em rede*<sup>13</sup>: analisaremos a troca de informações e conhecimento entre os atores, o planejamento, a construção e as atuações funcionais conjuntas, assim como a interdependência entre os atores e o compromisso que possuem entre eles e com a comunidade.

Por fim identificaremos a organização em rede, pela mútua colaboração entre moradores, e se as associações caminham interconectas e multiplicam conhecimento.

Ao final da análise de cada episódio, apresentaremos uma tabela de monitoramento. Esta tabela propicia a comparação entre os momentos iniciais e finais do episódio, de maneira a observar as parciais de mudança, indicadas pelas categorias de análise.

Ao término de cada período confrontaremos as tabelas, identificando as mudanças de forma mais detalhada e abrangente, propiciando a visão holística dos fenômenos.

Após a conclusão da análise de todos os períodos, confrontaremos todas as tabelas de forma a observarmos a totalidade de mudanças identificadas através do tempo de investigação, permitindo-nos, assim, avaliar e concluir os resultados da pesquisa.

---

<sup>13</sup> Enquanto não houver propostas de organização comunitária em rede, esta categoria será aplicada para analisar as formas de organização comunitária existentes.

Os períodos foram organizados da seguinte maneira:

- ✓ Período I – de março a agosto de 2004.
- ✓ Período II – de setembro a dezembro de 2004.
- ✓ Período III – de janeiro a dezembro de 2005.

O período de trabalho na comunidade do Real Parque, cuja experiência vivenciada é narrada e analisada neste capítulo, foi marcada por um momento estruturante: o episódio que compreende a chegada do Projeto Casulo, principal responsável pelo início das atividades do grupo interventor.

Extraordinariamente, narraremos um episódio que compreende acontecimentos prévios a nossa chegada na comunidade. Embasados por informações colhidas junto as lideranças da comunidade, descreveremos o único episódio compreendido fora da organização periódica acima citada.

Os fatos que iremos descrever e analisar neste capítulo têm seu início em meados de 2001, quando a comunidade da favela do Real Parque empenhava-se para garantir a vinda de um projeto comunitário que beneficiasse adolescentes entre 12 e 18 anos de idade visto que, na época, não havia nenhuma organização na comunidade com foco no trabalho educativo para jovens adolescentes: nem mesmo uma escola de ensino médio.

Entretanto, por iniciativa do líder comunitário Messias, existiam, aos finais de semana, atividades esportivas e de dança direcionadas ao entretenimento dos jovens da comunidade. Mesmo que de forma ainda incipiente, estas propostas recreativas reuniam quase uma centena de adolescentes para desfrutar de momentos reservados ao lazer.

Neste entretempo, a Organização Não Governamental ICE iniciava pesquisas em comunidades da região sul da metrópole, a fim de reconhecer locais adequados ao desenvolvimento de atividades de cunho sócio-culturais, direcionadas a jovens moradores de comunidades em vulnerabilidade social.

A informação destas pesquisas chegou ao conhecimento das lideranças comunitárias do Real Parque e também ao Messias. É importante mencionar que alguns dos moradores da comunidade tinham consciência da gravidade sobre a ausência de trabalhos de cunho educacional para Jovens. Este fato pode ser elucidado através da visão de um morador sobre a questão:

*“Não tinha, na comunidade, nenhuma entidade que trabalhava com adolescentes de 12 a 16 anos, só de 0 a 10, como era o caso da creche, do Visconde e da Pastoral da Criança. O que os jovens mais precisavam era de uma escola de ensino médio, além de mais projetos para tirarem eles da vida errada.”* (Messias – líder comunitário).

A vida errada citada por messias, diz respeito, principalmente, ao consumo e ao envolvimento com o tráfico de drogas.

Messias, por já se envolver com os jovens da comunidade, organizando atividades esportivas, passou a ser decisivo para atrair a atenção do ICE à comunidade do Real Parque, já que, sobretudo, este líder comunitário possuía a confiança e o entrosamento necessário para mobilizar, além dos jovens, também os familiares.

Em encontros promovidos por integrantes do ICE, junto aos moradores da favela, para ouvirem e identificarem as principais demandas e interesses dos

jovens, Messias, mesmo trabalhando isoladamente, era capaz de conseguir grande participação dos adolescentes em tais reuniões.

*“Eles chamavam a comunidade e quem saía chamando todos os jovens do futebol, da dança da capoeira e pedia pra eles levarem os pais, era eu, sozinho. Daí juntava um monte de gente pra reunião.*

*Desde aquela época eu falava que era importante a gente, mais as entidades, se unir.”* (Messias – Líder Comunitário).

Em tais reuniões, também eram tratados assuntos referentes a outras demandas da comunidade como a necessidade de equipamentos públicos para o lazer e a precariedade habitacional, com moradias situadas em áreas vulneráveis a incêndio e desabamento. Outra questão tratada se referia ao grande preconceito existente entre os moradores dos prédios de alto padrão do entorno e os da comunidade.

A participação de moradores foi determinante para o ICE decidir sobre a implementação de um Projeto que contribuísse para a melhoria da educação de crianças e adolescentes e apoiasse as associações de base comunitária local. Para tanto, se construiria um centro cultural e uma Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI.

Desta maneira, no ano de 2000, nasceu na comunidade da favela do Real Parque, o projeto denominado Projeto Casulo. Nos encontros e atividades realizados pelo Projeto Casulo com a comunidade eram abordadas questões, pelos moradores, relacionadas ao fortalecimento das associações de base comunitária, enquanto proposta ao desenvolvimento local.

Em outubro de 2003, para atender à comunidade, o Projeto Casulo ofereceu a todas as entidades da localidade, em parceria com o SENAC, um curso voltado ao planejamento e desenvolvimento de projetos<sup>14</sup>. Tal iniciativa também serviria à provisão de recursos, visto que ao encerramento da capacitação, a instituição melhor avaliada receberia um prêmio em dinheiro.

### **Análise**

É possível observar, na narração do episódio acima, manifestações de solidariedade e mobilização entre os moradores da comunidade, exemplificada quando Messias mobiliza os moradores para atrair um benefício aos jovens da localidade.

A capacidade de mobilização deste ator é decorrente do trabalho solidário que já desenvolvia na comunidade. Podemos sugerir, neste momento, que a ação solidária simboliza a confiança e a segurança entre os atores de um grupo. Tais confiança e segurança podem ser entendidos como símbolos mediadores de mobilização, visto que muitos moradores atendem à convocação de Messias.

É importante salientar que a mobilização narrada neste episódio, mesmo sendo um benefício direcionado à própria comunidade, ou seja, de interesse direto dos moradores convocados, não é facilmente conquistada. A mobilização em comunidades de periferia não se manifesta sem fortes fatores que a condicione.

---

<sup>14</sup> Formato 500 é o nome do curso de elaboração de projetos oferecido pelo Casulo, em parceria com o SENAC

Devido à vulnerabilidade social em que vivem, os moradores geralmente vivenciam a desesperança ou o desalento social. Maritza Montero (2003) elucida tal questão da seguinte forma:

*“Pessoas em tais condições, se autolimitam devido as suas crenças e experiências negativas do passado, e em consequência se julgam incapazes ou julgam inútil o esforço. Tais situações vão acompanhadas de noções neutralizadas e generalizadas, que tem um efeito de paralisação, de apatia, indiferença e ascetismo.”* (Montero, 2003:36).

Os moradores, em tais condições, dificilmente crêem em ações que possam melhorar sua qualidade de vida, principalmente se a iniciativa provém de um ator da mesma comunidade, ou de semelhante condição socioeconômica.

Desta forma, identificamos que nesta comunidade existe, por via da ação solidária, poder ou potencial de mobilização. Esta identificação é importante para o nosso estudo, uma vez que são fatores psicossociais que fundamentam uma organização comunitária em rede.

Pelo relato do episódio, compreendemos que o objetivo primordial do Projeto Casulo, enquanto agente externo à comunidade, é intervir por ações diretas com o público jovem da comunidade. Ele se estabelece na comunidade com objetivo de contribuir ao desenvolvimento local, por via de atividades culturais e educativas direcionadas aos jovens. A entidade se compromete em também ajudar as associações de base comunitária.

É importante esclarecermos que a mensuração de ações realizadas dentro de uma comunidade é bastante difícil. É necessária uma convivência de longo



período para notar quais seriam os indicadores qualitativos que demonstrariam o impacto de ações de organização comunitária. Muito mais fácil de quantificar e demonstrar são as atividades realizadas em espaços fechados, com programação fechada de atividades, avaliação e lista de chamada.

O objetivo desta dissertação não é analisar o Projeto Casulo, porém, constatamos que nos início de suas atividades não era claro o grau de compromisso com a comunidade, já que sua atuação estava implicada em uma proposta filantrópica das entidades financiadoras do projeto.

A questão é se um projeto que responde diretamente a uma organização pertencente a empresas de grande capital, dependentes das variações da condição instável e especulativa das bolsas de valores, com interesses naturais de mercado, não divide seu compromisso entre as demandas da comunidade e o visibilidade do marketing social.

Um projeto que tem o compromisso de atuar integrado a comunidade e ao mesmo tempo é sustentado por sociedades anônimas e, portando, por interesses de mercado, está entre um compromisso social e um compromisso de capital. Por sua vez é natural, que utilizassem do marketing social para fazer valer seus interesses de mercado.

O que queremos indagar é que, principalmente no início de suas atividades, nem sempre o Casulo atendia às demandas da comunidade, por mais que se comprometesse, pois para eles bastava poder atender em certa medida a comunidade e apresentar a mídia dos resultados de sua intenção de intervenção.

É possível notar que as lideranças comunitárias negociam benefícios para suas associações de base comunitária, conquistando maior apoio de um agente

externo. Tal condição é ilustrada quando as lideranças são beneficiadas pelo curso de desenvolvimento de projetos.

Tais ações demonstram o poder de negociação que, por sua vez, evidenciam que as lideranças querem trazer benefícios para o centro da comunidade, se empenhando no fortalecimento das associações de base.

Neste momento é importante salientar que as lideranças se mobilizam para negociar ou reivindicar melhorias com um agente externo, demonstrando que os rumos da comunidade não se definem por seus moradores.

No que se diz respeito à comunidade, no episódio narrado, não é possível observar integração entre as lideranças, pois não são mencionadas, por exemplo, reuniões para deliberação de ações dos interesses comunitários. São relatados apenas encontros com o agente externo Casulo.

Não é possível identificar se as reivindicações das lideranças são ações solidárias voltadas à coletividade comunitária, ou se para benefício individualizado das associações que coordenam.

Desta forma, observamos que as ações de negociação, por mais que evidenciem um grau de empoderamento comunitário, neste período de análise, podem ter ocorrido por interesses isolados das lideranças.

O que procuramos identificar, para analisar as condições de empoderamento, é se o compromisso da liderança está focado na comunidade enquanto relação solidária, voltado ao fortalecimento comunitário, ou se, de forma contrária, está focado num benefício próprio.

Desta forma, identificamos que há neste período manifestações de empoderamento, pois as lideranças negociam benefícios com agentes externos,

participando de decisões sobre os rumos da comunidade, mostrando que o controle não está absolutamente à deriva dos moradores.

Neste período, a Comunidade da Favela do Real Parque possuía cinco associações de base comunitária que, independentemente dos motivos pelos quais surgiram ou da condição pela qual se mantinham, evidencia a capacidade de organização.

A comunidade se estabelece, desta forma, por uma disposição de representação comunitária institucional às relações sociais com agentes externos.

<b>Solidariedade e Mobilização</b>	<i>Ações solidárias e mobilizações isoladas</i>
<b>Empoderamento Comunitário</b>	<i>Primeiras negociações com agentes externos</i>
<b>Organização comunitária</b>	<i>Associações de base comunitária desarticuladas</i>

---

## **Nascimento do Projeto Lua – Março de 2004**

O curso de desenvolvimento de projetos oferecido não obteve o resultado almejado. As lideranças não puderam aproveitar por completo o conhecimento trabalhado e concluíram o curso sem a capacidade de planejar e desenvolver projetos.

A principal questão relativa ao curso era a utilização de uma abordagem empresarial, divergente aos princípios solidários de associações de bairro, que não promoviam a competição, mas a cooperação social. Consoante a tal fator, a linguagem utilizada era distante da praticada pelas lideranças, fato que dificultou a compreensão das aulas.

*“Para mim o curso não foi válido (...). Eles inclusive falavam uma língua, que para mim, nem se aproximava do português que nós falamos.*

*No final eu fui conversar com eles, e disse que para ser daquele jeito eu não deveria nem ter começado.” (Maria – Liderança).*

É importante esclarecer que a intenção do Casulo era a de apoiar as associações de base e aproximar-se das lideranças da comunidade. Devido a insatisfação das lideranças, o Projeto Casulo, vivendo certa dissonância com a comunidade, buscou auxílio de parceiros.

Para tanto, o Projeto Casulo convidou o PucNovaEscola<sup>15</sup>, grupo de profissionais da PUC-SP que desenvolvia trabalhos de cidadania e geração de renda na própria comunidade. O Casulo solicitou auxílio no sentido de aprimorar

---

<sup>15</sup> Ver capítulo III

os serviços prestados à comunidade e melhorar o relacionamento com os representantes comunitários.

Após alguns encontros entre os representantes do PucNovaEscola, incluindo agora a nossa participação, com os coordenadores do Projeto Casulo, uma proposta final foi definida. Acordou-se por desenvolver e executar um projeto voltado ao desenvolvimento local, com o objetivo de aprimorar e ampliar o trabalho das associações de base comunitária, integrando-as por via de atividades coletivas.

Neste sentido, as lideranças poderiam optar por implementar os projetos construídos no curso Formatos 500, o curso oferecido pelo Casulo, ou desenvolver outros projetos. O PucNovaEscola se encarregou de desenvolver, junto às lideranças, uma estratégia de integração e desenvolvimento coletivo das associações de base, por via de uma intervenção voltada à organização comunitária.

O Projeto Casulo se comprometeu em captar e prover os recursos necessários para a remuneração dos profissionais do PucNovaEscola envolvidos, bem como do material a ser utilizado na intervenção. Uma equipe específica foi formada com o objetivo de desenvolver a implementação da proposta de intervenção.

Restava agora saber se a comunidade concordaria em trabalhar com um novo grupo e se aceitaria a proposta. O Projeto Casulo convidou as lideranças da comunidade com objetivo de apresentar uma nova proposta para o desenvolvimento da comunidade.

Sendo assim, no dia 13 de abril de 2004, na sede da Associação SOS Juventude, os Coordenadores do Projeto Casulo e do ICE apresentam a equipe do Projeto Lua, que por sua vez expõe a proposta de intervenção comunitária.

Participaram do encontro, representantes das seguintes organizações de base comunitária: SOS Juventude, Ação Cultural Indígena Pankararu, Associação de Moradores, Creche Pássaro Azul, Associação de Moradores do Jardim Panorama, Panificadora Raio de Sol e Recicla Real entre outros moradores interessados.

A equipe do projeto Lua expôs suas intenções, salientando que o projeto de intervenção que pretendiam realizar seria construído coletivamente com a comunidade, a partir de encontros com as lideranças, onde as principais demandas seriam ouvidas, de maneira a atendê-las por via das ações do projeto.

As lideranças se interessaram pela proposta, mas não a aceitaram imediatamente. Argumentaram sobre as péssimas experiências vividas nos últimos anos com agentes externos, principalmente junto a órgãos públicos e universidades. Os trabalhos eram interrompidos ou finalizados com resultados insatisfatórios, principalmente devido ao desligamento dos profissionais envolvidos.

Os profissionais justificavam a renúncia, alegando a impossibilidade de manterem as despesas das atividades por muito tempo, visto que desenvolviam trabalhos voluntários. Quando eram profissionais ligados a universidades ou órgãos de investigação, os desligamentos ocorriam pelo término das atividades das pesquisas.

*“A gente tá cansado de começar um trabalho e depois ter que deixar porque o pessoal vai embora. A gente até entende que é difícil trabalhar sem receber, mas fica com as mãos abanando depois.”* (Messias – Liderança).

*“Cansei de ver o povo indo embora depois de dois meses de trabalho; sempre tem uma desculpa. Qual é a garantia que vocês vão continuar conosco?”* (Maria - Liderança).

Neste momento, Maria Célia, coordenadora do ICE, interferiu alegando que o trabalho proposto seria assegurado em nome do Projeto Casulo, garantindo que todos os profissionais envolvidos seriam remunerados.

Nós argumentamos que permaneceríamos desenvolvendo os trabalhos na comunidade mesmo sem recursos. Nossa saída da comunidade aconteceria paulatinamente, de acordo com a autonomia conquistada pelas organizações de base.

Considerando as arguições dos proponentes, algumas lideranças concordaram em iniciar o trabalho com os novos participantes. As lideranças que optaram por trabalhar junto aos profissionais do PucNovaEscola e formar um novo grupo de trabalho, foram os coordenadores das seguintes organizações: Associação SOS juventude, Ação Cultural Indígena Pankararu, Associação de Moradores, Panificadora Raio de Sol e Creche Pássaro Azul.

O novo grupo acordou em iniciar o trabalho por um período de atividades de aproximação, onde os integrantes da nova equipe e as lideranças comunitárias, iriam se aproximar do contexto comunitário, vivenciado pelas lideranças, de modo a melhor conhecerem a realidade onde iriam intervir.

Foi acordado com os coordenadores do ICE e do Projeto Casulo que, ao final do desenvolvimento do projeto, este seria apresentado para tais coordenadores de maneira a consolidar a proposta, fechar o orçamento e iniciar sua execução.

Desta maneira, os integrantes da equipe de profissionais iniciaram o processo de reconhecimento e aproximação junto às lideranças, de modo a identificar e sistematizar as principais demandas, para num segundo momento integrá-las e constituir o projeto de intervenção final.

Por fim, se estabeleceriam junto às lideranças, linhas de ação que atuassem em duas perspectivas. Tais linhas de ação foram batizadas de *eixos fundamentais de atuação*: um voltado ao desenvolvimento específico de cada associação de base e outro voltado a ações coletivas maiores, direcionadas a comunidade como um todo, integrando as instituições por ações comuns.

Estes eixos foram idealizados pela equipe de intervenção conforme segue:

### **Eixos Fundamentais de Atuação (EFAs)**

Os Eixos Fundamentais de Atuação são ações de fortalecimento e integração das associações de base comunitária, que propiciam a base para o Desenvolvimento Local Sustentável.

A. **Fortalecimento das entidades** – Organização institucional da entidade de forma a propiciar uma estrutura organizacional adequada a ações



específicas. Execução de projetos participativos específicos a fim de que cada entidade venha a atingir e envolver um número maior de pessoas.

**B. Fortalecimento e ampliação da interação entre as entidades da comunidade** – Discutir a criação de espaços de integração da comunidade, com a finalidade de tornar habituais às práticas recíprocas que unem as associações por uma mesma base comunitária.

O trabalho foi organizado da seguinte maneira: cada liderança iria desenvolver, junto aos integrantes da equipe de profissionais, um projeto de ação específica para a organização que coordenasse, podendo direcioná-lo ao desenvolvimento institucional ou à ações voltadas para a comunidade, a depender da complexidade de implementação da proposta.

Atendendo ao Eixo Fundamental de atuação B, as lideranças deveriam se empenhar no desenvolvimento de práticas de integração comunitária, mediante ações ampliadas de socialização, de forma a abranger grande número de moradores.

O início das atividades, que eram voltadas ao planejamento e construção do projeto de intervenção, foi marcado pela dificuldade de integração entre os participantes da equipe de profissionais e os líderes da comunidade.

Nas primeiras semanas de trabalho, as lideranças não compareciam em reuniões, não cumpriam tarefas por elas mesmas estabelecidas, alegavam falta de tempo para nos atender, entre outros comportamentos que dificultavam a articulação do grupo.

É importante mencionar que, ao aceitarem a proposta de aproximar os profissionais da realidade que viviam, as lideranças também os aproximavam de suas vidas privadas. O período voltado ao planejamento e construção do projeto de intervenção foi pautado por visitas às organizações, conversas com as lideranças e reuniões de planejamento das atividades.

Devido a necessidade de otimizar o tempo de construção da intervenção, o planejamento das ações que a constituíram eram elaboradas e discutidas entre todos os membros e escrita pelos profissionais. É importante esclarecer que, durante este processo, os líderes comunitários não escreveram o projeto e nem foram capacitados para tal.

Outrossim, em meio a encontros e desencontros entre a equipe, o processo culminou na constituição do projeto de intervenção, batizado de Projeto Lua.

O projeto foi assim denominado pela relação simbólica da lua com o feminino maternal, sugerindo a transformação dos atributos da ação masculina: vencer, ocupar, penetrar e controlar, a uma ação feminina: acolher, doar, partilhar e cuidar.

Para facilitar a comunicação e a relação interna entre profissionais e lideranças, os integrantes da equipe de profissionais passariam a ser identificados como Equipe Lua.

Conforme acordado no dia 26 de junho de 2004, em reunião na sede do Projeto Casulo, na favela do Real Parque, representantes do grupo encarregado pelo desenvolvimento do projeto de intervenção apresentaram a proposta para os coordenadores do ICE e do Casulo.

Participaram desta reunião, além dos coordenadores do ICE e Casulo, representantes da Equipe Lua (incluindo nossa presença), líderes Comunitários (presidentes da Associação de Moradores e panificadora Raio de Sol) e dois representantes do PucNovaEscola (Projeto Sol II).

Maria Célia, coordenadora do ICE, alegou que o Projeto Lua empregava os recursos principalmente para a remuneração dos profissionais e que a equipe de intervenção era muito numerosa.

Neste momento, justificamos a condição orçamentária argumentando que se tratava de uma intervenção educativa, cujo foco era a facilitação e orientação de ações para a comunidade. Os protagonistas da intervenção seriam os moradores, que se apropriariam da condição interventora e aprenderiam com o processo. Promoveríamos, assim, maior autonomia aos participantes. Também argumentamos e demonstramos que o orçamento do Projeto Lua era baixo, se comparado a outros projetos de padrões semelhantes.

Aceitando em parte as argumentações, Maria Célia solicitou que reelaborássemos a proposta, diminuindo os custos e a equipe. Ficou acertado o prazo de um mês para tais mudanças.

A notícia surpreendeu todos os envolvidos, principalmente pelo comprometimento do ICE declarado na reunião de apresentação dos profissionais da Equipe Lua aos líderes comunitários. Em encontros entre a equipe, decidiu-se por diminuir os valores da remuneração e dividir o trabalho entre os profissionais, de modo que todos participassem. Havia também outra questão em jogo: havíamos nos comprometido em ajudar a comunidade mesmo sem remuneração.

Um mês depois, apresentando nova versão do projeto com orçamento de valor 30% mais baixo que o anterior, a proposta foi novamente indeferida e, desta vez, sem maiores explicações.

## **Análise**

### Solidariedade e Mobilização:

O episódio narrado não demonstra diferentes ações de solidariedade entre os moradores. As lideranças continuam prestando serviço à comunidade por via das entidades que presidem, propiciando, solidariamente e dentro de suas limitações, cuidados com as crianças, os jovens, a população indígena e os moradores.

Grande parte da narrativa deste episódio esclarece a dinâmica entre os atores externos – PucNovaEscola e Projeto Casulo – sobre os rumos que a organização comunitária deve tomar. Por este ponto, identificamos que os recursos que propiciam poder de decisão ao desenvolvimento do trabalho pretendido estão fora da comunidade, com os agentes externos.

Quando os moradores participam de um curso como o Formatos 500, significa que não possuem o conhecimento base para planejar as ações que suas entidades se propõem a desenvolver. O curso, sendo proposto por um agente externo, independente do resultado ou mesmo da intenção do proponente, evidencia uma dependência de um conhecimento básico ao desenvolvimento, demonstrando a vulnerabilidade das lideranças.

O fato da linguagem do curso ser desconhecida pelas lideranças demonstra que o conhecimento que buscavam, além de se encontrar fora da comunidade, também está em outro linguajar, outro código. Isto evidencia que aquele conhecimento foi codificado para uma população restrita ou de um outro lugar que não o da comunidade. A relação de poder e domínio se dão em duas instâncias:

A primeira pela dependência que as lideranças possuem para acessar um conhecimento. Somente o agente externo possui recursos para oferecer o curso de capacitação.

A segunda pela linguagem utilizada, natural dos meios empresariais e acadêmicos, onde não convivem populações de baixa renda.

Outra questão importante, ainda sobre o empoderamento da comunidade, diz respeito à consciência sobre a necessidade de conhecimento, ou seja, saberem qual tipo de conhecimento realmente precisam.

Possivelmente pela ideologia de domínio, muito propagada pelas telenovelas, por exemplo, aprenderam que o conhecimento que necessitam está fora, visto que o que possuem os deixa em situação de miséria. Não conseguem ou não se permitem enxergar que o conhecimento para transformar sua realidade está dentro da própria realidade e não fora dela. Buscando fora, cada vez são mais dominados.

Esta questão se consolida quando sentem insatisfação pelo curso e nem reivindicam ou reclamam com o Casulo sua insatisfação, pelo simples aspecto de que não sabem o que querem ou o que é melhor para eles neste sentido, pois o que reivindicariam? Um curso de projetos numa linguagem que entendessem. É sabido que, enquanto produto, o conhecimento já vem pronto e não é

desenvolvido. E os moradores precisavam do desenvolvimento de seu próprio conhecimento.

Este acontecimento faz valer a idéia de Serrano-García y López Sanchez (1994), de que o poder e a consciência estão estritamente relacionados.

Também percebemos outro caráter de dependência, quando sabemos que os moradores não percebem esta questão, pelo menos não desta maneira, até porque sua cultura e educação foram tão distintas que não podemos dizer o que pensamos objetivamente pelo nosso ponto de vista.

E se assim o fizéssemos estaríamos nos julgando superiores ou melhores, ou ainda detentores do conhecimento certo, pressupondo a existência de um errado.

Podemos perceber, no episódio narrado, que as lideranças comunitárias, ao perceberem que o curso de desenvolvimento de projetos não atendia às suas expectativas, continuaram participando sem qualquer tipo de reclamação, fizeram críticas aos facilitadores apenas no final do curso, caracterizando sua impossibilidade de reação.

Quanto à resposta do Casulo perante a insatisfação dos líderes comunitários, notamos que entidade não busca ajuda com a comunidade, não procura entender o que de fato pode ser feito para se estabelecer uma sintonia entre as duas partes. É evidente que perceberam a necessidade de entrar em sintonia, falar a mesma linguagem dos comunitários, pois foram buscar ajuda com uma organização mais próxima e integrada à comunidade.

A narrativa sobre as negociações entre Casulo e PucNovaEscola mostra a trama entre atores de uma mesma rede social, mesmo enquanto agentes

externos, decidindo qual melhor forma de organizar a comunidade. Este é um ponto muito delicado que nos faz atentar à maneira com que é feita a negociação. Primeiro existe um acordo e um proposta de intervenção e somente depois se consulta a comunidade sobre a proposta. A nosso ver, a indagação sobre a construção de uma proposta também deveria ser consultada à comunidade, visto que o princípio alegado pelas duas organizações externas era o da autonomia e sustentabilidade para os moradores da favela.

De qualquer modo, nota-se a preocupação da parceria em questionar a comunidade, abrandando a questão mencionada acima.

Quando apresentamos, no dia 13 de abril de 2004, a proposta de trabalho para as lideranças da comunidade, tivemos a impressão de que, mesmo após as argumentações que tínhamos feito, garantindo nossa participação com ou sem recursos, uma grande desatenção, ou mesmo arbitrariedade das lideranças se manifestou. É fato que colocaram as inseguranças devido aos trabalhos não concluídos do passado. Porém concordaram em trabalhar conosco.

Podemos dizer que não sentimos que um compromisso real havia se firmado, apesar das palavras assertivas quando a isto. Nossa conclusão é que, na situação de vulnerabilidade em que se encontravam, pouco tinham a perder aceitando ou não o trabalho naquele momento e que, de alguma forma, sabiam que o trabalho em si se dá no dia-a-dia e não nas propostas e nas promessas.

De qualquer maneira, sabiam que a coordenadora do ICE tinha garantido o trabalho, sendo a pessoa responsável pelo prédio enorme que se encontrava na entrada da favela. Dizer não poderia ser uma oportunidade jogada fora.

Adentrando ao processo de construção do projeto de intervenção e iniciando um momento em que a organização comunitária tinha nossa participação, percebemos que as lideranças comunitárias não contribuiriam o quanto gostaríamos.

Como citado na narrativa, nós estávamos, num primeiro momento, invadindo o cotidiano daquelas pessoas que aceitaram trabalhar conosco sem ao menos decorarem nossos nomes. Sem dúvida, podemos observar a ausência em reuniões e o não cumprimento de atividades, como coletar informações inerentes ao desenvolvimento de propostas e atividades de seu próprio desejo, notando que aceitaram trabalhar, mas no tempo em que eles quisessem ou pudessem, deixando claro que não seríamos nós quem ditaria o ritmo das atividades.

Nós, Equipe Lua, éramos acostumados com agenda lotada e muitos compromissos, mas tivemos que trabalhar quando as lideranças tivessem vontade. Este fato nos elucida que, mesmo a comunidade sabendo que podíamos ajudar, também sabia que fazíamos parte da camada da população que os marginalizava.

Naquele momento era melhor que nos aceitassem e seguissem nossas sugestões, pois estávamos construindo um projeto para beneficiá-los, cuja orientação de construção partia de nós.

Um outro ponto interessante é que, por serem pessoas que vivem ao imediatismo da situação, visto que quase todas as necessidades são emergenciais, as lideranças somente respondiam à questões que implicassem



algo imediato, objetivo e concreto, não tendo disposição para planejar, pois não fazia parte de sua realidade cotidiana olhar para o futuro.

De qualquer modo, o trabalho foi se desenvolvendo gradativamente. As lideranças faltavam em alguns compromissos, mas compareciam em outros e o projeto foi construído.

Por via da construção do projeto, podemos considerar que a organização comunitária passava por uma reestruturação, com o planejamento de ações comunitárias que, por mais que ainda não de absoluta autoria dos moradores, mas por agentes autorizados, iam de encontro às suas necessidades.

Neste momento da análise vamos considerar o comportamento do Projeto Casulo em descumprir o acordo de captar ou prover os recursos necessários ao desenvolvimento do projeto, enquanto análise de relações entre atores da rede social local.

O descumprimento do acordo com o Projeto Casulo esclarece, num primeiro momento, a maturidade das lideranças em desconfiarem da proposta. Percebe-se a segurança que tinham perante a comunidade, já que beneficiavam vários jovens do local além de, naquele momento, estarem em vias de oferecer uma Escola de Ensino Infantil.

A alegação do indeferimento vinda de ordens superiores evidencia tanto a fuga do problema, pela atribuição da questão a um ator que não existe no cotidiano, portanto de impossível reivindicação (só se ataca aquele que se identifica), quanto ao comprometimento com seus financiadores e não com a comunidade, mostrando o foco estava fora da favela. Conclui-se, portanto, que o

Projeto Casulo respondia primeiramente aos interesses de seus financiadores, distanciando sua relação com a comunidade.

É importante salientarmos que tanto o ICE quanto seus financiadores não possuíam contato suficiente com a comunidade para tomar nenhuma decisão congruente ao princípio da atuação conjunta e construção coletiva à qual alegavam seguir.

Notamos que a intenção do Casulo em ajudar a comunidade existia, tanto que buscaram oportunidades, ofereceram o curso de desenvolvimento de projetos e, em seguida, buscaram ajuda com outros parceiros, quando perceberam o resultado insatisfatório da primeira ação. Devemos observar a dificuldade da construção coletiva sem que haja pontos de convergência entre as partes envolvidas no processo.

Supomos, já que oficialmente nenhuma explicação nos foi dada, que o Projeto Casulo se perdeu, quando não soube a maneira pela qual iria justificar os gastos do projeto, pois a mensuração dos resultados seria muito subjetiva ou medida por instrumentos ainda não desenvolvidos, podendo demorar muito a se desenvolverem.

Mais uma vez identificamos que a comunidade e agentes externos vivem ou possuem ritmos diferentes. Percebia-se que o Projeto Casulo funcionava como uma empresa: que tinha de demonstrar os gastos justificando o retorno que os investimentos trariam às empresas financiadoras. Não que o Projeto Casulo tivesse grande importância financeira para elas, mas é sabido que não pode haver dinheiro mal empregado nas leis do capital.

Devemos considerar os profissionais do Projeto Casulo enquanto acadêmicos e empresários buscando trabalhar para atender a comunidade, da melhor forma possível, mas que esbarravam em seus próprios princípios de atuação, manifestando ações incoerentes aos seus anúncios, deixando evidente as dificuldades que envolvem a gestão de um trabalho comunitário.

<b>Solidariedade Mobilização</b>	<i>Lideranças prestando serviço à comunidade por meio das associações de base.</i>
<b>Empoderamento Comunitário</b>	<i>Sujeição a agentes externos e pouca consciência da situação comunitária.</i>
<b>Organização comunitária</b>	<i>Planejamento de ações para construção de um projeto de intervenção.</i>

---

*Nascimento do Barco – Julho / Agosto de 2004*

Devido ao mal estar gerado no Projeto Casulo devido a ruptura com a Equipe do Projeto Lua, a coordenadora de desenvolvimento comunitário Sandra, foi demitida. Fato bem característico a empresas, não só pela demissão elegendo um culpado, mas pela demissão afastar uma pessoa de pouca expressão na

estrutura hierarquia da organização. Lembramos que a pessoa que tratou diretamente conosco foi Maria Célia, coordenadora do ICE. Mas, para a alta corte, provavelmente foi mostrada a tomada de uma atitude, a exclusão.

A notícia da não aprovação do projeto rapidamente se espalhou pela comunidade, indignando principalmente as lideranças envolvidas na construção do Projeto Lua.

Convocamos uma reunião de emergência com as lideranças envolvidas, para esclarecermos o ocorrido e decidir o que fazer na situação apresentada. As lideranças manifestaram muita indignação com o acontecido.

*“Nós lutamos pela vinda deles aqui para a Comunidade, achando que iriam trabalhar com a gente. Quando vimos a construção daquele prédio, achamos que era para nós utilizar.*

*Eles nunca fizeram nada pela associação, só deixaram a gente se apresentar na quadra, no dia do índio. Quando parecia que iriam ajudar em nossos projetos, eles fazem uma coisa dessas.” (Demétrio – Líder Comunitário).*

É importante dizermos que, além da panificadora Raio de Sol, a única associação que tinha uma atuação mais próxima com o Casulo era a associação SOS juventude, que realizava atividades de dança, capoeira e futsal nas salas e espaços cedidos pelo pela entidade. Esta condição propiciava um bom trânsito entre Messias e os coordenadores do Casulo.

Todos estavam muito nervosos na reunião, propomos que Messias fosse conversar com Maria Célia, pedindo alguma explicação. Jairo, presidente da associação de moradores, que participou da primeira reunião de apresentação do

Projeto Lua, também se prontificou em conversar com os coordenadores do casulo.

Nesta reunião deixamos claro para as lideranças que não que continuaríamos o trabalho na comunidade. Uma semana depois Messias convocou a outra reunião, para falar sobre a conversa que teve com Maria Célia. O encontro foi marcado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Alcântara Machado, em que Messias trabalhava enquanto inspetor de alunos.

Neste encontro, entre os líderes comunitários que participavam do processo de construção do Projeto Lua, não compareceu a Madalena, presidente da Creche. Messias pediu a palavra e enfatizou:

*“Está na hora de pararmos se seguir o que nos dizem para fazer. Nós temos é que nos unir, de uma vez por todas, temos que nos unir.*

*Nós, lideranças da comunidade, temos que saber para onde queremos seguir e convidar aqueles que queremos trabalhar.*

*Temos que parar de abaixar a cabeça para o Casulo e o pessoal que vem de fora da comunidade. Aqui existem associações, apesar de poucos saberem, aliás essa é uma das principais coisas que precisamos, visibilidade para o nossa trabalho.” (Messias – Líder Comunitário).*

Neste momento, perguntamos se as lideranças gostariam que continuássemos a ajudar as entidades da maneira que pudéssemos, segundo nossas limitações, mas deixamos bem claro que não desistíamos pela impossibilidade de sermos remunerados naquele momento.

Aceitando a nossa proposta, Messias e os outros líderes presentes decidiram formar um núcleo a partir daquelas associações de base comunitária, convergindo suas forças para atuarem segundo seus desejos.

Neste momento ficou claro que a Equipe Lua os auxiliaria, mas as principais decisões seriam realizadas sempre pelo núcleo que compreendia Messias (SOS Juventude), Jairo (Associação de Moradores), Demétrio (Ação Indígena Pankararu), além de Madalena, presidente da Creche Pássaro Azul, que viria a ser convidada no próximo encontro do grupo, marcado para uma semana depois, dia 10 de agosto de 2004.

No dia 10 de agosto de 2004, em encontro dentro da comunidade, na Creche Pássaro Azul, as lideranças, junto com a Equipe Lua, se reuniam pela primeira vez com a proposta de fazerem um trabalho integrado.

Propusemos, Equipe Lua, que continuássemos o desenvolvimento de projetos específicos, pois com os recursos disponíveis poderíamos das seqüências em algumas ações do projeto.

Neste momento sentíamos que realmente estávamos trabalhando ombro a ombro com a comunidade, procurando alternativas de superação daquela realidade, onde não éramos mais os profissionais externos que vinham de fora, trazidos pelo dinheiro de outros, mas sim pessoas com disposição de enfrentar o problema, com o propósito de lutar pela transformação da sociedade. Realmente acreditávamos que, se aquelas lideranças se fortalecessem, poderíamos deixar a comunidade vendo-as seguirem sozinhas, desenvolvendo suas associações de bairro e, em conseqüência, à comunidade.

Empenhávamos-nos em encontrar uma nova linha de ação para atuarmos juntos, até a possibilidade de conseguirmos captar recursos externos e ampliar as ações. Procurávamos inclusive um nome para batizar o novo grupo. A idéia de uma rede onde todos colaborassem, ajudando um ao outro num primeiro

momento, garantindo a sobrevivência das organizações e depois atuar por ações maiores abrangendo outras questões da comunidade era cada vez mais bem aceita.

Messias e Jairo levantavam o problema do nome Rede, pois já existia a organização denominada Rede Real Panorama, e não gostariam de serem confundidos com eles. Além disso, preferiam que os participantes da Rede não soubessem naquele momento sobre a formação de um novo núcleo, evitando possíveis conflitos, visto que a Rede Real Panorama sempre convidava as lideranças a participarem. Sendo assim, ficariam sentidos se soubessem que além de não atenderem aos convites, formaram outra rede.

Mas messias diz que os encontros que estamos fazendo é a verdadeira rede, pois essa é a rede formada por moradores da comunidade e portanto a rede da favela. Neste momento Madalena pede a palavra na reunião e comenta:

*“Todos nós devemos nos unir e trabalhar juntos, pois na verdade estamos é todo mundo no mesmo barco.”* (Madalena – Líder Comunitária).

Foi um momento sublime. Alguns ficaram em silêncio, outros deram risada. Após alguns segundos indagamos se o nome do grupo não poderia ser Barco, o fórum das entidades de base comunitária de dentro da favela.

Em um momento muito emocionante, todos se levantaram e celebraram o nascimento da nova organização do Real Parque, o Fórum de Entidades Barco, cuja comandante de honra vitalícia seria Madalena. Ao final deste encontro ficou decidido que nos encontraríamos a cada quinze dias, às terças-feiras, no período

da manhã, alternando entre a Creche Pássaro Azul e a sede da Associação SOS Juventude.

Neste momento é importante informarmos que o grupo da Equipe Lua se torna independente do PucNovaEscola, devido a impossibilidade dos dois grupos se reunirem e se organizarem com projetos de diferentes ordens, além de divergências de conduta entre o coordenador geral do PucNovaEscola e o grupo do Projeto Lua. O desligamento ocorreu de forma pacífica e os dois grupos se ajudaram em momentos em que ações se cruzaram dentro da favela.

## **Análise**

Iniciamos a análise da narração deste episódio salientando a solidariedade que os líderes comunitários tiveram conosco, do Projeto Lua, e com as outras lideranças que participaram da construção do projeto de intervenção. Este fato culmina com a mobilização das lideranças, representado pela reunião de emergência, quando pactuam a união de um novo grupo, junto aos integrantes do Projeto Lua, marcando um forte estágio de integração entre os próprios participantes da comunidade, aliados a uma equipe externa.

A partir deste momento existe uma integração com força necessária para dar seguimento aos trabalhos que visam o desenvolvimento da localidade. Também pudemos perceber, por este fato, que a integração com moradores de uma comunidade em vulnerabilidade social não se faz por uma simples apresentação. É necessário provar algo para que os moradores possam sentir confiança. Naquele momento, as lideranças se solidarizaram conosco,



reconhecendo o empenho para a construção do projeto e o descompromisso cometido pelo Projeto Casulo.

Neste sentido pudemos aprender que, dentro da comunidade, a lei que rege a união é a ação que a simboliza, que promove a confiança. Dizemos isso pois, em contraposição a realidades onde o Estado em certo grau funciona, onde existem empresas e organizações que por seu poder institucional conseguem promover certa confiança à população, percebemos que os moradores de comunidades não crêem em palavras, promessas referentes à leis ou institucionalizações, a começar que a maior instituição de todas: o Estado, não chega até eles. A situação de sua realidade é próxima a um estado de sítio. Um aspecto considerando positivo é que os sentidos de normatização social promovidos pelas instituições têm menos força.

O sentimento de revolta, de crise, causada quando as lideranças se sentem desrespeitadas, enganadas, gera um conflito manifesto pela necessidade de reagir que imediatamente e culmina na proposta da união entre as forças.

Compreendemos por este fato que a crise mobiliza, e que a necessidade também promove a solidariedade e a união, principalmente no caso observado. Também é fato que as lideranças da comunidade lutavam muito pelas organizações que presidiam e que, envoltas pelos sentidos possivelmente naturais de competição, queriam ter mais espaços umas do que as outras. Isso era percebido nas falas em reunião e quando, em rodadas de discussão, cada liderança defendia e argumentava em favor de sua entidade, não opinando como poderia ajudar a do outro líder e vice e versa.

Esta análise é muito importante pois, se não percebessem, se não “sentissem realmente na pele” a necessidade de se unirem, possivelmente não constituíram aquela união, pelo menos não naquele momento.

Mas o saldo positivo ao fortalecimento comunitário é que as diferenças foram colocadas de lado, visto que o momentourgia a união das lideranças.

Portanto, a solidariedade do grupo os mobilizou e formou um núcleo dentro da comunidade que, sob uma proposta de organização comunitária se, apresentou para trabalhar coletivamente.

Nos resta, futuramente, analisar o que promove a solidariedade e a união pois se unir em uma circunstância em que não fazê-lo é insensato nos inquieta e faz querer saber o que realmente é o sentimento de solidariedade e como pode ser estudado. Pois também percebemos que, ao se relacionarem solidariamente, possivelmente com pouca escolha, as pessoas valorizam a união solidária e modificam sua postura com os membros do grupo.

Levando em consideração a literatura da Psicologia Social comunitária referente ao empoderamento, concluímos que o Casulo, possuindo mais recursos, orienta por uma relação assimétrica, ou de poder, as ações da comunidade.

*“O poder consiste na capacidade de um ator orientar as ações dos outros.” (Fisher, 1992 apud Montero, 2003:39).*

Também destacamos a mobilização dos líderes comunitários ao reivindicarem junto ao Casulo explicações sobre o acontecido, mostrando expectativa de resolver diplomaticamente o assunto. Considerando o Casulo

enquanto um projeto proposto para atendê-los, e de alguma forma ele sendo ouvido, identificamos o poder de negociação dos moradores.

Todavia, compreendemos que o sentimento de conflito gerado proporcionou uma consciência, ou pelo menos a ciência, de que não queriam depender de agentes externos para realizar suas ações na comunidade.

Também é percebido que existia certo comodismo, pois as organizações que promovem projetos sociais, principalmente as que possuem muitos recursos, estabelecem muitas vezes uma postura “paterna”, ou seja, com algum grau de assistencialismo, trazendo a segurança de que podem solucionar todos os problemas.

Todavia, compreendemos que o processo que uniu os moradores por sentimentos comuns e propiciou a organização do fórum de entidades, propiciando uma nova estrutura de organização comunitária, deixou a comunidade mais fortalecida.

É possível notar, pelo relato da organização do grupo que compreende o Fórum Barco, um planejamento direcionado à execução de ações de maneira bem objetiva. Isso identifica maior compromisso com o trabalho e, portanto, com ações para a comunidade.

Quando são direcionados os objetivos que o grupo deve trabalhar, são traçadas as primeiras linhas de ação que não se equivalem às do projeto Lua, mas se aproximam. Este fato demonstra que é possível caminhar rumo a organização comunitária com os recursos disponíveis.

Outro fato importante a se observar é que, com a possibilidade de atuar pelas “próprias mãos”, de forma mais independente, as lideranças se mostram

mais motivadas do que quando havia possibilidade de se receber recursos para realizar uma idéia proposta por terceiros. Fato que também nos esclarece que a mudança parte de um estímulo, de uma incitativa de dentro da comunidade. Não basta apresentar, por linguagem explicativa, problemas que um comunitário vive a anos e que, seguindo por determinado caminho, ele vai melhorar sua condição de vida, se o próprio não se enxergar dentro do processo. E dentro do processo não significa simplesmente participar, mas se relacionar com a possibilidade de se transformar pelo caminho que percebe ser o da conquista de melhoria.

Já na perspectiva da relação e transformação dos atores que constituem a rede social local, a separação da Equipe Lua do PucNovaEscola deixa claro para os moradores a distinção entre os grupos, facilitando a relação com as distintas organizações.

Concluimos este episódio identificando forte poder de mobilização pelo conflito instaurado, de maneira que os comunitários perceberam a necessidade de se solidarizarem por uma causa comum, de modo a conquistarem melhorias às suas organizações.

Também notamos o despertar de uma consciência para um trabalho que somente poderia ser feito por eles próprios, que é transformar a realidade que vivem, pois também perceberam que estavam submissos às relações de poder impostas por agentes externos.

Percebemos uma mudança de postura que leva a organização de ações comunitárias bem claras, com orientações entre os participantes e divisão de pessoas por funções.

<b>Solidariedade Mobilização</b>	Conflito e mobilização das lideranças; pacto para formação de um novo grupo de socialização.
<b>Empoderamento Comunitário</b>	<i>Desejo de decidir pelos rumos das questões da comunidade.</i>
<b>Organização comunitária</b>	<i>Criação do Fórum de Entidades Barco</i>

---

*Barco em ação – Setembro a dezembro de 2004*

As primeiras reuniões aconteceram. Nem sempre as lideranças chegavam no horário marcado, mas nunca faltavam. Nossas reuniões eram sempre organizadas por uma pauta, um de nós registrava a ata e ao final tínhamos os encaminhamentos. Muitas vezes as reuniões eram gravadas e os CDs guardados na Creche Pássaro Azul.

Iniciamos as atividades procurando rever as demandas e tentar direcioná-las de acordo com a nova realidade. Decidimos continuar com o desenvolvimento de atividades específicas para as entidades que compunham o Barco e procurar realizar uma ação que envolvesse toda a comunidade.

A visibilidade das entidades foi um dos primeiros assuntos que as lideranças demandaram enquanto necessidade. Inclusive para conseguir ajuda externa ou captar recursos, deveriam se fazer conhecer para o mundo. O assunto era muito importante para elas. Alegavam que muitas das atividades que desenvolviam não chegavam ao conhecimento dos moradores. As lideranças viam, como assunto importante, a comunidade reconhecer o trabalho realizado, para assim dar valor àquilo que vêm da comunidade.

Além disso, muitas das atividades eram realizadas em espaços emprestados de outras entidades, dando a parecer que eram ações das organizações que emprestavam o lugar.

*“Outro dia estávamos fazendo atividade no Casulo e passa a Ivaneide (Coordenadora Geral do Casulo) apresentando o espaço para umas pessoas e a gente lá, como se fosse trabalho do Casulo. Se tivéssemos pelo menos uma camiseta pra identificar nossos jovens...” (Messias – Liderança)*

Outra questão abordada foi a necessidade de sedes adequadas para as associações trabalharem. Jairo informou que havia uma planta que havia sido construída, a pedido da Associação de Moradores, e que poderia servir de proposta para a construção das sedes. Nesta planta haveria espaço para funcionarem até duas associações.

Também surgiu o problema das moradias e da possível urbanização da favela. Este era um assunto que causava bastante medo entre os moradores, pois sabiam que a qualquer momento a prefeitura poderia removê-los de lá, visto que a região tem valor imobiliário altíssimo.

É importante esclarecer que, após o incêndio de 2002, a prefeitura anunciou que no início de 2004 iria remover os moradores do alojamento para um outro lugar, mais adequado. Este fato gerava muita insegurança nos moradores, pois muitos não queriam sair da comunidade e também não sabiam quais eram as condições deste lugar mais adequando, visto que não geravam renda e não poderiam sobreviver em um lugar que exigisse aluguel, por exemplo.

A prefeitura, a partir de um consórcio entre várias empresas da área de arquitetura e urbanismo, planejava a remoção dos moradores do alojamento até o final do mandato. Neste sentido, a prefeitura, por via da HABSUL, enviava grupos de consultores em urbanismo até a comunidade para conversar com os moradores, alegando fazerem um processo de desocupação, combinando passo a passo com os moradores. Além disso, ofereceria recursos suficientes para os moradores recomeçarem suas vidas, fora da favela.

Nesse sentido, nós, do Barco decidimos participar dos encontros que o chamado consórcio promoveria na comunidade, para depois decidirmos qual seria a melhor estratégia a seguir. De qualquer maneira, optamos por conversar com Magal e Margarida, moradores do Alojamento e participantes da comissão de habitação promovida pela Rede Real Panorama.

Quanto a continuidade dos projetos de cada associação, decidimos reelaborar o projeto Ateliê de Transformação do SOS Juventude, projeto que desenvolvia esculturas com material aproveitado do lixo.

Num âmbito mais abrangente para a comunidade, decidimos dar continuidade a uma idéia antiga de organizar uma feira de artesanato que pudesse

unir a comunidade, propiciar um espaço de socialização e lazer, além de gerar renda, pois comercializaríamos produtos artesanais da comunidade.

Demétrio cedeu a sede da Ação Indígena Pankararu para iniciarmos as atividades. Ludmila e Mariana, da Equipe Lua, se prontificaram em construir, junto à Messias, o novo Projeto Ateliê de Transformação. No que diz respeito a Associação de Moradores, o tema da Habitação ficou sob a responsabilidade de Jairo.

Desta forma conseguimos reestruturar as ações da nova forma de organização comunitária. Pretendíamos formar uma rede de colaboração solidária, utilizando o fórum como centro desta rede, que deveria promover o fortalecimento das associações de base comunitária, que por sua vez estaria desenvolvendo trabalhos de interesse comunitário, formando assim ações integradas de fortalecimento e desenvolvimento local.

De modo geral, a equipe se dividiu entre aqueles que se empenhariam no desenvolvimento da feira de artesanato, aqueles que desenvolveriam o projeto específico Ateliê de Transformação e os que acompanhariam os processos relacionados a habitação.

Para a Creche Pássaro Azul, nenhum projeto foi definido até este momento. Decidiu-se apenas fazer um levantamento da documentação da entidade, visto que uma das principais demandas era a homologação da creche junto aos órgãos competentes de apoio a criança e ao adolescente.

Com isto, a organização das ações se configurou da seguinte forma. Durante a semana, às quartas-feiras, aconteciam as reuniões de organização da feira de artesanato. Às terças-feiras, as reuniões de desenvolvimento do Ateliê de



Transformação; às quintas-feiras, os encontros relativos à habitação e, quinzenalmente, todos se reuniam às terças-feiras pela manhã para socializarmos as informações e decidirmos coletivamente o seguimento de todas as atividades.

O Ateliê de transformação era realizado duas vezes por semana, na sede do SOS Juventude e nas dependências do Projeto Casulo. Os jovens que já participavam das atividades no SOS Juventude utilizavam papel, garrafas de plástico, latas e outros materiais, e produziam cestos, carrinhos de brinquedo, assentos e esculturas.

Os jovens tinham encontros de formação com as duas integrantes do Projeto Lua mais uma artesã da comunidade, Elisabeth, fato que nos era bastante gratificante, pois começávamos a envolver outros moradores nas atividades específicas propostas. Desta maneira, o SOS Juventude passou a oferecer atividades artísticas e educativas. Também eram oferecidas aos jovens atividades de conscientização ao meio-ambiente, higiene e cidadania.

Os participantes do Barco encarregados de cuidar dos assuntos relativos a habitação participaram de alguns encontros promovidos pelo Consórcio. Nestas reuniões, os representantes do Consórcio não eram claros em suas propostas, mas notava-se que procuravam a melhor alternativa para a retirada dos moradores do Alojamento. Os moradores do Alojamento tentavam procurar seus direitos, como o uso capião entre outras alternativas. Normalmente não conseguiam muito sucesso. As propostas do Consórcio se aproximavam de um plano de aluguel, onde os moradores removidos ganhariam recursos para alugar um imóvel fora da favela, mas não eram claros quanto ao procedimento de como

isso aconteceria, e os moradores não possuíam conhecimentos burocráticos e legais para perguntarem apropriadamente sobre suas dúvidas.

Nos encontros internos sobre habitação foi decidido que precisaríamos de um plano da habitação para favela, para fazer frente a outras propostas que viessem de terceiros, principalmente os interessados na remoção dos moradores. Desta maneira, estabelecemos que iríamos buscar alternativas como visitar favelas já urbanizadas para iniciar a compreender o processo de urbanização.

A primeira reunião para se tratar da feira de artesanato ocorreu na sede da Ação Indígena Pankararu, no início de setembro. Neste encontro, não só pessoas da comunidade participaram, mas também moradores dos prédios ricos do entorno. Esta surpresa foi inclusive comentada na própria reunião, onde se aproveitou para então promovermos uma ação de cunho político no evento, em que fosse possível mostrar a união entre classes sociais distintas.

Tivemos um parceiro importante, por coincidência um dos integrantes da Equipe Lua, Ygor, que trabalhava na Subprefeitura (órgão governamental responsável pela administração regional) do Butantã. Este foi um fator que animou bastante os participantes, que a cada reunião se apresentavam em maior número.

No terceiro encontro discutimos o melhor local e definiu-se pela Praça Abreu Sodré, que se localiza bem próximo à comunidade. A data prevista era 30 de setembro, portanto tínhamos pouco tempo para nos organizar. É importante salientar que a organização da feira foi feita por moldes de autogestão.

Em conversas sobre as necessidades estruturais que teríamos, logo as pessoas começaram, solidariamente, a se unir por via de um ou outro conhecidos,

e conseguiram desde pessoas que fizessem a editoração para divulgação em panfletos, faixas e internet, até grupos de cultura popular brasileira que viessem se apresentar.

Ygor conseguiu a autorização da subprefeitura do Butantã e segurança para a realização da feira no local pretendido. O contato com artesãos foi se intensificando e pouco a pouco a organização do evento tomava corpo. A equipe de organização se dividiu em comissões que organizariam as barracas de alimentação, artesanato, atrações artísticas e variedades.

O ponto negativo foi a baixa participação das lideranças que alegavam não gostar de organizar atividades com o pessoal rico. Acabavam por mandar representantes. A feira foi realizada no dia 15 de outubro de 2004. Muitas pessoas compareceram. As peças artesanais, tanto dos índios Pankararús quanto do Ateliê de Transformação, foram expostas e vendidas na ocasião.

O ponto alto da festa foram as apresentações das bandas Batuca Curumim, escola de samba mirim vinda de Sertãozinho, interior de São Paulo e o Grupo Pé no Terreiro que tocava Cacuriá, dança típica do Maranhão. Moradores do entorno da praça reclamaram com a prefeitura e a comissão organizadora teve que transferir a feira de local depois de alguns meses. As lideranças do Barco decidiram por não participar de outras edições da feira.

## **Analise**

*Barco em Ação.*

Os participantes do Barco expõem ao grupo mais claramente suas dificuldades, permitindo a sugestão de outros integrantes. Tais ações simbolizam e mostram mais confiança de um parceiro com o outro, ao mesmo tempo em que convida à participação e ajuda dos envolvidos. Este fato demonstra outro aspecto da solidariedade, que se dá pela convivência, quando um ator confia ao outro uma dificuldade para receber ajuda. Tais processos vão criando laços de solidariedade, pois é nítido como o grupo passa a se organizar mais facilmente.

Quando o grupo se organiza e parte para ações externas, percebemos que a existe uma confiança que permite atividades por períodos mais longos, o que por sua vez também demonstra planejamento e disciplina no cumprimento das atividades. Somente a cada quinze dias os resultados e dificuldades são socializados e reelaborados para o encaminhamento de novas ações. Tal confiança vai proporcionando, aos poucos, um encorajamento, tornando o grupo mais fortalecido e mais ousado.

Quando Messias aponta a questão da visibilidade e da importância da construção de uma sede que atendesse a todas as organizações, e Jairo revela a existência da planta que pode servir como ponto de partida para buscarem tal realização, ou mesmo quando decidem por irem atrás de conhecimentos construídos por moradores de outras comunidades, que passaram pelo processo de urbanização, podemos perceber a autonomia, a visão e os primeiros indícios de estratégia e planejamento para atingir os objetivos.

Neste momento notamos que a incapacidade de planejar e o imediatismo dos líderes demonstrados anteriormente tem relação com a falta de motivação e de perspectiva de se lutar por algo novo.

Por diversas vezes lemos e escutamos que a população de favelas é imediatista, pois não tem formação, conhecimento ou educação e até inteligência para se planejar. O que constatamos é bem diferente quando possuem a oportunidade de sonhar e olhar para o futuro.

Destacamos neste momento a condição do grupo trabalhar por movimentos alternados, um quando saem para a execução de atividades e outro quando retornam para a socialização e o replanejamento. Esta condição evidencia um princípio de organização comunitária em rede, visto que, neste momento, as informações já se socializam, as dificuldades são apresentadas ao centro de uma discussão e o esforço de superação gera alternativas, produzindo conhecimentos que vão sendo assimilados e apropriados pelos próprios produtores e, portanto, também multiplicados.

Já na perspectiva da rede social local, vemos a prefeitura auxiliando com a feira de artesanato. A própria feira acontece por uma iniciativa do Barco, mas logo é bem aceita pela comunidade, que se mobiliza rápida e organizadamente. Vimos este acontecimento como uma manifestação de solidariedade e mobilização geral das pessoas do bairro como um todo.

Pudemos ver como as lideranças do Barco se comportam com um grande número de pessoas trabalhando juntas por uma festa popular. Para nós foi muito gratificante poder participar e integrar com mais pessoas da comunidade e do entorno

Mas notamos o desinteresse das lideranças, possivelmente por não ser uma idéia tão própria deles e também de retorno incerto, tanto financeiro quanto de uma organização comunitária mais objetiva. Também temos que considerar

que este caráter de ação não era muito do perfil da maioria, somente de Demétrius o único que participou plenamente. Desta maneira concluímos que a solidariedade entre os participantes se manifestou de forma mais próxima e por relações de confiança.

Já o empoderamento da comunidade pode ser notado pela motivação com que foram buscar os objetivos e relacionado com a segurança também proporcionada pela nova forma de organização entre as lideranças, que propiciava um planejamento das ações e reelaboração das mesmas após sua execução.

Também é importante salientar a consciência dos participantes em buscar o conhecimento em comunidades semelhantes e com eles próprios em reuniões de socialização.

<b>Solidariedade</b>	Maior abertura e confiança entre os participantes do
<b>Mobilização</b>	Barco
<b>Empoderamento</b>	<i>Facilidade de organização e definições claras das</i>
<b>Comunitário</b>	<i>ações</i>
<b>Organização</b>	<i>Primeira ação coletiva integrada: princípio de</i>
<b>comunitária</b>	<i>atuação em rede</i>

### *Crise do Barco – Janeiro a junho de 2005*

Em dezembro 2004 muitos integrantes da Equipe Lua se desligaram das atividades no Real Parque devido a impossibilidade de se manterem em um trabalho voluntário. Por este motivo, as atividades do Ateliê de Transformação, entre outros acompanhamentos com as lideranças, foram paralisados.

O compromisso de nos mantermos na comunidade permanecia, porém com a diminuição de 12 para 4 integrantes. Este fato causou tristeza, pelos vínculos afetivos criados com grupo, porém o fórum Barco continuava suas atividades. O fato é que o grupo descaracterizado passou a se chamar de Equipe Ninhos, pela idéia que tínhamos de organizar uma ONG com este nome.

As lideranças da comunidade prezavam para que nosso trabalho fosse remunerado e nos incentivavam a captar recursos para tal. Era consenso entre todo o grupo que já estávamos maduros para desenvolver um outro projeto, uma proposta que viesse a apoiar não só as associações, mas também o conjunto delas enquanto uma rede de organização comunitária. Para tanto, a Equipe Ninhos se responsabilizou por organizar e sistematizar um novo projeto para captar recursos que viesse a suprir tanto a demanda da comunidade quanto a dos profissionais envolvidos.

Devido as urgências que a comunidade demandava, mais uma vez optou-se por se deixar de fora as lideranças da parte escrita do projeto, de forma que apenas aprovassem sua formatação no final da construção.

Neste momento a Equipe Lua traz um novo parceiro, a Equipe Talher Nacional, do Programa Fome Zero do Governo Federal. Como a idéia de

fortalecimento comunitária também fazia parte das diretrizes maiores do Programa do Fome Zero, acordaram em nos ajudar. Fariam articulação política para captação de recursos com os ministérios do Desenvolvimento Social e da Casa Civil, além de procurarem recursos junto às autarquias como a Petrobrás.

Num primeiro momento auxiliariam a comunidade, articulando-a com movimentos populares como o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), propiciando que as lideranças do Barco participassem de encontros regionais e nacionais.

Neste momento é importante mencionar que um novo integrante da comunidade se apresentou ao Barco, trazido por Jairo, como integrante da Associação de Moradores. João era catador de lixo e já havia trabalhado com Monalisa<sup>16</sup> na Central de Reciclagem da Vila Leopoldina. Esta parceria, proporcionou novo ânimo no grupo.

Em janeiro de 2005, com auxílio da Equipe Talher Nacional, fomos quase todos ao Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Messias e Madalena permaneceram na favela tratando das outras atividades.

Em Porto Alegre, a comunidade teve a oportunidade de conhecer outros projetos e se integrarem com movimentos sociais, como o MTD, principalmente. Além de poderem participar de palestras sobre desenvolvimento sustentável, coleta seletiva de lixo, meio-ambiente. Mas o principal foi perceberem que é possível utilizar recursos de formas diferentes, de maneira a propiciar uma distribuição mais equilibrada.

---

<sup>16</sup> Ver Capítulo Real Parque



*“O pessoal faz muita coisa interessante com o lixo e tem muita comunidade produzindo sua própria comida também.” (Jairo – Liderança)*

*“Vimos muitas coisas interessantes e conhecemos muita gente dos movimentos, eles disseram que vão ajudar agente aqui no Real Parque.” (João – Liderança)*

De volta a São Paulo, o reencontro com os companheiros e as conversas sobre as novidades da viagem foram muito positivas para todos. O fórum decidiu que, naquele momento, todas as atenções deveriam ser voltadas a questão da habitação. Todos sabiam que a comunidade tinha muitas demandas, mas tínhamos que escolher uma linha de ação.

*“A gente quer resolver tudo e não vai conseguir, temos que resolver as coisas uma de cada vez.” (João – Liderança)*

O fórum elegeu, por unanimidade, a habitação como tema principal a ser tratado. Logicamente, questões como a construção de uma sede para Associação de Moradores e o desenvolvimento do novo projeto de intervenção prosseguiriam.

Vale lembrar que mantínhamos a base estratégica do Projeto Lua, de fortalecer as entidades e envolver maior número de moradores. Cada entidade, junto aos integrantes da Equipe Ninhos, planejava projetos específicos.

A estratégia adotada era empenhar-se na habitação pela urgência da questão e deixar para um momento futuro ações como: organizar os catadores de lixo, conscientização com os jovens e atividades lúdico-pedagógicas com as crianças da Creche.

Todas as ações discutidas pouco a pouco eram incorporadas no projeto, que por sua vez tinha a orientação de seu desenvolvimento feita pelo Fome Zero. Neste momento também vale dizer que outra organização passou a nos ajudar por via do Fome Zero, o Instituto Paulo Freire.

Por via do Instituto Paulo Freire, a Equipe do Fome Zero também procurava articulação de financiamento para o projeto. O projeto que tomava corpo foi batizado de Projeto Barco, já que propunha o desenvolvimento do Fórum. O Fórum se ocupava com as questões de habitação. Planejamos as ações segundo algumas idéias que vinham sendo discutidas.

Primeiramente, iríamos buscar informações com alguns moradores da comunidade que estavam tratando do assunto há mais tempo. Também procuraríamos conhecer processos de urbanização em outras comunidades e construiríamos uma proposta de urbanização, que serviria para dialogarmos com a prefeitura, mostrando que a comunidade tinha consciência do que era melhor para seus moradores.

Esclarecemos que o tema da habitação tornou-se urgente pois, ao final da gestão da prefeitura do PT, o Consórcio não havia chegado em um acordo com a comunidade, além de não conseguirem construir um projeto de habitação e propuseram para a comunidade um programa de aluguel. Este programa propunha uma dotação em dinheiro para o morador que a aceitasse, durante quatro meses, para pagar um aluguel fora da comunidade e ajudaria tais moradores a conseguir algum tipo de trabalho que pudesse manter o padrão de vida almejado.

Nenhuma família aceitou a proposta e um novo boato de remoção voltou inquietar a comunidade. Dizia-se que com o novo governo do PSDB, que era o mesmo do Estado de São Paulo, detentor da maioria dos terrenos da favela, poderia aplicar os recursos da operação Faria Lima<sup>17</sup> e autorização para remoção do Estado, já que Estado e Município teriam melhor relacionamento.

Tivemos dificuldades em encontrar alguma instituição que pudesse fazer um projeto de urbanização da Favela. Messias entra em contato com Dr. Salomão, presidente da Associação Amigos de Bairro do Real Parque (associação dos moradores ricos), pessoa que foi responsável pela construção do Conjunto Habitacional Cingapura na comunidade.

Dr. Salomão demonstra grande interesse em ajudar e contrata um engenheiro para fazer o projeto. Dr. Salomão, que era filiado ao PSDB e amigo de muitas pessoas no governo, também alega que quanto antes este projeto chegasse em mãos do secretário de habitação, mais rapidamente garantiríamos a habitação para o Real Parque.

Ele logo envia o projeto para a comunidade, para que as lideranças o vissem e aprovassem, pois seria enviado ao Prefeito. As lideranças assinam rapidamente e entram em contato conosco, da Equipe Ninhos, para contar a novidade e marcar um encontro para vermos o projeto. É neste momento que constatamos que o lindo projeto do Dr. Salomão, além de remover 300 famílias da comunidade, construiria uma área verde separando os prédios de alto padrão da comunidade.

---

<sup>17</sup> Operação de urbanização que visa o incentivo à construção civil e maior arrecadação de recursos para implementação de maneira a empregá-los em benefício da própria região

A única notícia que nos agradou é que o projeto era uma pré-proposta de projeto que um arquiteto recém formado poderia construir. Tínhamos que correr para fazer um projeto que fosse de consenso com a população e tentar levar o mais rápido possível para o prefeito ou secretário de Habitação.

Conseguimos nos articular com a ex-presidente da Associação Monte Azul, Alda, que coordenava um projeto de organização comunitária em favela do mesmo nome, na zona sul da capital.

Alda trabalhava na Secretaria do Verde e do Meio-Ambiente e conseguiu um encontro com as lideranças do Barco na Favela Monte Azul, favela que havia passado por processo de urbanização com a participação dos próprios moradores. A missão era negociar com o secretário um processo de urbanização semelhante, e que construiríamos um projeto de habitação junto aos moradores em substituição ao entregue pelo Dr. Salomão. Além disso, neste mesmo dia, as lideranças teriam a oportunidade de trocar informações com as lideranças desta outra comunidade que já haviam passado pelo processo de urbanização.

No encontro, o secretário confirmou o recebimento da outra proposta que considerava oficial, até porque era firmada pelas lideranças. Ao explicar a situação, o secretário, sem dar muito ouvido aos comunitários, pediu então que apresentassem outra proposta.

A conversa com os moradores foi produtiva e Jairo combinou de fazerem outras visitas, além do convite em receber também os moradores de tal comunidade. O desafio estava lançado tínhamos que desenvolver um projeto.

As discussões no fórum tinham um impasse: como fazer um projeto rapidamente, consultando a comunidade e sem causar tumulto visto que tínhamos

que pedir opinião a muitas pessoas que estavam alheias ao processo e não tinham conhecimentos técnicos suficientes para decidir, por exemplo, se o projeto construiria prédios ou casas.

O único consenso que conseguimos chegar no Barco é que a população deveria participar mais dos encontros do Barco e promover maior mobilização entre os moradores para questões do Bairro.

*“Temos que mobilizar a população. A gente vê isso nos movimentos sem mobilização de gente não se conquista nada.” (João – Liderança).*

Mas não chegávamos a um acordo de como deveríamos convidar a população e de que maneira apresentar. Neste momento esclarecemos que o Projeto Casulo passava por uma reestruturação e cada vez mais se dispunha a participar dos encontros do Barco e apoiar nossas iniciativas.

O projeto Casulo cedeu o espaço de seu teatro para convocarmos a população e levar a seu conhecimento as questões que envolviam a urbanização da Favela. Tínhamos em nossa equipe um arquiteto, que poderia fazer propostas para que déssemos início a construção de um projeto com maior participação dos moradores.

Fariamos a proposta em dois momentos. A primeira dia 07 de maio e a segunda dia 14 de maio. De forma que no primeiro encontro esclareceríamos a situação e no segundo tentaríamos votar algumas propostas, como casas ou prédios, por exemplo. Messias era a favor de decidirmos por fazer prédios e não consultar a população, pois consultá-los só iria atrasar o processo.

Principalmente nós, da Equipe Ninhos, insistimos bastante para que o eventos acontecessem. Desta forma, no dia 07 de maio, com o apoio da União de Moradores do Jardim Panorama, favela vizinha e que sofria com a desocupação para a construção de um Shopping, apresentamos para cerca de 200 moradores a situação da habitação e a necessidade da população se mobilizar para não deixar o pior acontecer.

*“O pessoal que fica em casa dizendo que as lideranças não fazem nada, deveriam estar participando com a gente, pois todos nós somos importantes. Temos que nos unir para reivindicar às nossas autoridades uma moradia digna. (Clodoaldo – Liderança Jardim Panorama).*

Messias se apresenta em nome do Barco e esclarece a situação da pressão do entorno:

*“Nós temos que começar a prestar atenção e ver que pontes estão chegando cada vez mais perto. E para conseguirmos qualquer informação com a prefeitura... Esquece.*

*Pra falar com subprefeito, não consegue, ou qualquer informação é muito difícil, mas a gente sabe que existe interesse neste local que a gente mora.” (Messias – Liderança).*

Convidamos os Moradores para conhecer o Barco como via de participação de atividades comunitárias e principalmente para a habitação. Faríamos uma apresentação no mesmo local, teatro do Casulo, no dia 14 de Maio. Dia 14 de maio apresentamos o Barco e a proposta de habitação para cerca de 20

moradores. Poucas perguntas e nenhum indício de que iriam de fato participar de outras atividades.

A ação foi considerada um desastre para todos. O desânimo foi total. Na semana seguinte, no encontro do Barco, muitas reclamações das lideranças com a Equipe Ninhos e com a comunidade. Reclamaram que trazíamos sempre uma solução de fora e que ajudaríamos conquistando recursos e que teríamos contatos e articulações políticas e até o momento pouca coisa havia sido realizada. Neste momento, Messias pede a palavra e fala para todos:

*“Nós é que temos que aprender a se relacionar com o pessoal do Ninhos. Nós nunca dizemos o que queremos e ficamos esperando que eles tragam a solução. Estamos sim é acomodados. Porque não trabalhamos juntos ombro a ombro pra conquistar alguma coisa, precisamos de realização.”*

Todos se sensibilizam e nós, da Equipe Ninhos, reconhecemos que atuamos com pressa, sempre querendo estar na frente com nossos contatos e ditando o passo, já que as lideranças confiam em nós. Propusemos uma reestruturação, onde pudéssemos trabalhar mais de igual para igual, onde simplesmente trabalhássemos enquanto facilitadores e não como regentes.

É importante esclarecer que nossa participação nas decisões era grande. Mas todo o esforço era reconhecido pela comunidade e decidimos começar novamente. Concordamos que estávamos dando um passo maior do que perna e que não conseguiríamos mobilizar a comunidade como pretendíamos e conquistar

a urbanização tão facilmente. Percebemos que o trabalho deveria ser feito gradativamente e dentro das nossas possibilidades.

## **Análise**

Neste período, podemos identificar uma maior integração entre os membros da comunidade e os da Equipe Ninhos, trabalhando juntos no Barco, caracterizando uma maior solidariedade entre a equipe externa e a comunidade.

A pesquisa-ação tem um outro foco, a do Fórum Barco como centro e as tentativas deste fórum para ajudar a comunidade, elegendo a habitação como tema principal.

Identificamos a solidariedade em uma perspectiva mais coletiva, com as organizações do Barco procurando ampliar este sentido para a comunidade. Percebemos que a solidariedade e a união mobilizaram e fortaleceram as lideranças que, por sua vez, tiveram mais firmeza e iniciativa não só para fortalecer suas entidades, mas para propor formas de organização para comunidade.

É importante dizer que nenhuma das lideranças comunitárias atuantes no Barco morava nos alojamentos, local que corria sério perigo de desocupação, mas os moradores dos barracos só seriam removidos por uma grande ação da prefeitura, que não era provável a curto prazo. Tal condição demonstra não só a solidariedade com os moradores, mas o compromisso com a comunidade.

O formato do fórum simbolizou a responsabilidade e o compromisso, visto que as lideranças se encontravam ali para tentar dar rumo à comunidade. As



lideranças sentiam-se responsáveis pela comunidade. A condição do Barco propiciou que as lideranças não só se direcionassem para desenvolver projetos na comunidade, enfatizando suas organizações, mas se informar sobre a sociedade como um todo, para ver como fatores externos podem influenciar nos rumos da favela.

Este fato evidencia um sentido de solidariedade mobilizadora que atua organizadamente com objetivos específicos. Por outro lado, é justamente por esta força e capacidade de organização que as entidades começam a crescer e novos problemas acontecem.

Com relação aos processos de decisão, mesmo que todos participassem autogestionariamente, eram os integrantes da Equipe Ninhos que traziam as oportunidades de fora. Pode-se notar que a maioria das estratégias de ação foram decorrentes de parcerias articuladas pela Equipe Ninhos. Evidentemente isto trouxe resultados positivos, como a possibilidade dos moradores da favela terem a experiência de viajar e conhecer outras alternativas e projetos que aconteciam em diversas localidades do país.

Presenciamos a dignidade de Jairo, recolhendo latas de alumínio pelo chão em Porto Alegre e, com firmeza e humildade, explicando a importância social e ecológica de seu trabalho.

Mas é importante para o nosso estudo identificar que os processos de decisão tendiam a ser seguidos pelas oportunidades trazidas pela Equipe Ninhos. Vivíamos na universidade, em centros com muitas pessoas, muitas oportunidades e alternativas. A ansiedade de atingir os objetivos fez com que não estivéssemos atentos a uma das maiores armadilhas: o tempo de apropriação do grupo, o ritmo

de aprendizado dado pela capacidade cognitiva de cada sujeito. A união do grupo era sólida e por isso caminhávamos seguros, e por isso também não percebíamos alguns equívocos.

Enquanto aspectos relacionados ao empoderamento comunitário, pudemos notar a confiança do grupo em negociar com o poder público, em realizar as ações planejadas, buscar alternativas, propor soluções e também aprender com os fracassos. O Ato seguro de Messias, quando procura negociar o projeto de habitação com Dr. Salomão, esbarra na imaturidade em tratar com um advogado astuto e experiente, que facilmente fez valer seu interesse.

Em um olhar externo, estávamos executando muitas das ações propostas de fortalecimento comunitário, por organização comunitária em rede, tanto do Projeto Lua quanto do Projeto Barco<sup>18</sup>.

Pudemos notar que planejar ações coerentes aos interesses da comunidade e construir coletivamente de forma autogestionária é somente o ponto de partida. Processos que fortalecem a comunidade são gerados, principalmente, pelos imprevistos e dificuldades que levam a criação de alternativas à superação.

Concluimos, neste sentido, que propostas de organização comunitária levam às ações que em sua execução propiciam o aprendizado necessário a um fortalecimento.

Temos que levar em consideração o aprendizado proporcionado a nós, enquanto agentes externos, com todas as experiências. Estávamos de fato aprendendo e construindo junto à comunidade.

---

<sup>18</sup> Ver anexo

Quando a ação tem um respaldo coletivo, as dificuldades são socializadas e as soluções são encontradas em grupo, mas o princípio do fortalecimento se dá na prática, na ação. Um dos principais acontecimentos que ilustram tal processo é quando o fracasso da reunião de habitação na comunidade permite à Messias enxergar que a relação entre a Equipe Ninhos e as Lideranças do Barco era assimétrica. A partir desta consciência é que um novo rumo pôde ser traçado.

Outro aspecto que demonstra o empoderamento é a exposição de um problema para o conhecimento de todos os moradores, como uma tentativa de conscientizar a população do perigo eminente e convocá-la para atuar integrada pelo bem-estar comum.

Percebemos que nossa participação, enquanto grupo externo, influenciou o excesso de confiança, atropelando a maturação e apropriação das situações para tomada de decisões mais apropriada.

Enquanto organização comunitária, entendemos um crescimento justamente pelo aprendizado, de sentir o tempo e o equilíbrio do grupo. Cada vez mais as organizações estavam integradas e confiantes nas parcerias que poderiam fazer umas com as outras, visto que compartilhavam recursos materiais e partilhavam também os espaços das sedes.

Podemos perceber que cada vez mais a solidariedade os integrava por uma rede de colaboração social, organizando e pautando a organização comunitária.

<b>Solidariedade Mobilização</b>	Mobilização para busca de conhecimento e alternativas para a comunidade.
<b>Empoderamento Comunitário</b>	<i>Responsabilidade acima da capacidade de resolução</i>
<b>Organização comunitária</b>	<i>Vínculos entre as associações e comunidade: Formação da mutua colaboração integrada</i>

---

*Equilíbrio – julho a dezembro de 2005*

Sob uma nova proposta de trabalho, onde a Equipe Ninhos participava menos, inclusive enviando apenas um membro para as reuniões do Fórum e algumas vezes nenhum, iniciamos uma nova etapa.

Voltamos a focar as atividades nas associações procurando estruturá-las e capacitar pessoas de maneira que as próprias associações pudessem captar recursos. De forma mais organizada, a Equipe Ninhos passou a tomar mais cuidado com as parcerias e a não “atirar para todo lado”.

É importante esclarecer que, neste momento as associações ainda não estavam regularizadas, assim como o Instituto Ninhos e, em função disto, fizemos

uma parceria com a Caritas Diocesana de Campo Limpo, que nos apoiava institucionalmente.

A Caritas não tinha um trabalho sendo desenvolvido dentro da comunidade e, desta forma, nós desenvolvemos, sob a concessão do Bispo Diocesano Dom Emílio Pignoli, o trabalho também em nome da Caritas, auxiliando no trabalho pastoral da paróquia Nossa Senhora da Providência.

De forma bem positiva conseguimos uma parceria com o Banco do Brasil que empregaria, remuneradamente, adolescentes em um programa para jovens aprendizes. Como o programa era para adolescentes, estes deveriam trabalhar somente meio período e ter aulas de reforço de português, matemática e informática, além de um curso de cidadania, que deveríamos realizar em contrapartida.

Logo vinculamos tal oportunidade a Associação SOS Juventude que passou a organizar as atividades extras, fora às do cotidiano de trabalho do banco, junto com a Equipe Ninhos, com o apoio da instituição Caritas.

Neste momento é importante esclarecer que fizemos uma parceria com o Programa de Comunicação das Artes do Corpo da PUC-SP, de onde alguns estudantes vieram para desenvolver as atividades referente a uma disciplina do curso, junto aos jovens e as crianças, e depois permaneceram, se incorporando a Equipe Ninhos. Foram tais estudantes e profissionais que realizavam o trabalho demandado pelo Banco no horário fora do expediente.

O projeto se tornou um sucesso, gerando renda para as famílias e trabalhando a educação e cidadania dos adolescentes. Para a Creche Pássaro Azul foi possível desenvolver um trabalho educativo com oficina de contação de

estórias, entre outras atividades lúdicas para as crianças, que antes só ficavam assistindo televisão no tempo em que permaneciam na creche.

Infelizmente nenhuma das estratégias de articulação política tentadas pelo Fome Zero funcionou. Chegaram a dar o financiamento como certo, mas depois alegaram que, devido aos escândalos políticos do caso “mensalão”, as tentativas foram inviabilizadas. Enviamos o Projeto Barco a um edital da Petrobrás, mas também não tivemos sucesso.

Jair retomou um contato com um antigo morador da comunidade, Oswaldo, que possuía muitos recursos e poderia ajudar. Solicitando ajuda a Oswaldo, Jair conseguiu recursos para construir a tão sonhada sede da associação de Moradores, onde também funcionaria a panificadora Raio de Sol.

Neste momento, os traficantes da comunidade impediram a construção da associação de moradores, pois não queriam que Jair desenvolvesse qualquer trabalho na comunidade. O fato aconteceu em um dia de trabalho na obra, quando o líder dos traficantes abordou Jair, dizendo que se não parasse imediatamente a obra e saísse da comunidade iria morrer.

Jair o presidente da Associação de Moradores foi embora da comunidade e nunca mais foi visto por lá. Nós, do Barco, tínhamos que resolver esta questão. Em reunião extraordinária resolvemos convidar os traficantes para uma conversa e apurar os fatos, para solicitar a continuidade de uma obra tão importante à comunidade.

No dia 20 de novembro de 2005, na Creche Pássaro Azul, fizemos a reunião com os traficantes que alegaram não querer atrapalhar o trabalho comunitário que desenvolvíamos. O problema era com Jair, problemas antigos,

relacionados à disputa por mulher. Madalena interferiu e, com muita firmeza, pediu para que os traficantes deixassem a construção seguir. Os traficantes concordaram, desde que Jair não participasse.

Todavia, perdemos Jair e a Associação de Moradores ficou sem líder. Ademar, que cuidava da Panificadora Raio de Sol, se propôs a continuar as obras e possivelmente presidir a instituição.

No mês de dezembro, Messias recebe a visita de um Membro da (Central Única das Favelas) CUFA, do Rio de Janeiro, dizendo saber dos trabalhos do Barco e do apoio recebido pela Equipe Ninhos.

De fato, uma pessoa entrou em contato conosco em outubro e enviamos o Projeto Barco a elas, depois viemos saber que se tratava do mesmo grupo. A CUFA ofereceu ajuda para reformar a sede do SOS Juventude e para trazer recursos para o desenvolvimento de projetos.

Neste meio tempo, o Projeto Casulo noticia que conseguiram captar recursos da Rede América e que os disponibilizariam para as entidades componentes do Barco, além de fazerem a proposta para os integrantes da Equipe Ninhos formarem um grupo de consultores remuneradamente, a se tratar com cada liderança, para dar continuidade ao trabalho de desenvolvimento comunitário em 2006, visto que sob a ótica do Casulo e dos moradores estávamos desempenhando um bom trabalho.

## **Análise**

O grupo foi se organizando de forma mais madura, se respeitando e se equilibrando. Compreendemos tal fato como um indício de solidariedade, pois uma das manifestações da mesma é o respeito recíproco.

A necessidade e a vontade de realizar não devem se sobrepor, mas integrar o outro, pois deste modo a realização se manifesta pela transformação.

Podemos perceber o equilíbrio e a melhor sintonia do grupo pela forma como as parcerias se realizam neste período. As parcerias se dão tanto por articulações da Equipe Ninhos, quanto pelas lideranças participantes.

Cada uma a seu tempo, as parcerias trazem recursos que vão se somando e os que vinham sendo empregados nas associações, por via da mútua colaboração entre os participantes, tanto pela realização de oficinas de contar estória quanto pela dotação recebida para a construção da sede da Associação de Moradores.

As parcerias passam a realizar trabalhos realmente vinculados, como ilustrado pela atuação conjunta entre a Caritas, o SOS Juventude e a Equipe Ninhos, interdependentes para realizarem o projeto Jovem Aprendiz do Banco do Brasil. Este caráter consolida a rede de organização comunitária, já que os projetos somente ocorrem pela integração das entidades.

Podemos observar como os atores da rede social local, em algumas de suas relações, vão se unindo por atividades comuns, fortalecendo vínculos e se organizando, dando força para uma estrutura que pode, se mais consolidada, sustentar a comunidade nesta forma de organização em rede.



A comunidade se fortalece de tal forma que todos se mobilizam para que não seja impedida a construção da sede da Associação de Moradores por ela ser importante à comunidade. A articulação da CUFA propiciando recursos para reformar a sede do SOS Juventude e dos Pankararús garante o andamento das obras.

A reintegração do Casulo, com o reconhecimento do trabalho realizado pelo Fórum Barco, evidencia que a rede social local está se unindo em prol do desenvolvimento da Comunidade da Favela do Real Parque. Quanto mais solidariedade e a mutualidade integrarem-se entre os atores da rede social, mais se consolida a sustentação ou organização da comunidade em rede.

Desta maneira percebemos que, em diferentes graus de manifestação, a solidariedade ocorre por um equilíbrio de relações com a comunidade e seus atores mais conscientes e organizados, unidos por atividades integradas e coletivas, de maneira que se sustentem.

<b>Solidariedade Mobilização</b>	Respeito aos limites do grupo e maior cuidado entre os integrantes.
<b>Empoderamento Comunitário</b>	<i>Maturidade para conduzir ações na comunidade / Captação de Recursos</i>
<b>Organização comunitária</b>	<i>Desenvolvimento da organização comunitária em rede</i>

<b>Diagrama do Período de Análise</b>					
	<b>1o Período</b>		<b>2o Período</b>	<b>3o Período</b>	
	<b>Nascimento Lua</b>	<b>Nascimento Barco</b>	<b>Barco em Ação</b>	<b>Crise do Barco</b>	<b>Equilíbrio</b>
<b>Solidariedade e Mobilização</b>	Lideranças prestando serviço à comunidade por meio das associações de base	Conflito e mobilização das lideranças; pacto para formação de um novo grupo de socialização	Maior abertura e confiança entre os participantes do Barco	Mobilização para busca de conhecimento e alternativas para a comunidade	Respeito aos limites do grupo e maior cuidado entre os integrantes
<b>Empoderamento Comunitário</b>	Sujeição a agentes externos e pouca consciência da situação comunitária	Desejo de decidir pelos rumos das questões da comunidade	Facilidade de organização e definições claras das ações	Responsabilidade acima da capacidade de resolução	Maturidade para conduzir ações na comunidade / Captação de Recursos
<b>Organização / Rede Comunitária</b>	Planejamento de ações para construção de um projeto de intervenção	Criação do Fórum de Entidades Barco	Primeira ação coletiva integrada: princípio de atuação em rede	Vínculos entre as associações e comunidade: Formação da mutua colaboração integrada	Desenvolvimento da organização comunitária em rede

## **Analise**

Ao observar os três períodos de análise, podemos notar de uma forma mais abrangente as mudanças ocorridas pelos principais aspectos que fundamentam esta pesquisa.

Nos primeiros meses de convivência na comunidade, notamos que os moradores atendem solidariamente a população da favela por via das associações de base comunitária. Mas também se percebe que atuam separadamente.

Percebemos uma mudança neste aspecto no episódio de análise subsequente, quando notamos a mobilização das lideranças ao se sentirem prejudicadas pelo descompromisso do Projeto Casulo, configurando uma disposição para trabalharem unidas.

Ao se unirem e iniciarem trabalhos coletivos, direcionados a comunidade, trazem a confiança para as relações interpessoais, fortalecendo a aliança dos participantes.

Já no terceiro período os participantes se mobilizam em busca de alternativas para resolver os problemas da urbanização, evidenciando uma preocupação e um compromisso com a comunidade.

Percebemos uma mudança quando a mobilização demasiada traz prejuízos ao grupo que reelabora suas ações, se volta para objetivos menores, partindo dos recursos disponíveis e respeitando os próprios limites.

No que se diz respeito ao empoderamento da comunidade podemos perceber que, no início do primeiro período, as lideranças se encontram sujeitas aos interesses externos à comunidade e a transição se dá pelo conflito ocorrido no segundo episódio quando percebem a necessidade de atuarem segundo seus próprios objetivos.

Depois da união, se percebem capazes de planejar as ações que desejam realizar na comunidade, atuando por formas mais organizadas.

Já no terceiro período percebemos que a confiança demasiada transcende a capacidade de assimilação do grupo. Após tal percepção passam a atuar mais conscientemente e as parcerias se estabelecem, além de conseguir recursos para a implementação de projetos.

No sentido da organização comunitária, podemos notar as mudanças de episódio em episódio se desenvolvendo gradativamente. Desde a proposta de organização de um projeto de intervenção, momento onde as associações de base ainda atuavam isoladamente, passando pela criação de um fórum de discussão, em que vislumbram a possibilidade de atuação conjunta, até a inter-relação por entidades, onde realizam projetos em comum, caracterizando, portanto, a organização em rede.

## Considerações Finais

Tendo realizado todo o percurso da pesquisa podemos concluir algumas questões que nos atentaram.

Os processos de fortalecimento comunitário podem ter início no planejamento de ações e mesmo nas discussões sobre questões encontradas no cotidiano de uma realidade comunitária, mas o fortalecimento se dá pela capacidade de superação do indivíduo ou do grupo ao se confrontar com seus impedimentos e obstáculos, ou seja, pela ação. Desta forma o fortalecimento está diretamente relacionado tanto com a consciência de determinado grupo ou indivíduo em relação ao contexto em que vive quanto a sua maturidade para lidar com as questões que o desafiam no cotidiano.

Quando o desafio é enfrentado coletivamente, com o respaldo dos laços afetivos e solidários de um grupo, se torna maior a possibilidade de superação e fortalecimento. Também é importante enfatizar, ainda neste sentido, que cada grupo ou indivíduo possui um tempo para se apresentar ao desafio da superação. A interferência de qualquer agente externo sobre esta condição, mesmo que propicie a realização do objetivo pretendido pelo grupo ou indivíduo, sobrepõe o encontro do ator com o desafio a ser superado, não permitindo a possibilidade de superação, impedindo o fortalecimento e a transformação.

Quando um agente externo propõe ajuda a uma associação de bairro com o objetivo da autopromoção, não vai de encontro ao interesse da associação, vai de encontro ao benefício próprio por via da associação. Neste sentido não há encontro com o outro, mas dele com o próprio benefício.

Para se propor qualquer atividade conjunta que pressuponha a construção coletiva dentro de uma comunidade, é necessária a integração com os atores.

Propor um trabalho coletivo em busca de quaisquer mudanças é preciso tempo de convivência, possivelmente vivendo alguma situação de dificuldade que necessite de

solidariedade para superação e que estabeleça a confiança necessária. Aspectos da vulnerabilidade social apontam para a desconfiança e ao descrédito em relação a possíveis ações externas, pois o trabalho em uma comunidade é um processo difícil e transformador para todos os envolvidos.

Quando moradores participam de grupos e sentem confiança e solidariedade, se permitem sonhar e passam a ter maior facilidade de projeção futura e planejamento.

A experiência de promover uma organização comunitária pela mútua colaboração entre os atores de maneira a integrá-los em atividades que os tornem autônomos e interdependentes, sustentando-se um ao outro, trouxe a certeza de que tal forma de organização comunitária possibilita um desenvolvimento diverso ao da competitividade entre os atores, multiplicando o sentido da ajuda, da abertura e da solidariedade nas relações interpessoais no cotidiano.

É nítida a mudança entre os atores que participaram do processo durante quase dois anos de investigação, pois encontraram na solidariedade e na união uma maneira de se capacitarem, desenvolver suas organizações, cuidar das famílias da comunidade e conviver melhor.

Visto que a transformação social é um processo que se caracteriza pelas condições culturais e pelo cenário no qual essa transformação acontece, esta pesquisa aponta para a necessidade de criação de mecanismos de avaliação do impacto de uma intervenção social, o que abre um possível campo para pesquisas futuras.

## Bibliografia

Achutti L, E, R.(1997) *Fotoetnografia: Um estudo de Antropologia Visual sobre o cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Andaloussi, E, K. (2004) *Pesquisas-Ações*. São Carlos: Edufscar.

Baró,M,I.(1989)*Sistema, grupo y poder:Psicologia Social desde Centroamérica II*. San Salvaor, El Salvador : C.A.

Bourdieu, P.(1994). "*Raisons Pratiques: sur la théorie de l'action*", Paris: du Seuil.

Busso, G. (2001) *La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inícios dei sigla XXI: una aproximación a sus potencial idades y limitaciones para los países latinoamericanos* In: da Cunha, J, M, P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. Acessado em dezembro de 2005, de [www.nepo.unicamp.br/fotos/vulnerabilidade.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/fotos/vulnerabilidade.pdf).

Castoriadis, C. (1986) *Domaines de l'homme: les Carrefours du Labyrinthe II* In: Ana Maria Otoni Mesquita: *Imaginário Radical, Protagonista, Espaço Cênico, Empirismo Lógico.Artigo2*. Acessado em dezembro de 2005 [www.existencialismo.org.br/jornalexistencial](http://www.existencialismo.org.br/jornalexistencial).

Desroche.(1984) *La Recherche Coopérative comme recherche-action.Actes du colloque sur la recherche-action*. In: Andaloussi,E,K.,*Pesquisas-ações,Ciência.Desenvolvimento.Democracia.*, Ed. UFSCAR,2004.

\_\_\_\_\_.(1984b) *Table-ronde. Actes du colloque sur la recherche-action*. In: Andaloussi,E,K.,*Pesquisas-ações,Ciência.Desenvolvimento.Democracia.*, Ed. UFSCAR,2004.

\_\_\_\_\_.(1990) *Entreprendre d'apprendre.D'une autobiographie raisonnée aux projets d'une recherche-action*.In: Andaloussi,E,K.,*Pesquisas-ações,Ciência.Desenvolvimento.Democracia.*, Ed. UFSCAR,2004.

Freire, Paulo (1970) *Pedagogia do oprimido*, ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Garfinkel. (1967) *Studies in Ethnomethodology* In: Haguette, 1987, p.26. Petrópolis: Vozes.

Haguette, T, M, F. (2003) *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes.

Blumer, H. (1969) *Symbolic Interactionism Perspective and Method*. In: Haguette, T, M, F. (2003) *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes.

Melucci, A. (2001) *A invenção do Presente*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (1999) *Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México.

Mead, G, H. (1934). *Mind, Self and society*. The University of Chicago Press.

Montero, M. (2003) *Teoría y Partica da la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.

Morin, André (1992). *Recherche-action intégrale et participation cooperative. Théorie et redaction du rapport*. In: Andaloussi, E, K., Pesquisas-ações, Ciência. Desenvolvimento. Democracia., Ed. UFSCAR.

Morin, Edgar. (1999) *Articuler les savoirs*. Paris: M. de 1<sup>re</sup> Éducation.

Parsons, T. (1951) *IL Sistema sociale*, In: Melucci, *Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México.

Riechmann e Fernández Buey, (1994), *Redes que dan Libertad*, Barcelona: Paidós. In: Montero M. *Teoría y Práctica de La Psicología Comunitária: La Tension entre comunidad y sociedad*, Buenos Aires: Paidós.

Sartre, J, P. (1997) *O Ser e o Nada: ensaios de Ontologia Fenomenológica*, São Paulo: Vozes.



## ANEXOS



### **Caritas Diocesana de Campo Limpo**

Rua Serra da Esperança, 190 – Jd. Bom Refúgio – São Paulo – SP

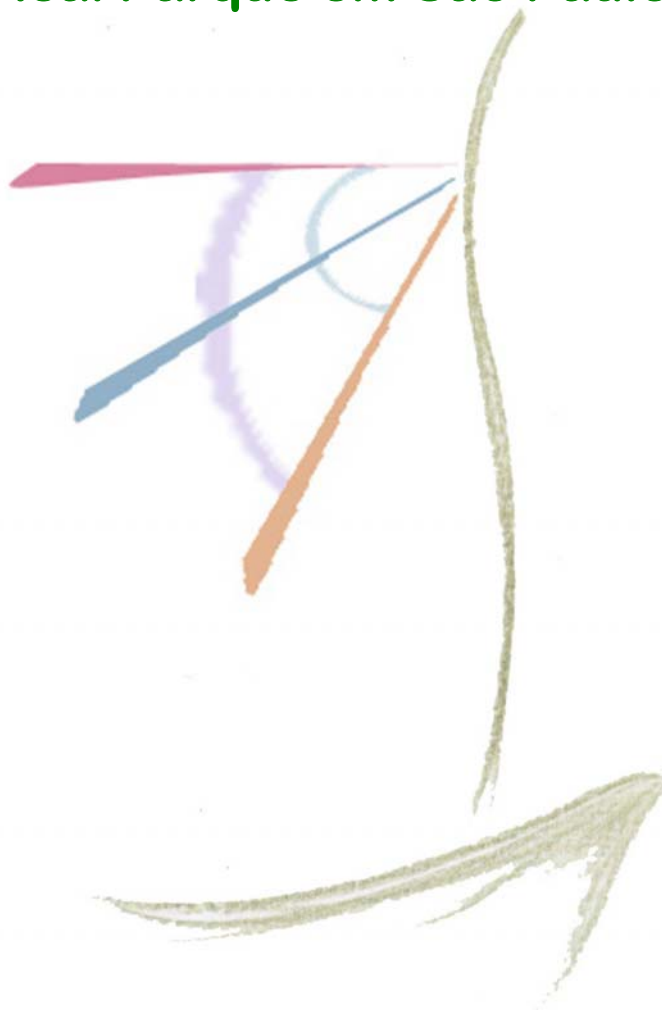
CEP 05788-370

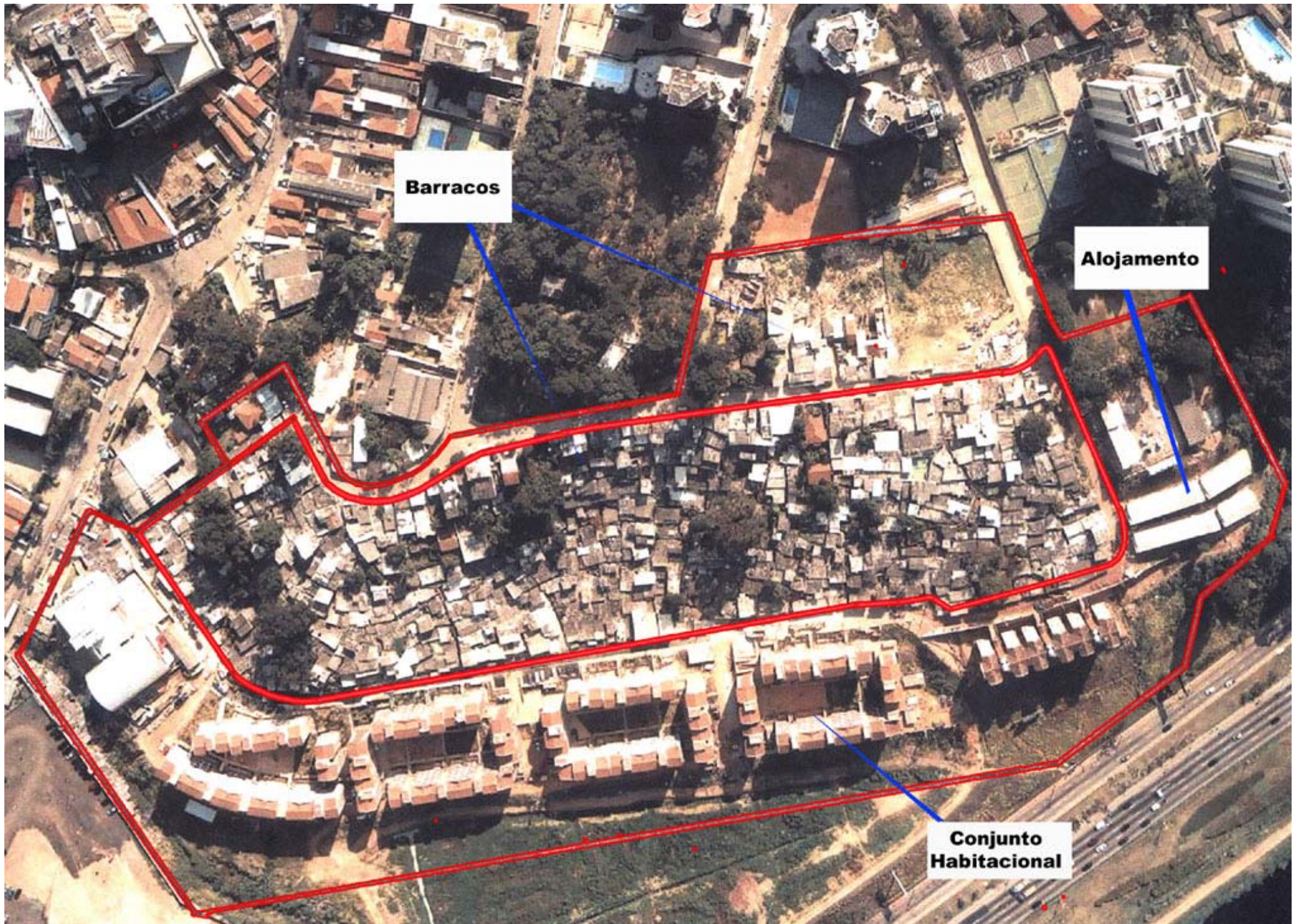
Fone/Fax: 5841-3365 / 5842-1858 e 5841-9321

e-mail: [caritas@diocesedecampolimpo.org.br](mailto:caritas@diocesedecampolimpo.org.br)

## **PROJETO BARCO:**

**Desenvolvimento e Consolidação da Rede de  
Promoção da Autonomia Comunitária na Favela do  
Real Parque em São Paulo.**





**Barracos**

**Alojamento**

**Conjunto  
Habitacional**

## **OBJETIVO GERAL:**

Propiciar o desenvolvimento sustentável para a comunidade do Real Parque a partir da união das associações de base comunitária, do auxílio na organização institucional das entidades e da execução de projetos de interesse local. Promover maior representatividade e participação política, econômica e de preservação ambiental de modo que as ações levadas a cabo dentro da comunidade tenham, a um só tempo, o sentido de estabelecer e consolidar uma rede de colaboração solidária.

## **6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS, METAS E ATIVIDADES:**

### ***OE-1 - Desenvolvimento organizacional do Barco:***

Organização institucional do Barco de forma a propiciar uma estrutura adequada à multiplicação de conhecimentos para as entidades, fundamentando o trabalho de articulação em rede.

#### ***Metas:***

- ✓ Consolidar o Barco como referência de organização institucional, atuação social e articulador central do tecido comunitário;
- ✓ Formar uma matriz de organização institucional adequada à multiplicação de conhecimento para as entidades;
- ✓ Multiplicar as informações em seus diferentes aspectos: organizacionais, de gestão, de execução;
- ✓ Gerir os fluxos de informação e recursos do tecido comunitário;
- ✓ Tornar habituais as práticas que tenham o sentido de reciprocidade, visando a união das associações em uma mesma base comunitária.

#### ***Atividades:***

- 1.1 Discussões direcionadas ao levantamento das demandas, dimensionamento dos desafios e determinação de pontos que convergem a ações de mútuo benefício às entidades representadas;
- 1.2 Execução das dinâmicas de organização e gestão sincronizadas entre as entidades;
- 1.3 Levantamento das prioridades para o ordenamento das ações a serem concretizadas;

1.4 Estabelecimento dos eixos de ação;

1.5 Promover canais de comunicação interativos de forma a evidenciar as propostas e atividades do Barco;

1.6 Reconhecimento dos espaços propícios à realização das atividades comunitárias.

**OE-2 – Desenvolvimento das atuações específicas das entidades que compõem o Barco:**

Para cada entidade componente do Barco, serão realizadas atividades visando definir o conjunto de ações a serem empreendidas.

**Metas:**

- ✓ Definir os objetivos, demandas e prioridades de cada uma das entidades;
- ✓ Propiciar a multiplicação de espaços físicos e institucionais, objetivando a ampliação da integração entre os membros da comunidade a partir das entidades.

**Atividades:**

2.1 Levantamento dos temas, por prioridade, para cada entidade;

2.2 Levantamento de informações referentes a cada tema;

2.3 Definição das ações prioritárias e planejamento das ações;

2.4 Execução das ações planejadas.

**OE-3 – Atuação de agentes comunitários:**

Formar agentes facilitadores para atuação comunitária e assim estabelecer um processo contínuo de construção e multiplicação de conhecimento. As atividades destinadas aos agentes comunitários concorrem para o desenvolvimento do conjunto de ações dos outros objetivos específicos.

**Metas:**

- ✓ Dinamização da estrutura existente;
- ✓ Maior grau de autonomia da comunidade.

**Atividades:**

3.1 Fomento à maior participação de moradores nas atividades propostas pelo Barco;

3.2 Planejamento coletivo das atividades comunitárias;

- 3.3 Execução das atividades planejadas, registro e sistematização;
- 3.4 Formação de procedimentos de atuação comunitária;
- 3.5 Oficinas de avaliação, replanejamento, teorização sobre as práticas.

**OE-4 – Integração com outras comunidades:**

Aliança com outras comunidades expandindo o trabalho de discussão, deliberação e mobilização popular.

**Metas:**

- ✓ Atuação conjunta em atividades entre comunidades a fim de ampliar a atuação popular à dimensão de redes de colaboração solidária intercomunitárias;
- ✓ Troca de experiências entre as comunidades com objetivo de aprimorar ações a serem realizadas.

**Atividades:**

- 4.1 Participação em assembléias envolvendo lideranças de diferentes comunidades;
- 4.2 Participação em encontros regionais que promovam práticas solidárias;
- 4.3 Promover encontros com instituições da sociedade civil organizada que trabalham pela causa popular.

**OE-5 – Acompanhamento da construção do projeto de urbanização da Favela Real Parque:**

Acompanhamento da construção e execução do Projeto de Habitação deliberado pelo Fórum Barco a fim de consolidar um tecido urbano, regularizado e com condições dignas de habitabilidade.

**Meta:**

- ✓ Comunidade preparada à discussão, deliberação, construção e execução do Projeto de Urbanização.

**Atividades:**

- 5.1 Sensibilização da comunidade para importância da urbanização;
- 5.2 Discussão com comunidades que passaram por experiência semelhante;
- 5.3 Parceria com entidades especializadas em habitação;
- 5.4 Construção coletiva do Projeto, junto à comunidade, através do Barco;

5.5 Apresentação e negociação do Projeto com os setores competentes do governo.

**OE-6 – Conscientização ecológica:**

Implantação de práticas ambientalmente sustentáveis, garantindo a melhoria das condições de salubridade e da qualidade de vida, bem como propiciar formas alternativas de geração de renda e colaborar para a elevação da consciência global da comunidade.

**Metas:**

- ✓ Desenvolver sistema de coleta seletiva baseado no princípio conhecido como “3R’s”: redução, reutilização e reciclagem;
- ✓ Implantar sistema de monitoramento e fiscalização participativos da qualidade ambiental;
- ✓ Construir projeto participativo de educação ecológica e cidadã;
- ✓ Elevar a participação popular e transformar as práticas ambientais na cadeia de consumo;
- ✓ Propiciar geração de renda para a comunidade;
- ✓ Estabelecer parcerias com governos e organizações não governamentais.

**Atividades:**

- 6.1 Reconhecimento da situação atual, potencialidades e demandas;
- 6.2 Definição das ações e priorização (planejamento estratégico);
- 6.3 Diagnóstico institucional;
- 6.4 Conscientização comunitária;
- 6.5 Estabelecer canais de comunicação e inserção junto aos órgãos de estado responsáveis;
- 6.6. Articular-se com instituições não governamentais e comunidades vizinhas.

**6.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

Com a finalidade de melhor organizar as atividades previstas no projeto, as mesmas foram agrupadas em três diferentes “Programas de Atividade” que em seu conjunto abarcam todas as ações envolvidas neste projeto. A seguir o detalhamento da programação:

### **Atividade tipo 'A':**

**Reuniões Gerais** – Discussão de temas relevantes para a comunidade para traçar estratégias de ação e encaminhamentos. Além das quatro principais entidades do barco, representadas pelos agentes comunitários incluídos no projeto, é incentivada a participação de toda comunidade. Da mesma maneira, são convidados representantes de organizações da sociedade civil, do poder público, líderes e agentes comunitários provenientes de outros projetos e outros cidadãos que queiram participar e conhecer este processo de construção da autonomia comunitária.

Todas as reuniões gerais deverão ser documentadas em ata, em gravações de áudio e possivelmente em vídeo e fotografias.

**Duração** : 3h e 30min semanais

### **Atividade tipo 'B':**

**Atividades Específicas** – As atividades ocorrerão em 2 momentos: reuniões deliberativas e de planejamento (ações organizacionais) e intervenções comunitárias (ações executivas). As reuniões serão realizadas com todos os responsáveis por uma entidade de base. Da mesma forma que no programa anterior, será incentivada a presença de outros participantes (não remunerados) nas reuniões, principalmente aqueles que se acharem diretamente envolvidos pelas estratégias de ação daquela entidade. Nestas reuniões específicas os educadores terão o espaço adequado para acompanhar o desenvolvimento de cada entidade, bem como de seus projetos comunitários focados em temas específicos.

Todas as reuniões específicas deverão ser registradas em ata e, eventualmente, serão gravadas em áudio, vídeo e/ou fotografias. As intervenções comunitárias referem-se à execução das atividades específicas de cada entidade, deliberadas nas reuniões.

**Duração** : 3h e 30min

### **Atividade tipo 'C':**

**Atividade Externa** – De forma a colocar em prática estratégias delineadas nos programas A e B, estão previstas aproximações com outros trabalhos comunitários, ampliando as parcerias com organizações da sociedade civil e maior inserção e representatividade junto ao poder público. Participar de discussões e construção de políticas públicas nos fóruns e encontros regionais e nacionais referentes a qualquer dos temas

tratados neste projeto ou que sejam relevantes para a comunidade da favela do Real Parque. Em campo, as atividades deverão ser registradas por fotografia ou vídeo.

**Duração** : 4h e 30min

#### **Atividade tipo 'D':**

Oficinas de planejamento, gestão e redirecionamento de ações com foco na administração de cada entidade e/ou do Fórum de Multientidades. O objetivo é criar matrizes organizacionais que possam ser utilizadas por todas as entidades e propiciem a integração dinâmica e sincrônica de ações que se complementam dentro da comunidade. Determinadas atividades do tipo 'D' serão ministradas poricineiros.

**Duração** : 3h e30min

#### **Atividade tipo 'E':**

Oficinas com o foco na visibilidade das ações do projeto e da comunidade. O objetivo é planejar e construir ferramentas de comunicação (informativos, painéis, faixas), mídias alternativas (rádio poste), multimídias (sites, vídeos publicitários, etc.) para divulgar as ações dentro e fora da comunidade animando e mobilizando mais pessoas para integrarem-se às dinâmicas de transformação comunitária.

**Duração** : 3h e30min

#### **Programa de Atividade 'F':**

Assembléias com a comunidade focando a mobilização de moradores para ações de extrema relevância comunitária como habitação e lixo.

**Duração** : 3h e30min

## **6.2 CONTEÚDO DOS ENCONTROS E OFICINAS**

### **Educação**

- a. A importância do brincar na constituição do sujeito;
- b. Diferenças culturais e formas de preconceito;
- c. Reflexão sobre a diferença de gêneros;



- d. Reflexão sobre o conflito de gerações.

### **Habitação**

- a. A utilização do espaço e suas implicações;
- b. O espaço e a convivência comunitária;
- c. O lugar da cultura, do lazer, da arte e da cidadania;
- d. Habitabilidade como saúde pública;
- e. Construção de propostas de desenvolvimento e transformação coletiva: a multiplicação.

### **Consciência Ecológica**

- a. Lixo: reciclagem, reutilização, ressignificação;
- b. Matéria como energia e transformação;
- c. Morar no Real Parque, viver em São Paulo;
- d. O corpo como meio ambiente.
- e. Poder público e sociedade civil: direitos, divisão das atribuições e articulação social

### **Cidadania**

- a. Solidariedade para a paz;
- b. Cultura da não-violência;
- c. A importância da união comunitária;
- d. Integração com os atores comunitários para a concretização dos objetivos: o protagonismo;
- e. O dinheiro como meio de troca no ambiente urbano; histórico do desenvolvimento econômico;
- f. O capital como regente de relações de poder;
- g. Outras possibilidades de troca de capital: a feira de trocas;
- h. Contextualização histórica e sentido do progresso da humanidade;
- i. Reflexão acerca do conflito do indivíduo versus o coletivo na sociedade atual e o desenvolvimento como busca do bem comum;
- j. Introdução ao universo das práticas associativas: autogestão, cooperativas, clube de trocas, clube de compras, clube de poupança, rede.

### 6.3 .OBJETIVOS, ATIVIDADES, METODOLOGIA, ESTRATÉGIAS DE VERIFICAÇÃO, METAS/RESULTADO:

OBJETIVOS	ATIVIDADES	METODOLOGIA	ESTRATÉGIAS VERIF	METAS/RESULTADOS
<p><b>OE-1</b> Desenvolvimento organizacional do Barco</p>	<p>1.1 Discussões direcionadas ao levantamento das demandas, dimensionamento dos desafios e determinação de pontos que convergem a ações de mútuo benefício às entidades representadas. <b>(A)</b></p> <p>1.2 Execução das dinâmicas de organização e gestão sincronizadas entre as entidades. <b>(D)</b></p> <p>1.3 Levantamento das prioridades para o ordenamento das ações a serem concretizadas. <b>(A)</b></p> <p>1.4 Estabelecimento dos eixos de ação. <b>(D)</b></p> <p>1.5 Promover canais de comunicação interativos de forma a evidenciar as propostas e atividades do Barco. <b>(E)</b></p> <p>1.6 Reconhecimento dos espaços propícios à realização das atividades comunitárias. <b>(C)</b></p>	<p>1.1 a 1.4 As atividades serão realizadas ao longo de uma série de reuniões do Fórum de Multientidades – Barco, onde serão levantados os problemas, desafios e demandas. Através do método da construção coletiva, o Fórum deliberará as linhas de ação para os pontos levantados, considerando que tais ações serão executadas pelas entidades componentes do Barco, de forma coordenada e simultânea.</p> <p>1.5 Pesquisar as diversas possibilidades de estabelecimento de canais de comunicação; definição das alternativas viáveis e mais eficazes.</p> <p>1.6 Pesquisa de campo e análise institucional para a definição das demandas; definir as alternativas possíveis de utilização de espaços.</p>	<p>1.1 a 1.4 Apresentação do plano de ações; registro de atas e listas de presença das reuniões; produção de relatórios mensais de avaliação pela equipe de educadores e coordenador do projeto; produção de relatórios mensais de avaliação pela equipe de agentes comunitários; avaliação mensal conjunta dos relatórios; relatório e seminário semestral conjunto de avaliação; relatório e seminário final conjunto de avaliação.</p> <p>1.5 Arquivo de material de mídia produzido; estabelecimento de processos de verificação da eficácia dos canais de comunicação (aumento da participação popular, questionários indicativos).</p> <p>1.6 Listagem dos espaços viabilizados; atividades executadas nesses espaços.</p>	<p>- Consolidar o Barco como referência de organização institucional, atuação social e articulador central do tecido comunitário.</p> <p>- Formar uma matriz de organização institucional adequada à multiplicação de conhecimento para as entidades.</p> <p>- Multiplicar as informações, em seus diferentes aspectos (organizacionais, de gestão, de execução).</p> <p>- Gerir os fluxos de informação e recursos do tecido comunitário.</p>

<p><b>OE-2</b> Desenvolvimento das atuações específicas das entidades que compõem o Barco</p>	<p>2.1 Levantamento dos temas, por prioridade, para cada entidade. <b>(A)</b></p> <p>2.2 Levantamento de informações referentes a cada tema. <b>(A)</b></p> <p>2.3 Definição das ações prioritárias e planejamento das ações. <b>(D)</b></p> <p>2.4 Execução das ações planejadas. <b>(C)</b><sup>19</sup></p>	<p>2.1 Realização de reuniões em cada entidade, para o levantamento dos problemas, desafios e demandas; definição, em conjunto com o Fórum Barco, do conteúdo e das estratégias de ação.</p> <p>2.2 Definição da base de dados e informações necessárias; levantamento e pesquisa das fontes de informação disponíveis; sistematização de dados.</p> <p>2.3 e 2.4 Realização de atividades (seminários, oficinas) relacionadas aos temas definidos, buscando uma maior compreensão sobre eles; definição das estratégias e cronograma de execução.</p>	<p>2.1 Apresentação do plano de ações de cada entidade; registro de atas e listas de presença das reuniões; produção de relatórios mensais; avaliação mensal.</p> <p>2.2 Apresentação da base de dados sistematizada.</p> <p>2.3 e 2.4 Registro escrito e áudio-visual das atividades realizadas; apresentação do planejamento e do cronograma de execução.</p>	<p>- Definir os objetivos, demandas e prioridades de cada uma das entidades.</p> <p>- Propiciar a multiplicação de espaços físicos e institucionais, objetivando a ampliação da integração entre os membros da comunidade a partir das entidades.</p>
<p><b>OE-3</b> Atuação de agentes comunitários</p>	<p>3.1 Fomento à maior participação de moradores nas atividades propostas pelo Fórum Barco. <b>(B)</b></p> <p>3.2 Planejamento coletivo das atividades comunitárias. <b>(A)</b></p> <p>3.3 Execução das atividades planejadas, registro e sistematização. <b>(C)</b><sup>20</sup></p> <p>3.4 Formação de procedimentos de atuação comunitária. <b>(B)</b></p> <p>3.5 Oficinas de avaliação, replanejamento e teorização sobre as práticas. <b>(D)</b></p>	<p>3.1 Recrutamento de moradores, visando a formação de agentes nas áreas específicas de habitação, educação e ecologia.</p> <p>3.2 Realização de encontros e oficinas; construção do cronograma e conteúdo das atividades; definição da sistemática de intervenção.</p> <p>3.3 Realização de oficinas teórico-práticas, interativas e vivenciais.</p> <p>3.4 e 3.5 Avaliação e re-significação contínua de procedimentos e resultados.</p>	<p>3.1 Listas de presença em reuniões e eventos.</p> <p>3.2 Cronograma e plano de trabalho da intervenção.</p> <p>3.3 Registro e documentação áudio-visual.</p> <p>3.4 e 3.5 Relatórios mensais de avaliação das atividades.</p>	<p>- Dinamização da estrutura existente.</p> <p>- Maior grau de autonomia da comunidade.</p>

<sup>19</sup> - Esta é uma atividade externa de orçamento indefinido por se tratar de uma ação decorrente de ações de planejamento ainda não realizadas.

<p><b>OE-4</b> Integração com outras comunidades</p>	<p>4.1 Participação em assembléias envolvendo lideranças de diferentes comunidades. (F)</p> <p>4.2 Participação em encontros regionais que promovam práticas solidárias. (C)</p> <p>4.3 Promover encontros com instituições da sociedade civil organizada que trabalham pela causa popular. (C)</p>	<p>4.1 Articulação de rede de entidades; definição de interesses comuns; realização de encontros.</p> <p>4.2 e 4.3 Apresentação das estratégias e projetos do Fórum Barco; troca de experiências.</p>	<p>4.1 Atas, listas de presença e documentação audiovisual.</p> <p>4.2 e 4.3 Atas, listas de presença e documentação audiovisual.</p>	<p>- Atuação conjunta em atividades entre comunidades a fim de ampliar a atuação popular na dimensão das redes de colaboração solidária intercomunitárias.</p> <p>- Troca de experiências entre as comunidades com objetivo de aprimorar as ações a serem realizadas.</p>
<p><b>OE-5</b> Acompanhamento da urbanização da Favela Real Parque</p>	<p>5.1 Sensibilização da comunidade para importância da Urbanização. (B)</p> <p>5.2 Discussão com comunidades que passaram por experiência semelhante. (C)</p> <p>5.3 Parceria com entidades especializadas em habitação. (C)</p> <p>5.4 Construção coletiva do projeto, junto à comunidade, através do Barco. (B)</p> <p>5.5 Apresentação e negociação do projeto com os setores competentes do governo. (C)</p>	<p>5.1 Atividades de mobilização da comunidade e seminários de capacitação para a compreensão do processo teórico e das práticas de urbanização.</p> <p>5.2 Realização de reuniões e fóruns com outras comunidades; visitas de campo a favelas já urbanizadas ou em processo de urbanização.</p> <p>5.3 Realização de encontros; levantamento de documentação.</p> <p>5.4 Disseminação do conteúdo e práticas relativas ao processo de urbanização, através de assembléias, seminários, reuniões e divulgação.</p> <p>5.5 Levantamento das instâncias competentes, da legislação e do quadro atual relativo ao processo de urbanização;</p>	<p>5.1 Atas, listas de presença e documentação áudio-visual.</p> <p>5.2 Atas, listas de presença, documentação audiovisual e documentação teórica fornecida.</p> <p>5.3 Atas, listas de presença, documentação audiovisual e documentação teórica fornecida.</p> <p>5.4 Atas, listas de presença e documentação audiovisual.</p> <p>5.5 Fluxograma das instâncias competentes; quadro de evolução do processo institucional de urbanização.</p>	<p>- Comunidade preparada à discussão, deliberação, construção e execução do Projeto de Urbanização.</p>

		acompanhamento da evolução do processo institucional de urbanização.		
<b>OE-6</b> Conscientização ecológica ou ambiental	<p>6.1 Diagnóstico da situação atual, potencialidades e objetivos (demandas) específicos. <b>(C)</b></p> <p>6.2 Definição das ações e priorização (planejamento estratégico); <b>(A)</b>.</p> <p>6.3 Diagnóstico institucional e análise da viabilidade legal. <b>(C)</b></p> <p>6.4 Conscientização comunitária. <b>(F)</b></p> <p>6.5 Estabelecer canais de comunicação e inserção junto aos órgãos de estado responsáveis. <b>(C)</b></p> <p>6.6 Articular-se com instituições não governamentais e comunidades vizinhas. <b>(C)</b></p>	<p>6.1 Reuniões e levantamento de campo para definir a situação atual e alternativas possíveis; reuniões e encontros para definir as demandas da comunidade.</p> <p>6.2 Reuniões para a realização do planejamento estratégico</p> <p>6.3 Levantamento institucional, legal e das ações em execução ou planejadas.</p> <p>6.4 Promover atividades de conscientização (seminários, cursos, palestras, campanhas).</p> <p>6.5 Levantamento, contato e articulação com as instâncias competentes e seus representantes.</p> <p>6.6 Realização de reuniões e fóruns com outras comunidades; visitas a campo e análise de projetos; definição de interesses comuns e troca de experiências.</p>	<p>6.1 Atas, listas de presença e documentação/dados levantados.</p> <p>6.2 Atas, listas de presença e cronograma de execução.</p> <p>6.3 Resumo das atribuições e ações estatais e do arcabouço legal.</p> <p>6.4 Atas, listas de presença e documentação das atividades realizadas.</p> <p>6.5 Atas, listas de presença e documentação/dados gerados.</p> <p>6.6 Atas, listas de presença e documentação áudio-visual.</p>	<p>- Implantar sistema de coleta seletiva baseado no princípio conhecido como "3R's": redução, reutilização e reciclagem.</p> <p>- Implantar sistema de monitoramento e fiscalização participativos da qualidade ambiental.</p> <p>- Construir projeto participativo de educação ecológica e cidadã.</p> <p>- Elevar a participação popular e transformar/substituir as práticas ambientais na cadeia de consumo.</p> <p>- Propiciar geração de renda para a comunidade.</p> <p>- Estabelecer parcerias com governos e organizações não governamentais.</p>



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)